

**Do Projecto de Inventário do Património Religioso ao objectivo de  
criação de um museu na Diocese da Guarda - diagnóstico e proposta base  
para a sua programação museológica, ao nível do acervo**

**Joana Pinheiro Lourenço Pereira**

**Trabalho de Projecto em Museologia**

**Volume 1**

**Abril 2013**

---

Trabalho de Projecto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia realizado sob a orientação científica de: Professora Doutora Raquel Henriques da Silva e Mestre Maria da Graça da Silveira Filipe.

---

## **Agradecimentos**

À Professora Mestre Maria da Graça Silveira Filipe, pela disponibilidade posta no acompanhamento deste trabalho de projecto e pelas constantes e sistemáticas contribuições.

À Professora Doutora Raquel Henriques da Silva, pelo apoio.

Ao D. Manuel da Rocha Felício, Bispo da Guarda por acreditar nas minhas capacidades intelectuais e profissionais.

Às comunidades e sacerdotes da Diocese da Guarda pela partilha de experiências.

A Deus por ter colocado no meu caminho todos os que amo.

---

## Resumo

### Trabalho de Projecto

#### **Do Projecto de Inventário do Património Religioso ao objectivo de criação de um museu na Diocese da Guarda - diagnóstico e proposta base para a sua programação museológica, ao nível do acervo**

O *Projecto de Inventário do Património Religioso, imóvel e móvel, existente na Diocese da Guarda*, em curso desde Fevereiro de 2007, foi encarado pelos seus promotores como sendo a génese de uma futura instituição museológica a criar na Diocese da Guarda.

O enquadramento geográfico, histórico, eclesial e cultural do território pertencente à Diocese da Guarda, a análise aprofundada daquele *Projecto de Inventário*, as reflexões sobre a acção e posição da Igreja Católica em matéria de preservação e musealização do seu património religioso, bem como a observação de outras experiências de inventariação levadas a cabo por outras instituições eclesiásticas (Arquidiocese de Évora) foram fundamentais para apresentar linhas que contribuam para a definição da vocação e objectivos do novo Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda. As propostas programáticas que desenvolvo neste projecto de mestrado apontam no sentido da constituição de um Sistema Integrado para o Património Religioso (SIPR), que agregue aquele futuro museu, enquanto entidade coordenadora, as *estruturas policêntricas* (edifícios religiosos ao culto) e ainda as *entidades de carácter museal*, identificadas no diagnóstico, dispersas no território da Diocese da Guarda. Como âncora desse sistema, ao Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda competiriam funções de coordenação em matéria de preservação (incorporação; conservação e restauro; inventário e documentação), de investigação e de divulgação do património religioso *in situ* ou *ex situ* (em espaço museal), promovendo e dinamizando parcerias e acompanhando a vivência do património e as manifestações religiosas e culturais das comunidades no território da Diocese.

**Palavras-chave:** Igreja Católica, Diocese da Guarda, território, património religioso, museu, museu eclesiástico, inventário, preservação, planificação e programação museológica.

---

## ABSTRACT

### *Project Work*

#### ***From Inventory of Religious Heritage Project to the objective of creating a museum in the Diocese da Guarda - diagnosis and proposed basis for its museum programming at the level of the collection***

The *Inventory of Religious Heritage Project*, motionless and mobile, existing in the *Diocese da Guarda*, set in motion since February 2007, was seen by its promoters as the genesis of a future museum institution to be created in the *Diocese da Guarda*.

The geographical setting, historical, ecclesial and cultural of the territory belonging to the *Diocese da Guarda*, in-depth analysis of that *Inventory Project*, the reflections on the action and position of the Catholic Church in such matters as preserving and musealization of its religious heritage, as well as the observation of other experiences of inventory carried out by other ecclesiastical institutions (Arquidiocese de Évora) were key to display lines that contribute to the definition of vocation and objectives of the new Museum of History, Art and Religion of the *Diocese da Guarda*. The program proposals that I develop in this master degree project point to the establishment of an Sistema Integrado para o Património Religioso (SIPR), meaning Integrated System for the Religious Heritage, ment to add that future museum, while coordinating entity, to the *polycentric structures* (religious buildings for worship) and the *museum types entities*, identified in the diagnosis, dispersed within the *Diocese da Guarda* territory. As this system anchor, to the Museum of History, Art and Religion of the *Diocese da Guarda* would be assigned coordination functions in conservation (incorporation, conservation and restoration, inventory and documentation), research and dissemination of the religious heritage *in situ* or *ex situ* ( in museum space), promoting and stimulating partnerships and following the fruition of heritage and religious and cultural manifestations of communities within the *Diocese* territory.

Keywords: Catholic Church, *Diocese da Guarda*, territory, religious heritage, museum, ecclesiastical museum, inventory, preservation, museum planning.

---

## Lista de abreviaturas e acrónimos

**1.<sup>a</sup>** - primeira

**2.<sup>a</sup>** - segunda

**3.<sup>a</sup>** - terceira

**a.** - altura

**art.<sup>o</sup>** - artigo

**c.** - comprimento

**CDC** - Código de Direito Canónico

**CECBCCSCEP** - Comissão Episcopal da Cultura, Bens Culturais e Comunicações Sociais, da Conferência Episcopal Portuguesa

**CEP** - Conferência Episcopal Portuguesa

**cm.** - centímetros

**CPBCI** - Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja

**d. b** - diâmetro de base

**d. c** - diâmetro de copa

**d.** - diâmetro

**DPCDG** - Departamento do Património Cultural da Diocese da Guarda

**fig.** - figura

**g.** - grama

**ICOM - CIDOC** - International Council of Museums - International Committee for Documentation

**ICOM** - International Council of Museums, Conselho Internacional de Museus

**ICOM-CC** - International Council of Museums – Committee for conservation

**IHRU** - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

**IIP** - Imóvel de Interesse Público

**IMC** - Instituto dos Museus e da Conservação

**IPM** - Instituto Português de Museus

**l.** - largura

---

**MIP** - Monumentos de Interesse Público

**MN** - Monumento Nacional

**n.º** - número

**n.º inv.º** - número de inventário

**Pe.** Padre

**PIPCAE** - Projecto de Inventário do Património Cultural da Arquidiocese de Évora

**RPCDG** - Regulamento do Património Cultural da Diocese da Guarda

**s.a** – sem autor

**s.d** – sem data

**SIPA** - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

**SIPR** - Sistema Integrado para o Património Religioso

**SNBCI** - Secretariado Nacional dos Bens Culturais da Igreja

**ZEP** - Zona Especial de Proteção

---

## Índice geral

### Índice de tabelas

<b>1. Introdução.....</b>	<b>1</b>
1.1. Definição do tema e objectivos .....	1
1.2. Enquadramento conceptual e metodológico.....	1
<b>2. Breve enquadramento geográfico, histórico, eclesial e cultural do território pertencente à Diocese da Guarda .....</b>	<b>5</b>
2.1. Delimitação e enquadramento do território .....	5
2.2. Manifestações culturais religiosas .....	9
2.2.1. Arciprestado de Almeida .....	9
2.2.1.a. Festa do Corpo de Deus .....	9
2.2.1.b. Procissão dos Passos .....	9
2.2.1.c. Festa de Nossa Senhora da Ajuda .....	9
2.2.1.d. Festa de Santa Eufémia.....	10
2.2.2. Arciprestado de Celorico da Beira.....	10
2.2.2.a. Festa de Nossa Senhora de Açor também conhecida por festa do Espírito Santo	10
2.2.3. Arciprestado de Figueira de Castelo Rodrigo.....	11
2.2.3.a. Festa do Corpo de Deus .....	11
2.2.3.b. Festa de Nossa Senhora do Campo .....	11
2.2.4. Arciprestado de Gouveia.....	12
2.2.4.a. Festa do Senhor do Calvário .....	12
2.2.5. Arciprestado de Pinhel.....	12
2.2.5.a. Festa de Nossa Senhora das Fontes.....	12
2.2.5.b. Festa de Nossa Senhora da Alagoa .....	12
2.2.6. Arciprestado do Rochoso .....	13
2.2.6.a. Festa de Nossa Senhora da Póvoa.....	13
2.2.7. Arciprestado de Seia .....	13
2.2.7.a. Festa de Nossa Senhora do Desterro .....	13
2.2.7.b. Festa de Nossa Senhora da Ajuda.....	14
2.2.8. Arciprestado de Trancoso .....	14
2.2.8.a. Festa de Nossa Senhora da Fresta .....	14
2.2.8.b. Festa de São Brás dos Montes .....	15
2.3. Património arquitectónico religioso.....	15



2.4. Entidades de carácter museal.....	18
2.4.1. Museu de Arte Sacra de Vinhó .....	18
2.4.2. Núcleo de Arte Sacra – Museu de Figueiró da Serra.....	19
2.4.3. Museu de Arte Sacra de Alvoco da Serra .....	19
<b>3. Diagnóstico ao Projecto de Inventário do Património Religioso (imóvel e móvel) concretizado na Diocese da Guarda .....</b>	<b>23</b>
3.1. Caracterização e metodologia do Projecto de Inventário do Património Religioso (Móvel e Imóvel) existente na Diocese da Guarda.....	23
3.2. Principais resultados do <i>Projeto de inventário</i> , sua avaliação e necessidades de desenvolvimento.....	26
<b>4. Diagnóstico ao Património Religioso (imóvel e móvel) inventariado em oito Arciprestados da Diocese da Guarda .....</b>	<b>31</b>
4.1. Titularidade, protecção e localização .....	32
4.1.1. Titularidade e protecção.....	32
4.1.2. Localização .....	37
4.2. Património religioso móvel – enquadramento tipológico.....	48
4.2.1. Metais.....	48
4.2.2. Escultura .....	51
4.2.3. Espólio Documental .....	54
4.2.4. Pintura .....	56
4.2.5. Têxteis – Paramentos/vestes religiosas .....	58
4.2.6. Objectos Devocionais .....	59
4.2.7. Mobiliário .....	60
4.2.8. Equipamentos e Utensílios .....	61
4.2.9. Cerâmica .....	61
4.3. Caracterização do património quanto ao estudo e investigação .....	62
4.3.1 Fontes – Edições .....	62
4.3.2. Projectos de investigação .....	64
4.3.3. Património comunicado ou apresentado em congressos.....	64
<b>5. A preservação e musealização do património cultural, histórico, artístico e religioso – acção da Igreja católica e aspectos de enquadramento para futuras iniciativas.....</b>	<b>67</b>
5.1. Acção da Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja (CPBCI) .....	67
5.1.1. Inventariação-catalogação.....	67
5.1.2. Criação de museus eclesiásticos .....	73
5.1.3. Museu Eclesiástico – natureza e tipologia, objectivos e funções .....	75

---

5.2. Acção da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) .....	79
5.3. O Projecto de Inventário do Património Cultural da Arquidiocese de Évora (PIPCAE) como caso de referência .....	81
<b>6. Propostas para a planificação museológica e a gestão do património cultural, histórico-artístico e religioso existente na Diocese da Guarda .....</b>	<b>87</b>
6.1. Projecto patrimonial e museológico – Vocação, campo temático e objectivos do Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda .....	87
6.2. Parcerias institucionais e outras .....	89
6.3. Funções de preservação .....	91
6.3.1. Política de incorporação no Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda, nas <i>estruturas policêntricas</i> e nas outras <i>entidades de carácter museal</i> .....	91
6.3.2. Função de conservação .....	94
6.3.3. Função de documentação e inventário .....	96
6.4. Funções de investigação e de comunicação .....	103
<b>7. Considerações finais .....</b>	<b>107</b>
<b>Fontes e referências bibliográficas .....</b>	<b>113</b>
<b>Apêndices .....</b>	<b>Vol. 2</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>Vol. 2</b>

---

## Índice de tabelas

Tabela 1 - MN .....	34
Tabela 2 - IIP .....	34
Tabela 3 - Imóveis de Interesse Municipal .....	35
Tabela 4 - Imóveis incluídos nas ZEP .....	36
Tabela 5. Imóveis em vias de classificação.....	36
Tabela 6 - Património móvel inventariado .....	36

---

## 1. Introdução

### 1.1. Definição do tema e objectivos

O *Projecto de Inventário do Património Religioso, imóvel e móvel, existente na Diocese da Guarda*, em curso desde Fevereiro de 2007 a que estive e estou profissionalmente associada, foi desde início encarado pelos seus promotores como sendo a génese de um museu a criar na Diocese da Guarda.

No que respeita à concepção e planificação daquela instituição museal, que designarei de Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda, considero que é de fundamental importância ter presente, ainda que se trate de um museu de tutela não pública, a comparação com boas práticas e padrões aplicáveis definidos pelo *International Council of Museums* (ICOM). Para o futuro museu, é necessário elaborar um programa museológico original, assente em estudos e reflexões, que posteriormente resultem em programas e em projectos específicos, respeitantes ao património a preservar e valorizar e às colecções incorporáveis, ao funcionamento institucional e às parcerias, principalmente no território; à investigação, às exposições, difusão e comunicação.

Neste contexto, tive como objectivo primordial deste trabalho e projecto de mestrado traçar algumas linhas para a realização de uma proposta base para a programação museológica do Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda, enquanto âncora de um futuro Sistema Integrado para o Património Religioso (SIPR), ao nível do património, disperso pelo território da Diocese da Guarda.

### 1.2. Enquadramento conceptual e metodológico

Para a concretização daqueles objectivos foi fundamental o estudo do território eclesiástico onde ocorreu o *Projecto de Inventário* e a análise dos resultados do diagnóstico àquele *Projecto* realizado em oito dos quinze arceparquias da Diocese da Guarda.

No decurso deste trabalho de projecto detectei a necessidade de reflectir sobre a posição e acção da Igreja Católica nas vertentes da preservação e musealização do seu património imóvel e móvel e de observar o caso específico do *Projeto de Inventário do Património Cultural da Arquidiocese de Évora* (PIPCE).

---

A metodologia da investigação do trabalho de projecto privilegiou duas vertentes principais: a consulta de bibliografia e de documentação e as informações obtidas através de pesquisa por recolha oral.

Para a elaboração do enquadramento do território a que respeita o projecto, foi fundamental a consulta da obra *História da Igreja em Portugal*, de Fortunato de Almeida, fonte indispensável para o conhecimento da história da Igreja e, no caso particular da Diocese da Guarda, as obras *História da Diocese da Guarda*, de Jesué Pinharanda Gomes; *Diocese e Distrito da Guarda*, de José Osório da Gama e Castro; *O culto de Nossa Senhora na Diocese da Guarda*, de José Quelhas Bigotte e, obviamente, o Código de Direito Canónico (CDC). Foi também indispensável a consulta de monografias, da tese de doutoramento *Museologia da Arte Sacra Em Portugal (1820-2010) Espaços, Monumentos, Museografia*, de António Manuel Ribeiro Pereira da Costa e, ainda, o registo das informações resultantes de fontes orais (comunidades locais).

Para a elaboração do diagnóstico ao *Projecto de Inventário do Património Religioso* (imóvel e móvel) concretizado na Diocese da Guarda, foi indispensável a experiência vivida na primeira pessoa, enquanto responsável pela apresentação, programação e planificação daquele projecto.

O diagnóstico ao património religioso tem por base a documentação produzida no âmbito do *Projeto de Inventário* (fichas de inventário), a consulta de legislação e de bibliografia.

O conhecimento que detinha sobre o conjunto de documentação produzida, ao longo do trabalho de inventário, colocava-me, logo à partida, perante duas questões: a pouca informação histórica sobre o património inventariado e o formato inadequado do registo da informação (ficheiro *Word*). A recolha e a sistematização dos dados foram muito morosas, mas revelaram-se profícuas. As dificuldades não impediram de ter realizado um trabalho original, ao optar pela análise pormenorizada deste conjunto significativo de documentação, o que permite o desenvolvimento deste trabalho de projecto.

No que se refere à preservação do património religioso e dos museus eclesiásticos (capítulo quinto) é a Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja (CPBCI) quem assume a respectiva teorização e estabelece normas específicas de actuação naqueles domínios. Foi ainda fundamental a consulta da obra *O Sagrado no Museu*, da autoria de Maria Isabel Roque.

---

Para a realização deste trabalho de projecto foi ainda indispensável consolidar reflexões e conhecimentos decorrentes da parte curricular do mestrado, assim como proceder a novas leituras sobre programação museológica.

Quanto à organização do texto optei por uma estrutura que se divide em sete capítulos (dois dos quais preenchidos pela Introdução e pelas Considerações finais) que passo a apresentar.

No capítulo segundo realizei o enquadramento geográfico, histórico e sócio-cultural do território onde ocorreu o *Projecto de Inventário*.

No terceiro capítulo, procedi à realização de um diagnóstico ao *Projecto de Inventário* do Património Religioso. Neste capítulo pretendi, por um lado, analisar a metodologia seguida naquele projecto e, por outro, avaliar as suas potencialidades e identificar as necessidades dos detentores do património histórico-artístico e religioso e do projecto em questão.

No quarto capítulo, efectuei o diagnóstico ao património já inventariado. Para cumprir o objectivo estabeleci analisar o património imóvel e móvel sob os seguintes aspectos: titularidade, localização, tipologias, quantidade, estado de conservação e procedi ao estudo e investigação de que foram objecto.

No quinto capítulo reflecti sobre a acção e a posição da Igreja Católica para a preservação do seu património imóvel e móvel e sobre aspectos a que tem dado particular atenção (publicação de documentos emanados por organismos eclesiais) e que são fundamentais nas tomadas de decisão em termos de gestão e administração daquele património. A abordagem a que me proponho é ainda assente no *Projecto de Inventário* do Património Cultural da Arquidiocese de Évora (IPCAE), o qual, entre as experiências de inventário que têm vindo a ser realizadas nas diversas dioceses portuguesas, achei pertinente tomar como referência, pelo potencial comparativo com o *Projecto de Inventário* da Diocese da Guarda.

No capítulo sexto, procurei contribuir para a reflexão sobre a definição da vocação e objectivos do futuro museu e, no quadro de uma proposta base para a sua programação museológica, desenvolvi algumas linhas para a elaboração da política de incorporações e para os programas de documentação, de investigação e de conservação preventiva – normas de conservação preventiva a aplicar em contexto religioso – abrangendo a preservação de património *in situ* ou *ex situ* (em espaço museal).

---

Dado o número de páginas a respeitar, remeti para Apêndices uma parte da informação por mim produzida e original, ou tratada especificamente no âmbito do projecto de mestrado, complementar ao corpo do texto em que se baseia o trabalho.

A informação e os documentos reproduzidos, cuja consulta pode complementar a leitura do texto, foram organizados em Anexos.

A organização dos apêndices e anexos corresponde à ordem em que são referenciados no corpo do texto, identificados, cada um deles, com números romanos (assim se distinguindo da ordenação do texto principal, com números arábicos).

Relativamente à ilustração do património móvel inventariado, cujo diagnóstico é apresentado no capítulo quarto, as fotografias estão reproduzidas sequencialmente no Anexo XVI. O texto indexa simplesmente o número de fotografia constante nesse anexo.

Na redacção do meu trabalho optei por não aplicar o último Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa.

---

## 2. Breve enquadramento geográfico, histórico, eclesial e cultural do território pertencente à Diocese da Guarda

### 2.1. Delimitação e enquadramento do território

O território da Diocese da Guarda, delimitado segundo a orgânica eclesial, é constituído por quinze arceparquias. O objecto de estudo deste trabalho projecto reporta a oito arceparquias - Almeida; Celorico da Beira; Figueira de Castelo Rodrigo; Gouveia; Pinhel; Rochoso; Seia e Trancoso - que integram 196 paróquias, ou seja (...) “organismos vivos abertos à vida da Igreja particular que é a Diocese, através do seu agrupamento em arceparquias” (Felício, 2008: 127).

Para o conhecimento dos arceparquias, onde se realizou o *Projecto de Inventário do Património religioso, móvel e imóvel, existente na Diocese da Guarda*, começo pelo enquadramento histórico, geográfico e eclesial do respectivo território da Diocese da Guarda.

“Em 1199 fundava D. Sancho I a cidade da Guarda, e nesse mesmo ano ou pouco depois restabelecia e transferia para ela, com autorização do Papa Inocêncio III, a antiga catedral de Egitânia ou Idanha” (Almeida, 1967: 92).

O bispado da Guarda foi iniciado por D. Martinho Pais I (Ferreira de Aves – Roma, 12-11-1228) e nessa altura a Diocese da Guarda era sufragânea de São Tiago de Compostela e o território estendia-se até ao Sul do Tejo. Com a criação da Diocese de Portalegre, em 1549, sofreu uma primeira redução (Almeida, 1968: 9).

Um novo desmembramento ocorreu no século XVIII, quando se efectuou a erecção pombalina do Bispado de Castelo Branco e da Diocese de Pinhel, em 1770.

Em 1882, o território da Diocese da Guarda incorpora a extinta Diocese de Pinhel e parte das Dioceses de Coimbra e Castelo Branco (Almeida, 1970: 11).

Actualmente, o território da Diocese da Guarda tem uma área de 6.759km<sup>2</sup>, uma população estimada em 231327 habitantes<sup>1</sup> e é limitado, a norte, pela Diocese de Bragança e pela de Lamego; a sul, prolonga-se até à Diocese de Portalegre; a oriente, estende-se até Espanha; e, a ocidente, confina com as Dioceses de Viseu e de Coimbra.

---

<sup>1</sup>Segundo os dados dos censos 2011. Informações obtidas em: [Em linha] Disponível em [http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine\\_censos\\_publicacao\\_det&menuBOUI=1307294&contexto=pu&PUBLICACOESpub\\_boui=122103956&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&menuBOUI=1307294&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=122103956&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab) [acedido em 5 Mar. de 2012].



---

O território da Diocese da Guarda, em conformidade com o Cânone 374 do Código de Direito Canónico (CDC), encontra-se, como já foi dito, dividido em quinze arceprestados, representados pelo arcepreste/vigário forâneo, posto à frente das sedes dos arceprestados, que integram 365 paróquias, a saber: o de Almeida, com 21 paróquias; o de Alpedrinha, com 12; o de Celorico da Beira, com 22; o da Covilhã, com 21; o de Figueira de Castelo Rodrigo, com 19; o do Fundão, com 26; o de Gouveia, com 23; o da Guarda, com 42; o de Manteigas-Belmonte, com 15; o de Penamacor, com 12; o de Pinhel, com 29; o do Rochoso, com 21; o do Sabugal, com 37; o de Seia, com 29 e o de Trancoso, com 31 paróquias.

Importa referir que o arcepreste/vigário forâneo, de acordo com os parágrafos 1 e 3 do cânone 555 tem o dever e o direito de “promover e coordenar a actividade pastoral comum na vigararia; providenciar para que (...) se observem com cuidado o decoro e a limpeza das igrejas e das alfaías sagradas (...) se administrem com cuidado os bens eclesiásticos (...)”.

O CDC no cânone 515 parágrafo 1 prevê que “[a] Paróquia é uma certa comunidade de fiéis, constituída estavelmente na Igreja Particular, cuja cura pastoral, sob a autoridade do Bispo Diocesano, está confinada ao pároco, como a seu pastor próprio”. O parágrafo 3 acrescenta que “[a] paróquia legitimamente erecta goza pelo próprio direito de personalidade jurídica.”

Segundo o artigo 1.º, do Capítulo 1.º da *Legislação Diocesana das Paróquias e Administração Paroquial*, “[a] Paróquia pode, com vista à prossecução dos seus fins, adquirir, conservar, gerir e alienar bens patrimoniais, por todos os modos legítimos de direito natural ou positivo, permitidos a qualquer pessoa física ou jurídica (cf.can.1259), respeitadas sempre as prescrições do Código de Direito Canónico, sobre que versa em especial o Livro V”.

O art.º 4.º da mesma legislação acrescenta que “[o]s bens patrimoniais da paróquia consideram-se bens eclesiásticos (cf. Can.1257§1), pelo que a sua administração é desempenhada em nome da Igreja (cf. can. 1282).”

Como referi, a sede episcopal do território, cujo património religioso é o meu objecto de estudo, situa-se na capital administrativa do Distrito da Guarda, também ela local de residência do Bispo, do qual emanam orientações para toda a região eclesiástica.

Para melhor distinguir os limites espaciais e geográficos das entidades e organizações administrativas e eclesiásticas passo a analisar ambas (Apêndice I).

---

O Distrito da Guarda é constituído por 14 concelhos (com 336 freguesias) – Aguiar da Beira; Almeida; Celorico da Beira; Figueira de Castelo Rodrigo; Fornos de Algodres; Gouveia; Guarda; Manteigas; Meda; Pinhel; Sabugal; Seia; Trancoso; Vila Nova de Foz Côa.

A Diocese da Guarda não compreende os concelhos de Aguiar da Beira e da Meda; do concelho de Fornos de Algodres compreende a freguesia de Juncais e de Vila Ruiva (as restantes freguesias são da Diocese de Viseu) e, de Vila Nova de Foz Côa, compreende as freguesias de Almendra e Castelo Melhor (as restantes freguesias pertencem à Diocese de Lamego).

Além do território comum ao Distrito da Guarda, a Diocese inclui os concelhos de Belmonte, Castelo Branco, Covilhã, Fundão e Penamacor, possuindo no Concelho de Oliveira do Hospital a freguesia de São Gião.

Uma vez definido o território da Diocese da Guarda e onde se desenvolve o *Projecto de Inventário do Património religioso, imóvel e móvel, existente na Diocese da Guarda*, vou centrar-me objectivamente nos locais onde ocorreu a primeira fase do inventário entre Fevereiro de 2007 e Fevereiro de 2010.

O território eclesiástico dos arceprestados de Pinhel e de Trancoso correspondem aos limites geográficos do território administrativo.

O arceprestado de Almeida, criado em 1825 (Borges, 2007: 439), integra 20 das 29 freguesias do concelho de Almeida, a saber: Aldeia Nova; Almeida; Azinhal; Castelo Bom; Castelo Mendo; Freineda; Freixo; Junça; Leomil; Malhada Sorda; Malpartida; Mido; Nave de Haver; Naves; São Pedro do Rio Seco; Senouras; Vale Coelha; Vale da Mula; Valverde e Vilar Formoso.

O arceprestado de Celorico da Beira integra, para além das freguesias do concelho de Celorico da Beira, a freguesia de Juncais, pertencente ao concelho de Fornos de Algodres.

O arceprestado de Figueira de Castelo Rodrigo, criado em 1971 (Borges, 2007: 443), integra, para além das freguesias do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, as de Almendra e Castelo Melhor, pertencentes ao concelho de Vila Nova de Foz Côa.

O arceprestado de Gouveia integra, para além das freguesias do concelho de Gouveia, a freguesia de Vila Ruiva, pertencente ao concelho de Fornos de Algodres.

O arceprestado do Rochoso integra freguesias de vários concelhos: de Almeida (Ade, Amoreira, Cabreira, Mesquitela, Monteperobolso, Parada, Porto de Ovelha e Miuzela); da

---

Guarda (Adão, Albardo, Casal de Cinza, Castanheira, Marmeleiro, Monte Margarida, Pousade, Rochoso, Vila Fernando e Vila Garcia) e do Sabugal (Cerdeira, Seixo do Côa e Valongo).

O arceprestado de Seia integra, para além das freguesias do concelho de Seia, a freguesia de São Gião, pertencente ao concelho de Oliveira do Hospital.

Os arceprestados estão separados territorialmente e o quotidiano das comunidades assenta em relações sociais, ritos e crenças de cariz religioso que congregam a aldeia ou a freguesia ao redor da sua igreja paroquial ou das capelas.

No que se refere à população residente nos concelhos, a análise aos Censos realizados em 2001 e 2011 permite-me concluir que houve um decréscimo na ordem dos 11139 habitantes. Obviamente, este facto tem reflexos na vida das paróquias a que tenho vindo a aludir, obrigando as entidades eclesiais a reflectir sobre a dinâmica pastoral, de onde decorre que “grande parte das actividades desenvolvidas para o serviço da Fé se realizem cada vez mais a nível inter-paroquial e mesmo supra-paroquial. Esta nova urgência é claramente imposta pela diminuição do número de pessoas residentes nas nossas paróquias (...)” (Felício, 2008: 127).

Este facto tem vindo a comprometer a prossecução de algumas actividades religiosas, fundamentalmente, no que respeita à regularidade das festas e romarias.

Apesar desta constatação, as instituições religiosas (irmandades, confrarias, grupos de escuteiros, mordomias, etc.), laicas (órgãos autárquicos, forças policiais, associações culturais etc.) e grupos da sociedade civil, identificados com o território, têm sabido manter viva a dinâmica cultural-religiosa dos arceprestados.

A este propósito, considero que as festas religiosas, singulares da devoção local, tais como as rogações, ladainhas e martírios estão profundamente enraizadas nas comunidades paroquiais e é (...) “sobre este vasto e quotidiano património que o povo em igreja, com ela e nela, proclama a glória dos Santos, de Maria e do Salvador” (Gomes, 1981: 433).

Neste capítulo apresento algumas das inúmeras actividades religiosas e culturais que desde tempos imemoriais têm caracterizado a vivência das comunidades e a sua identidade local. Em termos de organização, compete às várias paróquias, em colaboração com as instituições religiosas e civis, promover aquelas manifestações.

---

O território dos arciprestados foi o ponto de partida para me referir às manifestações culturais e ao património arquitectónico religioso, que passo a enunciar em tópicos distintos.

## **2.2. Manifestações culturais religiosas (Apêndice II)**

### **2.2.1. Arciprestado de Almeida**

#### **2.2.1.a. Festa do Corpo de Deus**

Festa móvel.

Esta manifestação congrega várias paróquias do arciprestado (exemplo de actividades inter-paroquiais). Realiza-se na sede do arciprestado (Almeida) e para lá concorrem as restantes paróquias do arciprestado cujos rituais são explícitos através das bandeiras processionais e insígnias presentes na procissão associada à festa. É prática a colaboração dos órgãos autárquicos locais.

#### **2.2.1.b. Procissão dos Passos**

Festa móvel (quinta feira santa).

A procissão realiza-se em Almeida, paróquia e sede de arciprestado.

Procissão teatralizada que reflecte as passagens da Via Sacra. Intervêm nesta festa o Grupo de Escuteiros de Almeida (“actores”) e a Santa Casa da Misericórdia de Almeida. Festa amplamente participada pelas comunidades paroquiais circunvizinhas.

#### **2.2.1.c. Festa de Nossa Senhora da Ajuda**

Festa Fixa (Setembro)

A festa de Nossa Senhora da Ajuda realizada em Malhada Sorda no concelho de Almeida “continua a ser uma grande manifestação de fé que atrai anualmente milhares de pessoas [cerca de vinte mil pessoas anualmente] do distrito e também de Espanha” (A Guarda, 2012: 12).

A festa que vem de tempos imemoriais tem a particularidade de ser realizada por oito mordomos solteiros (quatro rapazes e quatro raparigas). A Igreja de Nossa Senhora da Ajuda

---

permanece aberta, no dia da festa, até de madrugada, para que os peregrinos realizem a sua oração e participem nos rituais.

#### **2.2.1.d. Festa de Santa Eufémia**

Festa fixa (Setembro) que coincide com a feira anual (de Santa Eufémia).

Realiza-se na paróquia de Freineda e para lá concorrem as comunidades de outros arciprestados por forma a cumprirem promessas e participarem nos rituais que lhe são próprios.

Nesta paróquia realiza-se, no dia da mártir Santa Eufémia, a feira anual à qual ocorrem as comunidades que se dirigem à paróquia da Freineda, contribuindo para o desenvolvimento do comércio regional e promovendo o relacionamento interpessoal.

A organização da festa religiosa cabe às mordomias (nomeadas anualmente).

#### **2.2.2. Arciprestado de Celorico da Beira**

##### **2.2.2.a. Festa de Nossa Senhora de Açor também conhecida por festa do Espírito Santo**

Festa móvel. Realiza-se na segunda-feira que se segue ao dia de Pentecostes.

Esta festa ocorre, na paróquia de Açores, no dia de Pentecostes, daí que se possa explicar a invocação da festa ao Espírito Santo.

A aldeia de Açores, no Concelho de Celorico da Beira, é um local de culto antiquíssimo como se pode inferir pela existência de uma lápide sepulcral goda, datada do século VII.

O santuário mariano existente naquela paróquia, desde cedo, assumiu grande relevância no contexto religioso, expressa no Foral de D. Manuel I (1512) que estabelece privilégios àqueles que se deslocassem em romaria a Santa Maria de Açores. Aquela prática ancestral tem sido vivenciada pelas comunidades que acreditam na intercessão de Nossa Senhora de Açores. A tábuia principal de um tríptico, atribuída à oficina do Espinheiro e que em tempos integrou o património da Igreja Matriz de Açores, faz jus ao milagre de Nossa Senhora de Açor. Aquela obra pictórica, hoje, descontextualizada é reclamada pela

---

comunidade local, para regressar à origem. Esta tomada de posição da comunidade vem corroborar a ideia do sentimento de pertença pelo objecto histórico-artístico e religioso.

### **2.2.3. Arciprestado de Figueira de Castelo Rodrigo**

#### **2.2.3.a. Festa do Corpo de Deus**

Festa móvel.

A festa do Corpo de Deus ou *Corpus Christi* (...) “teve origem no termo de Liège (Bélgica) após o sínodo de 1246 (...). O papa Urnano VI ampliou-a (1264) a toda a cristandade, embora a procissão só se tornasse obrigatória no pontificado de João XXII, que ordenou o costume em 1317” (Gomes, 1981: 480).

Este ritual ancestral realiza-se na sede de arciprestado (Figueira de Castelo Rodrigo) e pressupõe o embelezamento das ruas (símbolos cristãos) onde decorre a procissão.

Esta actividade desenvolvida pela comunidade é exemplo do envolvimento dos paroquianos na vida religiosa e, simultaneamente, concorre para a afirmação da identidade local.

A festa é realizada por instituições religiosas e laicas (órgãos autárquicos, forças policiais e associações culturais) e a ela ocorrem as comunidades circunvizinhas e grupos de pessoas da sociedade civil, nacionais e estrangeiros.

#### **2.2.3.b. Festa de Nossa Senhora do Campo**

Festa móvel.

Esta festa obedece a rituais muito singulares. No domingo de Páscoa, que antecede a festa, as imagens de Nossa Senhora do Campo e do Menino Jesus, que se encontram, destinadas ao culto, na Capela de Nossa Senhora do Campo, são incorporadas na procissão até à Igreja Matriz de Almendra.

O acidentado percurso calcorreado pelas comunidades em procissão, com o transporte das imagens aos ombros, reflecte o espírito de sacrifício dos peregrinos, típico da religião cristã.

O ritual compreende, ainda, a procissão no Domingo de Pascoela e o regresso das referidas imagens ao local de origem, na segunda-feira de Pascoela.

---

#### **2.2.4. Arciprestado de Gouveia**

##### **2.2.4.a. Festa do Senhor do Calvário**

Festa fixa, com duração de 6 dias (Agosto).

A festa do Senhor do Calvário, realizada na sede do arciprestado de Gouveia, extravasa em muito as práticas religiosas.

Àquela festa ocorrem comunidades e grupos da sociedade civil oriundos de várias regiões, com o objectivo de participarem em exposições, feiras, espectáculos de dança e música e na procissão do Senhor do Calvário, que percorre as ruas da cidade de Gouveia.

As instituições (paróquia, irmandades, município, colectividades e associações culturais) envolvidas na realização da Festa do Senhor do Calvário têm sabido manter viva a dinâmica cultural-religiosa local e regional do território.

#### **2.2.5. Arciprestado de Pinhel**

##### **2.2.5.a. Festa de Nossa Senhora das Fontes**

Festa fixa (Setembro).

A festa de Nossa Senhora das Fontes realiza-se no lugar de Santa Eufémia.

Esta romaria obedece a rituais particulares. No dia que antecede à festa, a imagem de Nossa Senhora das Fontes, ao culto na Igreja do santuário mariano, é deslocada para a Igreja Matriz de Santa Eufémia, com o objectivo de incorporar a procissão nocturna até ao santuário.

A esta romaria ocorrem muitas comunidades das paróquias circunvizinhas, por forma a cumprirem as suas promessas e participarem nos rituais que lhe são próprios.

Esta festa é realizada pela mordomia (eleita anualmente).

##### **2.2.5.b. Festa de Nossa Senhora da Alagoa**

Festa fixa (8 de Setembro).

A festa de Nossa Senhora da Alagoa realiza-se no lugar de Argomil (Paróquia de Pomares) e para lá concorrem os peregrinos de outros arciprestados para cumprirem as suas promessas e realizarem as suas ofertas.

---

Nesta festa, as imagens que se encontram ao culto na sede da paróquia (Pomares), são incorporadas na procissão nocturna até à capela de Nossa Senhora da Alagoa, em Argomil.

O ritual compreende, ainda, o regresso das referidas imagens ao local de origem.

## **2.2.6. Arciprestado do Rochoso**

### **2.2.6.a. Festa de Nossa Senhora da Póvoa**

Festa móvel (último domingo do mês de maio).

O ritual religioso compreende uma novena, que antecede o dia festivo. Os rituais são realizados no Santuário Mariano, existente na paróquia de Casal de Cinza.

A festa congrega as várias anexas (Carpinteiro, Creado, Gata, João Bragal de Baixo, Pessolta) da sede de paróquia/freguesia (Casal de Cinza) para onde concorrem as comunidades paroquiais cujos rituais são explícitos através das bandeiras processionais e estandartes presentes na procissão nocturna associada à festa.

A festa de Nossa Senhora da Póvoa é realizada pela mordomia (eleita anualmente).

## **2.2.7. Arciprestado de Seia**

### **2.2.7.a. Festa de Nossa Senhora do Desterro**

Festa fixa (15 de Agosto)

No lugar de São Romão foi erigido, como forma de perpetuar no tempo os milagres concedidos, um santuário constituído por dez capelas.

A capela de Nossa Senhora do Desterro encontra-se repleta de ex-votos, nos quais se dão graças a Nossa Senhora do Desterro pelos milagres concedidos.

“O santuário cresceu durante a governação de uma Confraria, só extinta e logo reorganizada em 1941. Segundo a lenda, no local deram-se sucessivamente as aparições de Nossa Senhora, do Menino e de São José, em três nichos diferentes, cavados nas rochas, no ano de 1650” (Gomes, 1981: 461).

Cabe aqui salientar o papel determinante que a Confraria de Nossa Senhora do Desterro tem vindo a assumir ao manter viva a tradição secular dos rituais religiosos próprios desta festa (celebração de missa campal e procissão); e ao promover a salvaguarda,



---

conservação e restauro do património confinado ao santuário (assunção de encargos financeiros inerentes ao *Projecto de Inventário* dos bens culturais).

#### **2.2.7.b. Festa de Nossa Senhora da Ajuda**

Festa Móvel (1.º domingo de Setembro).

A festa de Nossa Senhora da Ajuda é realizada na paróquia de Valezim.

No dia que antecede a festa, a imagem de Nossa Senhora da Ajuda, que se encontra, ao culto, na Capela de Nossa Senhora da Ajuda, é incorporada na procissão nocturna até à Igreja Matriz de Valezim.

O ritual religioso requer ainda que sejam incorporadas as restantes imagens existentes ao culto, na Igreja Matriz de Valezim, na procissão de regresso da imagem de Nossa Senhora da Ajuda, ao local de origem.

A festa é realizada pela paróquia e mordomia e a ela ocorrem as comunidades do arciprestado de Seia.

#### **2.2.8. Arciprestado de Trancoso**

##### **2.2.8.a. Festa de Nossa Senhora da Fresta**

Festa fixa.

“A devoção mais querida dos habitantes de Trancoso é a que todos consagram a Nossa Senhora da Fresta (antigamente do Sepulcro), venerada desde tempos antiquíssimos na sua igreja” (Bigotte, 1948: 452).

A antiguidade do culto e os numerosos milagres efectuados por intercessão de Nossa Senhora do Sepulcro (Bigotte, 1948: 453) continuam a fazer parte da cultura vivenciada no seio das comunidades do arciprestado de Trancoso, que no dia da Assunção de Nossa Senhora (15 de Agosto), festejam a devota imagem quatrocentista, incorporada na Procissão das Velas, no dia 14 de Agosto.

---

### **2.2.8.b. Festa de São Brás dos Montes**

Festa fixa.

Esta festa em homenagem a São Brás é realizada na aldeia de São Brás dos Montes (anexa da sede de paróquia/freguesia de Santa Maria – Trancoso).

Esta festa tem a particularidade das “maltas” se organizarem para entrarem na pequena localidade a cantar, com varapaus, bombos e acordeões, fazendo grandes arruadas pela pequena localidade e em torno da capela de invocação a São Brás.

O ritual religioso compreende, ainda, a incorporação das imagens religiosas, ao culto, na capela de São Brás, na procissão.

Um pouco por toda a Diocese, e os arciprestados em análise não são excepção, realizam-se a Encomendações das Almas, uma celebração associada ao culto dos mortos, que se realiza todas as sextas-feiras da Quaresma, à noite. Nestas Encomendações, homens e mulheres juntam-se lado a lado, em locais altos das aldeias, para rezarem pelos que já partiram e que solicitam o auxílio dos vivos para a sua entrada no Paraíso.

## **2.3. Património arquitectónico religioso**

A Diocese da Guarda viu a sua história preservada na obra *História da Diocese da Guarda*. Ao propor-me fazer uma apresentação do património arquitectónico religioso, mais emblemático, existente no território diocesano, tenho forçosamente de recorrer a esta fonte. O conhecimento do autor sobre esta temática leva-o a apresentar aquele património segundo três estilos: o Românico, o Gótico e o Barroco, modelo que seguirei.

### **Estilo Românico**

“O primeiro estrato arquitectónico patente na diocese é o românico” (Gomes, 1981: 407). No território da Diocese da Guarda não sobreviveram muitos edifícios de puro românico sendo que:

«[A] maior parte dos edifícios (...) são do período chamado românico de transição. É muito possível que igrejas antigas, de traça românica, tivessem correspondido a edifícios românicos mais puros, mas é um facto que a presença corresponde, de um modo geral, a resíduos, traços, ou incidências parcelares, na maior parte dos edifícios sagrados» (Gomes, 1981: 407).

---

No arcebispoado de Almeida é de destacar a Igreja Matriz trecentista de Malpartida, dedicada a Nossa Senhora da Assunção, “a matriz do século XIII, erigida, com três naves, em São Pedro do Rio Seco” (Gomes, 1981: 408) e a Igreja de Santa Maria do Castelo, em Castelo Mendo, provavelmente edificada em 1229, considerando a data do foral concedido por D. Sancho II, onde são mencionadas as autoridades religiosas e a instituição recente da paróquia (<http://www.monumentos.pt/Site/APPPagesUser/SIPA.aspx?id=1585>).

No Arciepispoado de Pinhel é de estilo românico a Igreja Matriz de Valbom, que data dos finais do século XIV princípios do século XV (Gomes, 1981: 408).

Seguindo para o arcebispoado de Trancoso, encontramos a Igreja de Moreira de Rei, Monumento Nacional (MN), dedicado a Santa Marinha e datada do século XII. Em Trancoso existem dois edifícios românicos classificados como Imóveis de Interesse Público (IIP): são a Igreja de Nossa Senhora da Fresta, do século XII e a Capela de Santa Luzia, dos séculos XII-XIII.

No arcebispoado de Figueira de Castelo Rodrigo realço: a Igreja de Nossa Senhora dos Anjos (IIP), em Almendra, um templo fortaleza de estrutura românica provavelmente reedificado em 1565; o portal românico, do século XV, da Igreja Matriz da Freixeda do Torrão; a Igreja da Imaculada Conceição na Vermiosa, do século XIV, com alterações posteriores e a Igreja do Reclamador (IIP), em Castelo Rodrigo, que embora bastante adulterada no século XVII, conserva os restos da antiga traça românica (cachorrada e contrafortes). Finalmente “[r]omânico de transição, no termo de Castelo Rodrigo, é a Igreja conventual de Santa Maria de Aguiar” (Gomes, 1981: 408). Este MN é um antigo mosteiro Cisterciense, composto por igreja de planta em cruz latina, três naves, transepto saliente e capela-mor, segundo o esquema utilizado na igreja La Prée, em França ([http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1450](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1450)).

No arcebispoado de Seia, anoto a Capela de São Pedro (MN), em Seia, um templo de raiz românica reedificado no século XVI e a Capela de Nossa Senhora do Espinheiro, datada de 1382.

No Arciepispoado de Celorico da Beira ergue-se em Linhares da Beira o portal românico e a cachorrada da igreja matriz (IIP) do século XII (Oliveira, 1997: 573).

---

## **Estilo Gótico**

“O segundo estrato é o gótico, logo ajustado ao manuelino. O estilo desenvolveu-se no Norte, onde o românico prevaleceu, apesar das incidências góticas apostas a um que outro edifício, como sucede no românico de Santa Maria de Aguiar” (Gomes, 1980: 411).

No arcebispo de Pinhel encontra-se a Igreja de Santa Maria do Castelo (IIP) um edifício “gótico do século XIV (...) com uma fachada onde se destaca o arco quebrado” (...) (Almeida, 1976: 442) e a Capela da Misericórdia com o seu portal manuelino (IIP).

No arcebispo de Figueira de Castelo Rodrigo anoto a Igreja de Nossa Senhora da Alagoa (IIP), em Algodres, cujo pórtico é do século XIV e a Igreja de Nossa Senhora dos Anjos (IIP), em Escalhão, um templo do século XVI “em cuja fachada sobressai um portal de linhas clássicas e sóbria decoração” (Almeida, 1976: 235). A capela-mor é coberta por uma abóbada de nervuras e ostenta um retábulo de altar esculpido pelo flamengo Arnão de Carvalho (Almeida, 1976: 235). Destaco ainda a Igreja Matriz de Vilar Torpim que é um “[t]emplo gótico de uma só nave” (Almeida, 1976: 583).

No arcebispo de Gouveia reveste-se de interesse o Convento da Madre Deus (IIP) em Vinhó, mandado edificar pelo cavaleiro Francisco de Sousa e sua esposa, no século XVI, para recolhimento das freiras clarissas.

No arcebispo de Celorico da Beira, a igreja de Nossa Senhora dos Açores (IIP) “ainda que reconstruída em 1790, está erguida sobre uma planta gótica” (Gomes, 1981: 413).

## **Estilo Barroco**

«O terceiro estrato, muito variado, por vezes sem estilo definido, tem como centro o chamado barroco do ciclo joanino (1715-1735), embora haja construções posteriores de estilo análogo, ou com fortes incidências joaninas. Pode afirmar-se que os dois estratos mais fortes na diocese são o românico e o joanino. Há edifícios anteriores, alguns filipinos, mas a constante é a traça joanina, com inusitadas variantes e acrescentos, a gosto indefinido» (Gomes, 1981: 413).

No arcebispo de Almeida sobressai pelo seu valor arquitectónico a Capela da Misericórdia e a torre da Igreja de Nossa Senhora das Candeias (Gomes, 1981: 414).

Em Pinhel, cito a Igreja de São Luís datada do século XVII e em Trancoso, a Igreja de Nossa Senhora da Fresta (IIP), de que resta o santuário barroco.

---

No arciprestado de Seia, anoto São Gião “cuja matriz, puro D. João V, é uma verdadeira catedral, pela grandeza das proporções, linhas e motivos decorativos” (Gomes, 1981: 415). Ainda em Seia a Igreja da Misericórdia apresenta uma fachada joanina (Almeida, 1976: 511). Descendo para o arciprestado de Celorico da Beira, realço a Igreja de Santa Maria (IIP) um singelo templo de feição barroca, restaurado no século XVIII (Almeida, 1976: 194). Na paróquia de Vila Soeiro do Chão, a capela dedicada a Nossa Senhora da Saúde é joanina.

Depois da construção da Igreja Matriz de Vila Nova de Tázem (Gouveia), em 1900, outros edifícios foram sendo erigidos ao longo do século XX. A título de exemplo refiro as igrejas de Santa Eulália e da Carragosela, no arciprestado de Seia, a de Vila Franca das Naves, no arciprestado de Trancoso e a de Vide Entre Vinhas, no arciprestado de Celorico da Beira.

## **2.4. Entidades de carácter museal**

No que se refere a iniciativas de carácter museológico, a arte sacra, com uma presença significativa nos meios rurais, esteve na origem da criação de alguns espaços museais quer de iniciativa eclesiástica, quer promovidas por entidades laicas, mas sobretudo resultantes da colaboração de ambas as partes.

### **2.4.1. Museu de Arte Sacra de Vinhó**

Em 1985, por iniciativa da Comissão Fabriqueira da Igreja Paroquial de Vinhó, foi construído um anexo adossado à sacristia da actual igreja matriz (outrora pertencente ao Convento da Madre Deus de Vinhó), com o objectivo de instalar o seu museu de arte sacra e de preservar o acervo religioso ali existente.

As preocupações com o património ali existente remontam a Março de 1949, quando aquela Comissão Fabriqueira se dirigiu à então Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais para preservar o património imóvel e móvel, “em virtude de o Museu de Viseu haver tentado adquirir pinturas atribuíveis a Grão Vasco e alguns tapetes de Arraiolos, que a população pretendia não deixar sair da sua terra” (Costa, 2012: 205).

---

A colecção de arte sacra é constituída essencialmente por espécimes dos séculos XVI, XVII e XVIII, entre escultura, pinturas, metais, têxteis e cerâmica.

Os paramentos litúrgicos e o espólio de metais encontram-se agrupados tipologicamente em vitrinas e o restante acervo está disposto sem obedecer a um discurso expositivo coerente. No museu algumas peças têm tabela, onde consta a designação e a datação. No entanto, quanto a aspectos museográficos, evidencia-se uma certa acumulação dos objectos ali expostos, depreciando quer o espaço, quer o próprio acervo.

#### **2.4.2. Núcleo de Arte Sacra – Museu de Figueiró da Serra**

O Núcleo de Arte Sacra – Museu de Figueiró da Serra, tutelado pela Junta de Freguesia de Figueiró da Serra, encontra-se instalado na antiga casa paroquial, desocupada desde 1975.

O edifício, da propriedade da Diocese da Guarda, foi cedido à Comissão da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Figueiró da Serra, por escritura datada de 7 de Novembro de 1997, para a criação do museu.

Para a remodelação do imóvel e do pátio onde se encontra instalado o Museu Rural, de carácter etnográfico, contribuíram os apoios da Autarquia de Gouveia, da Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano e dos Figueiroenses.

“Os museus de Figueiró da Serra resultam, pois, de um duplo propósito de resgatar um edifício em degradação e arranjar um sítio para valorizar um acervo guardado em arrecadações” (Costa, 2012: 310).

As peças museológicas de arte sacra, provenientes da igreja paroquial, encontram-se expostas em suportes nem sempre adequados à valorização da sua concomitante condição de obra de arte.

#### **2.4.3. Museu de Arte Sacra de Alvoco da Serra**

O Museu de Arte Sacra de Alvoco da Serra, tutelado pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Alvoco da Serra, foi inaugurado a 8 de Dezembro de 2004, englobando a

---

Igreja Matriz, as capelas de São Pedro e de Santo António, na sede de freguesia, e as capelas do Aguincho, Vasco esteves de Baixo e Vasco Esteves de Cima.

No ano da sua inauguração tenho informação que o acervo seria provisoriamente instalado na Capela de Santo António, recuperada para o efeito, e que posteriormente seria transferido para a Capela de São Pedro, onde se procedeu a trabalhos de conservação e restauro.

Em 2003, D. António dos Santos, então Bispo da Guarda, manifestou-se dizendo que:

«[A]quela aldeia não podia ficar apenas com um museu na capela de São Pedro e exortava constituir um Núcleo de Arte Sacra composto pela Capela de Santo António, à entrada da povoação, a Capela de São Pedro, mais vetusta, e pela Igreja Matriz, num percurso que denominou Via Salutis, a Via da Salvação» (Costa, 2012: 311).

Do acervo de arte sacra reunido na Capela de Santo António destaca-se um conjunto de esculturas realizadas em pedra Ançã, do século XVI, propostas para classificação pela Delegação Regional de Castelo Branco e o Sacrário atribuído a João de Ruão. Na Capela de São Pedro preserva-se um retábulo maneirista e na Igreja Matriz, entre outras, a imagem de Nossa Senhora do Rosário, do século XV, atribuída a João Afonso.

Perante um património de incontornável valor histórico-artístico, exposto em precárias condições de conservação e segurança, o director do Museu de Arte Sacra de Alvoco da Serra “apelou, inclusivamente, à declaração de interesse municipal, da parte do Município de Seia, um processo mais célere, assinalando a urgência da sua preservação e cuidada musealização” (Costa, 2012: 311). No que se refere às expensas de conservação e restauro do retábulo maneirista, existente na Capela de São Pedro, foram suportadas pela Junta de Freguesia de Alvoco da Serra, em 2007.

Condicionantes de vária ordem não têm permitido a abertura permanente destes espaços. No entanto os edifícios podem ser visitados mediante marcação prévia.

A Comissão Instaladora empossada a 31 de Março de 2002 definiu que o objectivo para a criação do referido museu é conservar e perpetuar o património de arte sacra da freguesia de Alvoco da Serra.

Para além das referidas iniciativas museológicas existem, em Gouveia, o Espaço Arte e Memória e, em Pinhel, o Museu Municipal de Pinhel, ambos de tutela autárquica com colecções de arte sacra (Apêndice III).

---

Da análise que tenho vindo a fazer posso concluir que as manifestações culturais religiosas são a expressão de uma cultura religiosa viva (na medida em que as comunidades praticam/vivenciam os rituais que lhe são próprios) e, por outro lado, reflectem o sentimento de pertença em relação ao património imóvel e móvel. As instituições, quer religiosas, quer seculares, e grupos da sociedade civil identificados com o território, embora confrontados com um decréscimo da população, têm sabido manter viva uma dinâmica cultural e religiosa que importa manter, valorizar, divulgar e salvaguardar.

Nesta senda, é de particular importância referir a perspectiva da Igreja Católica, assim expressa:

«[P]elo seu significado social, o património histórico-artístico representa uma peculiar força gregária. É fonte de cultura, pois desencadeia processos de transformação do ambiente à medida do homem, sustém a memória do passado próprio de cada geração, e oferece-lhe a possibilidade de transmitir à posteridade as suas obras. Nele, a sociedade contemporânea reconhece a imagem concreta e inequívoca da própria identidade histórica e social» (Igreja Católica, 2000: 124).

Tal como aconteceu um pouco por todo o nosso País, nas últimas décadas, assistimos no território em análise à criação de pequenos espaços “museológicos”, de tutela eclesiástica ou laica, que reúnem importantes colecções de arte sacra, mantidas próximas dos locais de culto para os quais foram criados. Contudo, as experiências elencadas corroboram a constatação de Clara Frayão Camacho, sobre o plano nacional, de que “[e]ste crescimento exponencial de museus não foi acompanhado no nosso País por um reforço expressivo da programação museológica, área de planificação indispensável à criação de novos museus ou à reformulação das entidades museológicas mais antigas” (Camacho, 2001: 71). Concluindo, a inexistência de uma programação museológica, nos casos referidos, reflecte-se na ausência de investigação sobre o acervo reunido, na falta de recursos humanos, na inadequação dos edifícios, na inexistência de planos de actividades e de medidas de conservação e segurança.





---

### **3. Diagnóstico ao Projecto de Inventário do Património Religioso (imóvel e móvel) concretizado na Diocese da Guarda**

#### **3.1. Caracterização e metodologia do Projecto de Inventário do Património Religioso (Móvel e Imóvel) existente na Diocese da Guarda**

A Diocese da Guarda possui um vasto património imóvel e móvel de cariz religioso - objectos com valor histórico, artístico ou devocional, da propriedade da Diocese da Guarda, ou de paróquias, santuários, casas ou instituições tuteladas pela Autoridade Diocesana; Bens Culturais, Sociais e Religiosos, como se encontra explícito no artigo 1.º do *Regulamento do Património Cultural da Diocese da Guarda* (RPCDG), que os cidadãos são chamados a cuidar, a preservar, a estudar e a colocar ao serviço do culto, da evangelização, do conhecimento e da cultura. O artigo 2.º do mesmo regulamento acrescenta que “[t]odos os bens que fizerem parte do Património Cultural definido no artigo anterior devem constar do respectivo Cadastro, elaborado pelas entidades proprietárias ou detentoras desses bens, com intervenção do Departamento do Património Cultural da Diocese da Guarda” (RPCDG, 2011: 69-70).

Integrado no Secretariado Diocesano de Liturgia, o Departamento do Património Cultural da Diocese da Guarda (DPCDG) é responsável pelo desenvolvimento do *Projecto de Inventário*. O DPCDG engloba, entre outras, a Comissão Diocesana de Arte Sacra a quem compete emitir pareceres no que concerne à intervenção no património móvel e imóvel existente, bem como em obras de raiz.

Consciente da existência, importância e necessidade de preservação de um vasto e heterogéneo património cultural a Autoridade Diocesana entendeu, em Fevereiro de 2007, dar início ao *Projecto de Inventário do Património Religioso, Imóvel e Móvel, existente na Diocese da Guarda*. O inventário foi, ainda, encarado como sendo a génese de um museu a criar, posteriormente, pela Autoridade Diocesana e ao qual me referirei em capítulo específico.

Para cumprir o objectivo a que se propunha, a Autoridade Diocesana procedeu à contratação de pessoal técnico. A selecção recaiu numa técnica superior, licenciada em História da Arte, designando-a como responsável pela apresentação, programação e planificação do *Projecto de Inventário*, reconhecendo, contudo, que tal projecto obrigava à intervenção de uma equipa multidisciplinar e à adopção de ferramentas de trabalho que agilisassem, de forma adequada, os trabalhos.

---

Quanto à metodologia que adoptei assentou, em termos gerais, nas orientações emanadas pela CPBCI no documento *Necessidade e Urgência da Inventariação e Catalogação do Património Cultural da Igreja*; nas Normas de Inventário publicadas pelo então Instituto Português de Museus (IPM) e pelo Instituto dos Museus e da Conservação (IMC); no Código de Direito Canónico e na Lei n.º 47/2004 de 19 de Agosto - *Lei Quadro dos Museus Portugueses*.

O inventário foi encetado por mim própria, no ano 2007. Os trabalhos de inventário desenvolveram-se de forma sistemática e seguiu um plano geográfico de proximidade, entre paróquias, previamente definido.

Os dados recolhidos, *in situ*, foram tratados em gabinete como mais adiante refiro.

A implementação do *Projecto de Inventário* implicou a adopção de princípios basilares, que passo a descrever.

O extenso património religioso a inventariar, a sua diversidade e especificidade conduziram a uma selecção criteriosa, considerando-se para tal todos os objectos de valor histórico-artístico e religioso.

Foi objecto de inventariação o património móvel – escultura, pintura, metais, têxteis, mobiliário, cerâmica, espólio documental, objectos devocionais e ainda equipamentos e utensílios que se encontram em igrejas, capelas, sacristias, arrumos, casas e centros paroquiais, à guarda de particulares e de instituições bancárias, e também em museus.

No que se refere ao património imóvel e ao património integrado (retábulos, azulejos, frescos, entre outros) apenas foi realizado o registo fotográfico, considerando que esta tarefa é uma premissa indispensável à identificação do objecto em termos de um exame histórico-crítico e na recuperação do objecto em caso de roubo ou alienação.

O inventário do património móvel compreendeu necessariamente a atribuição de um número de registo de inventário e a elaboração da ficha de inventário individualizada do objecto. Estes dados foram introduzidos num suporte informático, em formato *word*.

A cada bem cultural móvel inventariado foi atribuída uma nomenclatura, constituída por um código alfa-numérico de individualização do objecto. O método adoptado na nomenclatura visou identificar imediatamente a propriedade do objecto. Os caracteres do alfabeto identificam a Diocese da Guarda (ex. DG – Diocese da Guarda), o arceprelado (ex. AS – arceprelado de Seia), a paróquia (ex. AS – Alvoco da Serra) e a categoria em que foi

---

incluído o objecto (ex. escultura). A numeração sequencial é atribuída em função da categoria (ex. esc. 946 – escultura.946), ou seja DG.AS.AS.esc. 946. Sempre que possível, o número de registo de inventário foi associado de forma permanente ao respectivo objecto utilizando para o efeito instrumentos de marcação que se adaptam aos diferentes materiais e suportes.

Ainda que com algumas adaptações, a ficha de inventário foi elaborada tendo como referência o programa Matriz 2.0 e integra os seguintes campos: instituição proprietária; categoria; subcategoria; denominação; título; número de inventário (n.º inv.); fotografia; descrição; autoria; produção; marcas e inscrições; datação; informações técnicas; dimensões (cm); peso (g); conservação; localização; observações e bibliografia. Na ficha foi incluída a respectiva imagem, obtida a partir de sistemas fotográficos digitais.

A inventariação obedeceu a procedimentos adequados que permitiram a pesagem, a medição e o registo de imagem, com recurso a instrumentos e materiais específicos para os efeitos que se pretendiam. No âmbito da fotografia os objectos foram, sempre que possível, enquadrados num cenário produzido com um tecido liso, opaco e de cores neutras e fotografados de modo a obter quatro vistas. Na impossibilidade de deslocar as peças, a fotografia fez-se sob o ângulo mais adequado. Pormenores como marcas, lacunas, assinaturas, foram fotografados e anotados.

Os objectos foram medidos em altura, largura, profundidade e diâmetro (diâmetro máximo (d.), diâmetro da copa (d.c) e diâmetro de base (d.b)), consoante as suas características.

No início dos trabalhos de inventariação, os objectos foram classificados, como ficou dito, nas categorias de escultura, pintura, metais, têxteis, mobiliário, cerâmica e espólio documental. A especificidade do património religioso objecto de inventariação levantou dificuldades de enquadramento naquelas categorias, pelo que foram introduzidas, em dado momento, as seguintes: equipamento e utensílios e objectos devocionais. Ainda pela mesma razão foi adoptada a terminologia estabelecida e proposta no *Thesaurus – Vocabulário de Objectos do Culto Católico, do Corredo Ecclesiástico di culto Cattolico*, publicado pela Universidade Católica Portuguesa.

Na fase de identificação do objecto atribuiu-se a denominação e o título. A descrição analítica das peças foi feita em texto livre, o que implicou o registo de dados muito diversos, variando de objecto para objecto. No campo da descrição anotou-se exactamente aquilo que se vê, do geral para o particular; identificam-se o tema e o assunto representado; as

---

características físicas distintas de cada objecto; os temas ornamentais; os motivos decorativos e os atributos específicos de cada imagem (iconografia). Qualquer presença de marcas, sinais, inscrições e etiquetas no objecto foram registadas em texto no campo próprio (marcas) da ficha de inventário e em fotografia. Do preenchimento rigoroso da ficha fizeram parte a atribuição da autoria, produção e datação da peça, quando conhecida.

No âmbito da informação técnica do objecto foram tidos em linha de conta aspectos tão importantes como as matérias, as técnicas, o estado de conservação e intervenções constatadas. A avaliação do estado de conservação dos objectos móveis foi realizada em cinco estados - Muito Bom, Bom, Regular, Deficiente e Mau – e a complementar esta informação especifiquei os problemas de conservação detectados.

As fichas foram impressas em duplicado e organizadas por arciprestado, paróquia e categoria, destinando-se um exemplar para o detentor do objecto (Fábrica da Igreja Paroquial) e o outro para o arquivo da Diocese da Guarda, ressaltando-se a possibilidade de futuras alterações ou actualizações que possibilitam aprofundar e disponibilizar informação sobre os objectos.

Em termos de arquivo e segurança das fichas individuais existem ficheiros impressos e em suporte digital (CD ou DVD), devidamente classificados/identificados e com cópia de segurança.

### **3.2. Principais resultados do *Projecto de inventário*, sua avaliação e necessidades de desenvolvimento**

A análise ao *Projecto de Inventário* permite apresentar o seguinte balanço quantitativo e qualitativo:

Foi possível fazer um périplo a oito arciprestados da Diocese da Guarda – Almeida; Celorico da Beira; Figueira de Castelo Rodrigo; Gouveia; Pinhel; Rochoso; Seia e Trancoso - que englobam cento e noventa e seis paróquias, traduzindo-se no registo fotográfico de seiscentos e sessenta e sete edifícios e na inventariação de onze mil novecentos e cinquenta e um objectos.

O inventário proporcionou identificar o estado de conservação do património, tendo-se detectado intervenções inadequadas (limpezas, repintes, restauros e outras) que não respeitam

---

a integridade e o processo de criação do objecto, conduzindo a danos irreversíveis, efectuadas por indivíduos sem formação técnica específica. Os dados referentes ao estado de conservação do património são apresentados no capítulo quatro.

Tendo consciência desta problemática, mas também não esquecendo que os objectos existem e servem a missão pastoral, com todos processos destrutivos que lhes são inerentes, ao longo do trabalho de inventário, *in situ*, foram realizadas acções de sensibilização ao nível da conservação preventiva e de práticas correctas de intervenção no património, dirigidas às comissões locais e responsáveis pela vigilância do património.

O trabalho de inventário e a minha presença nos locais abriram caminho para a introdução da vertente pedagógica, sensibilizando os proprietários para as questões da conservação e eventuais restauros e levando os elementos das Comissões Fabriqueiras a reconhecerem a importância da consulta à Comissão Diocesana de Arte Sacra.

Ainda a propósito da conservação preventiva (a que me referirei no capítulo quinto) observaram-se práticas, como disse, menos correctas, mas também existem exemplos de “guardas do património” que estão despertos, dinâmicos e empenhados para alterar comportamentos desajustados e adquirirem formação específica nesta área.

O trabalho de inventário possibilitou trazer à luz obras de arte sacra desconhecidas, tanto na vertente histórico-artística, como na cultural. Algumas daquelas peças tiveram particular destaque na exposição temporária *Grandes são as obras do Senhor*, realizada em colaboração com a Câmara Municipal de Seia, em Março de 2010.

A exposição permitiu investigar, conservar e divulgar um conjunto significativo de objectos que se encontravam dispersos e em condições precárias de preservação e, simultaneamente, apresentá-los pela primeira vez ao público.

A edição do catálogo que acompanhou aquela exposição temporária revelou-se um instrumento precioso numa dupla vertente, na medida em que proporciona um maior e melhor conhecimento sobre os objectos expostos, valorizando as componentes artística e histórico-religiosa das peças inventariadas e perpétua a exposição.

Constatei que o trabalho de inventário é um meio integrador da comunidade paroquial, na medida em que colabora para a localização, deslocalização e conhecimento do património, por via da proximidade e afectividade que mantém com o objecto cultural/religioso.

---

No que respeita ao controle de objectos (identificação de objectos roubados) o inventário permitiu a sua identificação, dando resposta adequada às solicitações das autoridades policiais e do Secretariado Nacional dos Bens Culturais da Igreja (SNBCI).

Em termos de recursos humanos deparei-me com a ausência de uma equipa afecta ao *Projecto de Inventário*. Tal como já referi, o trabalho de inventário foi desenvolvido apenas por uma pessoa, ou seja, eu própria, contratada sem termo, licenciada em História da Arte e com experiência profissional na área da museologia. Esporadicamente, as tarefas de inventário (manuseamento e localização dos objectos) contaram com a colaboração das comunidades e dos párocos.

O sistema de arquivo em papel e o suporte digital em formato *word* revelam-se desajustados face às actuais exigências da inventariação e a gestão do património existente no território da Diocese da Guarda.

Tais ficheiros embora possam ser lidos não podem ser indexados, cruzados entre si, pesquisados, resgatados e actualizados de forma satisfatória. Ou seja, os dados não se transformam em informação e o sistema adoptado não contribui para que o conhecimento do património cultural seja alargado a um maior número de pessoas. Eu própria debato-me com a dificuldade de obter informações relativas ao património inventariado e tendo, invariavelmente, de percorrer todas as fichas de inventário para encontrar aquelas que contêm os dados pretendidos. Trata-se, obviamente, de uma tarefa penosa e morosa, dificultando os bons resultados, nomeadamente no que se refere à actualização permanente dos dados relativos ao património, o que faz com que se percam informações de extrema importância para a documentação daqueles bens culturais (por exemplo pedidos de empréstimo, exposições, adjudicações de conservação e restauro, relatórios, entre outros).

Tal como já referi, segui as Normas de Inventário publicadas pelo IPM e pelo IMC, que reúnem alguns dos procedimentos a adoptar nas tarefas do inventário de objectos museológicos. Em todo o caso, no decorrer dos trabalhos de inventário, constatei que havia necessidade de adaptar aquelas Normas a realidades e objectos específicos, recorrendo, por exemplo, a outros manuais e técnicas que enquadram de melhor forma os objectos a inventariar.

Desde o início dos trabalhos de inventariação houve preocupação em utilizar terminologias rigorosas e uniformes, recorrendo a vários manuais nacionais e internacionais porque nenhum deles se adapta, em bom rigor, às necessidades.

---

Entendo, assim, que o *Projecto de Inventário* deveria ter sido precedido de um trabalho prévio que abarcasse a criação de normas, de definições de procedimentos e criação de vocabulários estruturados/linguagem controlada (designações, matérias, técnicas, nomes, entre outros) desenvolvidos por uma equipa multidisciplinar por forma a minimizar erros, omissões e redundâncias na documentação do património cultural e aos quais me referirei no capítulo sexto.

Embora tenha inventariado milhares de objectos, a grande maioria não foi alvo de um estudo aprofundado e pormenorizado. A análise ao estudo do património é feita no capítulo quinto.

Concluindo, na minha perspectiva a falta de recursos humanos e de concomitante elaboração de um plano de trabalho mais desenvolvido e com uma metodologia adequada estão na base das lacunas deste projecto encetado em 2007. Uma equipa multidisciplinar e consultores técnicos externos, altamente especializados, contribuiriam, por certo, para melhores resultados do *Projecto de Inventário*. A desactualização dos recursos materiais, nomeadamente a ausência de um *Sistema de Gestão de Colecções* tem consequências graves já apontadas, ou seja o ficheiro em formato *Word* como já disse limita a persecução dos objectivos do *Projecto de Inventário* (documentação e gestão dos objectos inventariados). As lacunas de normalização, nomeadamente de definições de procedimentos e terminologias, teve como consequência eventuais erros, omissões e redundâncias. Contudo, o *Projecto de Inventário* desenvolvido até Fevereiro de 2010 é fundamental para a tomada de consciência do que há para fazer. A inventariação realizada é um instrumento de registo, controle e conhecimento dos objectos. Tenho em mãos uma tarefa árdua e trabalhosa no desenvolvimento das tarefas intrínsecas ao inventário, no entanto existem formas de trilhar caminhos já regulamentadas e normalizadas internacionalmente e às quais me referirei no capítulo sexto.





---

#### **4. Diagnóstico ao Património Religioso (imóvel e móvel) inventariado em oito Arciprestados da Diocese da Guarda**

Neste item pretendo realizar o diagnóstico ao património já inventariado considerando que este:

«[É] a primeira etapa para se pensar ou repensar um museu. Ela constitui-se de levantamentos e análise de dados de toda a sorte: através de reuniões com a equipe do museu (caso seja para revitalização), visitas técnicas ao local ou instalações, pesquisa bibliográfica (...). Mas, fundamental é a pesquisa sobre o acervo, pois é ele que vai definir o perfil do museu em termos científicos e estruturais: é a sua vocação ou, em outros termos, a identidade do museu. Assim, para se ter um diagnóstico preciso, uma ampla pesquisa deverá ser realizada, que terá início com o levantamento do acervo (...) e de leitura de bibliografia sobre o tema. É esse primeiro diagnóstico que encadeará as outras actividades e definirá o programa científico/estrutural» (Neves, 2003: 63-64).

Para cumprir o objectivo a que me proponho estabeleci analisar o património imóvel e móvel inventariado sob os seguintes itens: titularidade, localização, tipologias, quantidade, estado de conservação e por fim estudo e investigação de que foi objecto.

No item de titularidade tive como objectivo averiguar a propriedade dos bens patrimoniais inventariados.

No item de localização tive como objectivo identificar o local onde se encontravam os bens materiais imóveis e móveis, no momento do levantamento.

No item de tipologias tive como objectivo caracterizar o património móvel segundo as categorias (quantidade, materiais, cronologia, características, entre outros).

No item de estado de conservação tive como objectivo avaliar as condições físicas do património. A avaliação do estado de conservação dos objectos móveis foi realizada em cinco estados - Muito Bom, Bom, Regular, Deficiente e Mau – e a complementar esta informação especifiquei os problemas de conservação detectados (metodologia seguida no *Projecto de Inventário*).

No item de estudo/investigação pretendo caracterizar o património quanto ao estudo e investigação de que foi objecto.

O diagnóstico que passo a apresentar tem por base as informações recolhidas ao longo do trabalho de inventário, mas resulta do aprofundamento de conhecimentos que adquiri no decurso do trabalho actual. Os dados recolhidos referentes à localização e à conservação referem-se ao momento do levantamento realizado entre Fevereiro de 2007 e Fevereiro de

---

2010 e não podemos esquecer que os objectos sofrem movimentos e alterações fruto da dinâmica devocional.

Os arceprestados foram o ponto de partida para me referir à titularidade e localização do património imóvel a preservar *in situ* e do património móvel que passo a apresentar.

#### **4.1. Titularidade, protecção e localização**

##### **4.1.1. Titularidade e protecção**

Tal como se encontra explícito no art.º n.º 41 do Decreto-Lei n.º 30:615 de 25 de Junho de 1940:

«É reconhecida à Igreja Católica em Portugal a propriedade dos bens que à data de 1 de Outubro de 1910 lhe pertenciam e estão ainda na posse do Estado, como templos, paços episcopais e residências paroquiais com os seus passais, seminários com as suas cêrcas, casas de institutos religiosos, paramentos, alaias e outros objectos affectos ao culto da religião católica, salvo os que se encontrem actualmente aplicados a serviços públicos ou classificados como “monumentos nacionais” ou como “imóveis de interesse público”. Os imóveis classificados como “monumentos nacionais” e como de “interesse público”, ou que venham a ser dentro de cinco anos a contar da troca das ratificações, ficarão em propriedade do Estado com afectação permanente ao serviço da Igreja.»

No território em análise - arceprestados de: Almeida; Celorico da Beira; Figueira de Castelo Rodrigo; Gouveia; Pinhel; Rochoso; Seia e Trancoso - existem três edifícios da propriedade do Estado Português e com afectação permanente ao serviço da Igreja Católica Portuguesa, definido pela Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé. Aqueles edifícios são os seguintes:

- Igreja e Mosteiro de Santa Maria de Aguiar imóvel classificado como MN pelo Decreto n.º 21:996, Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 1.ª série, n.º 295, de 17 de Dezembro de 1932 (Anexo I);

- Igreja de Santa Marinha em Moreira de Rei imóvel classificado como MN pelo Decreto n.º 21:354, Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 1.ª série, n.º 136, de 13 Julho de 1932 (Anexo II);

- Igreja de Nossa Senhora da Fresta IIP classificado pelo Decreto nº 33:587, Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 1ª série, nº 63 de 23 Março de 1944 (Anexo III).

---

Cabe aqui referir que embora a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, localizada em Melo, no arciprestado de Gouveia, tenha sido classificada como IIP pelo Decreto n.º 28:536, Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 1.ª série, n.º 66 de 22 de Março de 1938, o edifício foi adquirido em 1996 pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Melo, conforme escritura de compra ([http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1365](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1365)). Assim, o proprietário do edifício é a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Melo (Anexo IV).

Os restantes bens de acordo com o art.º n.º 43 do Decreto-Lei n.º 30:615 de 25 de Junho de 1940 foram “entregues, mediante prévio requerimento, mas sem dependência de organização de processo, às associações e organizações a que se referem os artigos III e IV da Concordata.” Isto é, segundo o artigo 3.º da Concordata de 1940 o património foi entregue a:

«[A]ssociações ou organizações a que o Estado reconhece personalidade jurídica. O reconhecimento por parte do Estado da personalidade jurídica das associações, corporações ou institutos religiosos, canonicamente erectos, resulta da simples participação escrita à Autoridade competente feita pelo Bispo da diocese, onde tiverem a sua sede, ou por seu legítimo representante.»

Neste contexto, atente-se ao parágrafo 3 do cânone 515 “[a] paróquia legitimamente erecta goza pelo próprio direito de personalidade jurídica.” Segundo o art.º 3.º da *Legislação Diocesana das Paróquias e da Administração Paroquial* emanada pela Diocese da Guarda, em 2011 “[p]or motivos derivados do ordenamento jurídico concordatário, o nome da Fábrica da Igreja Paroquial, como titular dos bens da paróquia, deve manter-se no relacionamento com as autoridades e instituições civis.” Isto significa que à excepção dos MN e IIP classificados até 1945 as Fábricas das Igrejas Paroquiais são titulares de todos os bens da Paróquia, incluindo os que estão afectos às outras igrejas, diferentes da matriz.

Embora as Fábricas das Igrejas Paroquiais sejam titulares daqueles bens, existe, no território em análise, património imóvel e móvel inventariado e classificado que goza do regime geral de protecção dos bens culturais segundo a Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro - *Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural*.

Assim, passo a apresentar o **património imóvel classificado**, os **imóveis incluídos em Zonas Especiais de Protecção (ZEP)** e em **vias de classificação** e o **património móvel inventariado** no território em análise.

**Património Imóvel sujeito a protecção legal****Tabela 1 - MN**

<b>MN</b>		
<b>Designação</b>	<b>Localização</b>	<b>Legislação</b>
Capela de Santa Luzia	Trancoso	Decreto n.º 39175, Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 1ª série, n.º 77 de 17 de Abril de 1953 (Anexo V)
Capela de Nossa Senhora da Penha	Torre Terrenho	Decreto n.º 39175, Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 1ª série, n.º 77 de 17 de Abril de 1953 (Anexo V)

**Tabela 2 - IIP**

<b>IIP</b>		
<b>Designação</b>	<b>Localização</b>	<b>Legislação</b>
Capela de Nossa Senhora da Conceição	Melo	Decreto n.º 28:536, Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 1ª série, n.º 66 de 22 Março 1938
Igreja Matriz de Almendra	Almendra	Decreto n.º 37:366, Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 1ª série, n.º 70 de 5 Abril 1949.
Ruínas da Igreja da Trindade	Pinhel	Decreto n.º 37:450, Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 1ª série, n.º 129 de 16 Junho 1949 (Anexo VI)
Igreja Paroquial de Linhares da Beira e todo o seu recheio	Linhares da Beira	Decreto n.º 41:191, Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, n.º 162 de 18 Julho 1957 (Anexo VII)
Igreja de Santa Maria	Celorico da Beira	Decreto n.º 43: 073, Direcção- Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, n.º 162 de 14 Julho 1960 (Anexo VIII)
Tectos da Igreja de Figueira de Castelo Rodrigo	Figueira de Castelo Rodrigo	Decreto n.º 44075, Direcção- Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, n.º 1543 de 5 Dezembro 1961 (Anexo IX)

<b>IIP (continuação)</b>		
<b>Designação</b>	<b>Localização</b>	<b>Legislação</b>
Igreja Paroquial de Vinhó	Vinhó	Decreto n.º 44675, Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 1.ª série, n.º 258 de 9 Novembro de 1962 (Anexo X)
Igreja Matriz de Torre Terrenho	Torre Terrenho	Decreto n.º 129/77, Diário da República n.º 226 de 29 Setembro 1977
Igreja Matriz de Algodres	Algodres	Decreto n.º 95/78, Diário da República, 1.ª série, n.º 210 de 12 Setembro 1978 (Anexo XI)
Igreja Matriz de Escalhão	Escalhão	Decreto n.º 95/78, Diário da República, 1.ª série, n.º 210 de 12 Setembro 1978 (Anexo XI)
Capela de Santo António	Ribamondego	Despacho de Fevereiro 1981
Igreja Matriz de Escarigo	Escarigo	Decreto n.º 28/82, Diário da República, 1.ª série, n.º 47 de 26 de Fevereiro 1982 (Anexo XII)
Igreja Paroquial da Malhada Sorda	Malhada Sorda	Decreto n.º 67/97, Diário da República, 1ª série-B, n.º 301 de 31 de Dezembro de 1997 (Anexo XIII)
Igreja Matriz de Leomil	Leomil	Despacho de homologação de 15 maio 2001 do Ministro da Cultura

**Tabela 3 - Imóveis de Interesse Municipal**

<b>IIM</b>		
<b>Designação</b>	<b>Localização</b>	<b>Legislação</b>
Capela de Santa Marinha	Mata de Lobos	Decreto n.º 28/82, Diário da República, 1.ª série, n.º 47 de 26 de Fevereiro 1982 (Anexo XII)

**Tabela 4 - Imóveis incluídos nas ZEP**

<b>Imóveis incluídos em ZEP</b>		
<b>Designação</b>	<b>Localização</b>	<b>Legislação</b>
Igreja Matriz de Almeida	Almeida	ZEP das Muralhas da Praça de Almeida
Igreja Matriz de Castelo Rodrigo	Castelo Rodrigo	ZEP do Pelourinho de Castelo Rodrigo

**Tabela 5. Imóveis em vias de classificação**

<b>Imóveis em vias de classificação</b>		
<b>Designação</b>	<b>Localização</b>	<b>Legislação</b>
Capela do Senhor do Calvário	Seia	

#### **Património móvel inventariado**

**Tabela 6 - Património móvel inventariado**

<b>Património móvel inventariado</b>		
<b>Designação</b>	<b>Localização</b>	<b>Legislação</b>
Cruz processional	Igreja Paroquial de Leomil	Decreto 20.985, de 07/03/1932 e do art.º 21.º do Decreto-lei 26.611, de 19/05/1936, publicado no Diário do Governo, 2.ª série, n.º 208, de 05/09/1945
Custódia-cálice	Igreja Paroquial de Leomil	Decreto 20.985, de 07/03/1932 e do art.º 21.º do Decreto-Lei 26.611, de 19/05/1936, publicado no Diário do Governo, 2.ª série, n.º 208, de 05/09/1945
Cruz processional	Igreja Paroquial de Açores	Diário da República, 3.ª série, nº8, de 10/01/1985

<b>Património móvel inventariado</b> (continuação)		
<b>Designação</b>	<b>Localização</b>	<b>Legislação</b>
Três pinturas: <i>Anunciação</i> <i>Descida da Cruz</i> <i>Adoração dos Magos</i>	Igreja Paroquial de Linhares da Beira	Decreto 20.985, de 07/03/1932 e do art.º 21º do Decreto-Lei 26.611, de 19/05/1936. Publicação: Diário do Governo, 2.ª série, de 18/10/1943
Custódia e turíbulo	Igreja Paroquial de São Pedro, em Trancoso	Decreto 20.985, de 07/03/1932 e do art.º 21.º do Decreto-lei 26.611, de 19/05/1936, publicado no Diário do Governo, 2.ª série, n.º 208, de 05/09/1945

#### **4.1.2. Localização**

##### **Património imóvel**

Do conjunto de oito arciprestados foram visitados seiscentos e sessenta e sete imóveis distribuindo-se da seguinte forma, quanto à sua localização: no arciprestado de Almeida localizam-se cinquenta e oito edifícios; no arciprestado de Celorico da Beira, cinquenta e dois edifícios; no de Figueira de Castelo Rodrigo, sessenta edifícios; no de Gouveia, oitenta e dois edifícios; no de Pinhel, oitenta e nove edifícios; no de Seia, cento e cinquenta edifícios; no de Trancoso, cento e um edifícios e no arciprestado do Rochoso, setenta e cinco edifícios.

##### **Património móvel** (Apêndice IV – Tabela I)

Tal como referi, no decurso do trabalho de inventário foram registados onze mil novecentos e cinquenta e um espécimes. Tais objectos encontram-se em: edifícios religiosos (igrejas e capelas); sacristias; arrumos; cofres; casas, salões e centros paroquiais; habitações particulares; espaços “museológicos”<sup>2</sup>; Arquivo Municipal de Seia e instituições bancárias.

Os objectos que enunciei distribuem-se, por arciprestado, conforme passo a indicar, com enumeração quantitativa e por categoria.

<sup>2</sup> Núcleo de Arte Sacra - Museu de Figueiró da Serra; Museu de Arte Sacra de Alvoco da Serra e Museu de Arte Sacra de Vinhó.



---

No arciprestado de Almeida, em cinquenta e oito edifícios foram inventariados quinhentos e três Metais; trezentas e quarenta e nove Esculturas; dezasseis Pinturas; doze objectos incluídos na categoria Espólio Documental; doze Objectos Devocionais e quatro Equipamento e Utensílios (Apêndice IV – Tabela II).

No que respeita à localização, dos quinhentos e três objectos registados na categoria Metais, duzentos e quarenta e oito encontram-se em sacristias (a maioria serve nos rituais litúrgicos); cento e quarenta e seis objectos estão guardados em cofres localizados no interior dos edifícios religiosos (grande parte não serve nos rituais litúrgicos); oitenta e seis adornam esculturas localizadas no espaço destinado ao culto (algumas delas estão colocadas em locais de fácil acesso); dezoito estão em casas paroquiais e cinco objectos estão guardados em habitações particulares.

Dos trezentos e quarenta e nove objectos inventariados na categoria Escultura podemos concluir que uma grande percentagem – trezentos e cinco objectos - encontra-se em igrejas e capelas (no espaço destinado ao culto); trinta e nove objectos estão guardados em sacristias; três encontram-se em casas e centros paroquiais (pela falta de espaço existente nos edifícios destinados ao culto); um encontra-se num cofre localizado no interior dos edifícios e um objecto está guardado num edifício da propriedade da Fábrica da Igreja, actualmente desabitado.

Dos dezasseis objectos de Pintura, nove estão em sacristias; cinco estão guardados em arrumos (não servindo nos rituais litúrgicos) e dois objectos encontram-se no espaço destinado a culto.

Dos doze objectos incluídos na categoria Espólio Documental, sete estão guardados em sacristias; dois encontram-se em casas paroquiais e três em cofres (estes espécimes não são usados com fins litúrgicos).

Dos doze Objectos Devocionais, onze adornam esculturas que se encontram no espaço destinado ao culto (algumas delas colocadas em locais de fácil acesso) e um objecto está guardado na sacristia.

Os quatro objectos de Equipamentos e Utensílios servem nos rituais litúrgicos, encontrando-se no espaço destinado ao culto.

No arciprestado de Celorico da Beira em cinquenta e dois edifícios foram inventariadas quatrocentas e oitenta e quatro Esculturas; trezentos e sessenta Metais; quarenta e uma Pinturas; vinte e cinco Têxteis; dezasseis objectos incluídos na categoria Espólio

---

Documental; doze Objectos Devocionais; seis objectos de Cerâmica e cinco Equipamentos e Utensílios (Apêndice IV – Tabela III).

No que respeita à sua localização, dos quatrocentos e oitenta e quatro objectos inventariados na categoria Escultura, trezentos e noventa e quatro localizam-se em igrejas e capelas (no espaço destinado ao culto). Algumas destas capelas em cujo interior permanecem as esculturas/imagens originais encontram-se em locais isolados, de difícil acesso, sem iluminação e mal vigiadas. Cinquenta e oito esculturas encontram-se guardadas em sacristias; dezanove estão em casas e centros paroquiais; onze objectos estão em dependências anexas dos edifícios religiosos e dois em casas de particulares.

Dos trezentos e sessenta objectos registados na categoria Metais, cento e vinte sete encontram-se em sacristias servindo nos rituais; noventa e nove estão guardadas em cofres localizados no interior dos edifícios religiosos (não servem nos rituais litúrgicos); quarenta e oito objectos estão em dependências anexas aos edifícios religiosos; quarenta e um encontram-se em casas paroquiais, actualmente desabitadas; vinte e quatro objectos adornam esculturas que estão no espaço destinado ao culto e vinte e um estão guardados em casas de particulares.

Das quarenta e uma peças de Pintura, vinte e três encontram-se no espaço destinado ao culto; quinze estão em sacristias e três em arrumos (coro).

Os vinte e cinco Têxteis inventariados estão guardados em arcazes e armários nas sacristias (as peças não são utilizadas nos rituais litúrgicos).

Dos dezasseis objectos incluídos na categoria Espólio Documental, dez estão guardados em armários nas sacristias e os restantes em cofres no interior dos edifícios religiosos (os exemplares não são usados com fins litúrgicos).

Dos doze Objectos Devocionais, onze adornam esculturas localizadas no espaço destinado ao culto e um objecto está guardado numa sacristia.

As seis peças de cerâmica que se encontram guardadas em sacristias perderam as funções para as quais originalmente foram criadas.

Os cinco objectos registados na categoria Equipamentos e Utensílios servem os rituais litúrgicos, encontrando-se no espaço destinado ao culto.

No arceprelado de Figueira de Castelo Rodrigo, em sessenta edifícios foram inventariados quinhentos e trinta e cinco Metais; quatrocentas e trinta e uma Esculturas; cento

---

e sessenta e oito objectos incluídos na categoria de Espólio Documental; vinte e quatro Pinturas; vinte e quatro Têxteis; dez Equipamentos e Utensílios; nove peças de Mobiliário e um Objecto Devocional (Apêndice IV – Tabela IV).

Quanto à sua localização, dos quinhentos e trinta e cinco objectos registados na categoria Metais, duzentos e dezoito encontram-se em sacristias (algumas dos espécimes foram substituídos por peças de fabrico recente); cento e noventa e um encontram-se guardados em casas de particulares (algumas alfaia litúrgicas antigas são colocadas pontualmente ao serviço dos rituais, outras estão permanentemente guardadas); oitenta e três objectos estão no espaço destinado ao culto (quarenta e sete adornam imagens e trinta e seis estão na capela-mor, baptistério, nave, entre outros e são utilizadas nas cerimónias); vinte e cinco objectos estão depositados em instituições bancárias por razões de segurança e dezoito encontram-se guardadas em arrumos (ex. tardo dos retábulos) e raramente são utilizadas.

Dos quatrocentos e trinta e um objectos inventariados na categoria Escultura, trezentas e trinta e seis encontram-se em igrejas e capelas (no espaço destinado ao culto); oitenta e três objectos encontram-se guardados em sacristias (alguns destes objectos, com importância artística foram substituídos por outros desprovidos de valor estético, de produção fabril); oito objectos escultóricos estão guardados em dependências anexas do edifício (ex. cartório, casa da fábrica da igreja, entre outros) e quatro encontram-se em recantos de casas paroquiais, actualmente desabitadas, em condições inadequadas que aceleram o processo de degradação.

Dos cento e sessenta e oito objectos incluídos na categoria Espólio Documental, cento e cinquenta e um exemplares estão guardados em casas paroquiais habitadas e dezassete encontram-se em armários nas sacristias dos edifícios (os exemplares não são usados com fins litúrgicos).

Das vinte e quatro peças de Pintura, dezanove estão localizadas em sacristias e cinco encontram-se no espaço destinado ao culto.

As vinte e quatro peças têxteis estão em arcazes e armários nas sacristias (estes exemplares não são usados nos rituais litúrgicos).

Dos dez objectos incluídos na categoria Equipamentos e Utensílios, cinco estão guardados em sacristias e os restantes encontram-se no espaço destinado ao culto.

As nove peças de Mobiliário encontram-se no espaço destinado ao culto, servindo nos rituais litúrgicos.

---

O único objecto incluído na categoria Objectos Devocionais adorna uma escultura guardada numa sacristia.

No arceprelado de Figueira de Castelo Rodrigo importa referir que a sede que dá nome à freguesia do Colmeal encontra-se abandonada desde 1956, cujas razões na minha opinião, não têm aqui lugar. O Colmeal é a única freguesia portuguesa cuja sede não tem quaisquer habitantes. Na orgânica religiosa a paróquia do Colmeal não foi extinta. O património móvel - escultura, equipamentos e utensílios e objectos devocionais, dos séculos XVII e XVIII - que outrora se encontrava na Igreja Paroquial do Colmeal (hoje em ruínas) foi transferido para a Igreja Matriz da paróquia de Figueira de Castelo Rodrigo, onde ainda se encontra.

Na minha perspectiva estamos na presença de um património móvel que deverá ser objecto de reflexão em contexto museológico, isto é tais bens deverão ser recolhidos, incorporados ou depositados sob gestão museológica, considerando que os objectos não são da propriedade da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Figueira de Castelo Rodrigo que o tem à sua guarda.

No arceprelado de Gouveia, em oitenta e dois edifícios foram inventariadas setecentas e oitenta e duas Esculturas; setecentos e vinte e cinco Metais; setenta e seis Pinturas; setenta e quatro Têxteis; cinquenta e sete objectos incluídos na categoria de Espólio Documental; cinco Equipamentos e Utensílios; dois Objectos Devocionais e duas peças de mobiliário religioso (Apêndice IV – Tabela V).

Quanto à sua localização, dos setecentos e oitenta e dois objectos inventariados na categoria Escultura, quinhentas e quarenta e seis encontram-se ao culto em igrejas (destes objectos, cento e cinquenta e cinco encontram-se em capelas afastadas do centro populacional e utilizadas uma vez no ano, nas festas religiosas); cento e vinte e dois objectos encontram-se guardados em sacristias (algumas dos exemplares são provenientes de capelas afastadas das localidades); vinte objectos encontram-se em casas paroquiais (algumas desabitadas); dezassete objectos foram integrados no Núcleo Museológico – Museu de Arte Sacra de Figueiró da Serra; catorze estão depositados no Museu de Arte Sacra de Vinhó; catorze objectos escultóricos encontram-se em Centros Paroquiais e trinta e oito objectos estão noutros edifícios, nomeadamente em salões paroquiais desafectos de funções (doze), em casas de particulares (onze) e em dependências anexas do edifício religioso (vinte e seis). Algumas destas movimentações decorreram da oferta de imagens por parte dos fiéis como forma de dar

---

cumprimento a uma promessa e que impuseram a presença daquelas ofertas no espaço outrora ocupado por peças antigas.

Dos setecentos e vinte e cinco objectos registados na categoria Metais, duzentos e quarenta e oito encontram-se em sacristias de igrejas (duzentos e trinta e oito) e capelas (dez); cento e noventa estão em casas paroquiais habitadas; cento e trinta e quatro objectos estão guardados em cofres localizados no interior dos edifícios; setenta e um encontram-se em casas de particulares (alguns dos zeladores revelam insegurança); quarenta e um objectos adornam esculturas que se encontram no espaço destinado ao culto (algumas colocadas em locais de fácil acesso); vinte e três foram deslocadas da Igreja Matriz de Figueiró da Serra para o no Núcleo Museológico – Museu de Arte Sacra de Figueiró da Serra (próximo do seu local de origem); treze objectos de metal estão no Museu de Arte Sacra de Vinhó (edifício anexo à igreja) e cinco objectos estão guardados em arrumos (coro, tardo dos retábulos, recantos e arrecadações) em condições inadequadas que aceleram o processo de degradação.

Na categoria Metais existe um objecto - cruz românica de Limoges – que merece destaque por duas ordens de razão: a primeira é pela sua raridade e interesse histórico-artístico e a segunda pela atitude peculiar expressa pelo doador da peça em depósito no futuro Museu, ao qual me referirei em capítulo próprio.

Neste sentido, não posso deixar de descrever factos relacionados com a descoberta, doação e depósito do referido objecto. O doador de nome Saul Cunha - paroquiano da paróquia de Vila Ruiva – ofereceu a cruz românica de Limoges à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Vila Ruiva (legítima proprietária). Segundo a notícia publicada no periódico *A Guarda*, em 2003:

«Entretanto, e dado o seu grande valor, é da minha expressa vontade que seja guardada no Museu de Arte Sacra da nossa Diocese da Guarda, embora como já disse, ficando para sempre a ser pertença da nossa igreja. Só em casos extraordinários, como, por exemplo, numa visita pastoral ou nalgum congresso eucarístico que ali se venha a realizar, se tirará do Museu um ou dois dias». (*A Guarda*, 2003: 4 - Anexo XIV).

No seguimento deste episódio:

«A Cúria Diocesana da Guarda declara que aceita depositar no Museu Diocesano de Arte Sacra da Guarda a Cruz Românica (Limoges), propriedade da Fábrica da Igreja de Vila Ruiva (Fornos de Algodres) com a condição de a mesma poder ser levantada por um ou dois dias, aquando de uma Visita Pastoral, de uma festiva missa nova de um sacerdote filho da terá.»

---

O Vigário Geral desta Diocese (Cónego Carlos Augusta Pina Paula) acrescenta que “[d]eclaro, para os devidos efeitos, que esta cruz foi entregue à guarda desta Cúria Diocesana da Guarda no dia 16/11/2006” (S.A, 2006 – Anexo XV).

Dos setenta e seis objectos inventariados na categoria de Pintura, trinta e um encontram-se no espaço destinado ao culto (vinte cinco em igrejas e seis em capelas); dezoito estão em sacristias; quinze estão guardados em casas paroquiais desabitadas; oito foram transferidas para no Núcleo Museológico – Museu de Arte Sacra de Figueiró da Serra e quatro integram o acervo do Museu de Arte Sacra de Vinhó.

Dos cinquenta e três objectos incluídos na categoria Espólio Documental, quarenta e sete estão guardados em sacristias de igrejas e dez em capelas (alguns exemplares estão guardados em armários de madeira infestados); cinco objectos estão no museu de Arte Sacra de Vinhó; três em casas paroquiais desabitadas e dois no Núcleo Museológico – Museu de Arte Sacra de Figueiró da Serra.

Dos doze Objectos Devocionais, onze adornam esculturas localizadas no espaço cultural e um está guardado numa sacristia.

Dos setenta e quatro têxteis inventariados a grande maioria (quarenta e sete) encontram-se localizados nas sacristias das igrejas, em arcazes e roupeiros e nunca ou raramente são utilizados nos rituais litúrgicos; dezanove encontram-se dentro de vitrinas no Museu de Arte Sacra de Vinhó e oito no Núcleo Museológico – Museu de Arte Sacra de Figueiró da Serra.

Os dois objectos registados na categoria Equipamentos e Utensílios e os dois objectos incluídos na categoria Mobiliário encontram-se nos espaços destinados ao culto, servindo nos rituais e adornando esculturas que se encontram nos retábulos de altar (em locais de difícil acesso).

No arceprelado de Pinhel, em oitenta e nove edifícios foram inventariados oitocentos e trinta e um Metais; seiscentas e noventa e nove Esculturas; noventa e três Têxteis; quarenta e cinco objectos incluídos na categoria Espólio Documental; trinta e nove Pinturas; vinte e seis peças de Mobiliário; três Equipamentos e Utensílios e dois Objectos Devocionais (Apêndice IV – Tabela VI).

Quanto à sua localização, dos oitocentos e trinta e um objectos registados na categoria Metais, duzentos e cinquenta e cinco encontram-se guardadas em cofres, localizados no interior dos edifícios religiosos e especificamente adquiridos por questões de segurança;

---

duzentos e cinco estão em sacristias de igrejas; cento e quarenta e dois estão à guarda de particulares em habitações privadas (alguns paroquianos receiam pela segurança das peças); oitenta e sete objectos estão guardados em casas paroquiais (algumas desabitadas); quarenta e três encontram-se em sacristias de pequenas capelas (algumas encontram-se em locais isolados); cinquenta e seis objectos adornam esculturas que se encontram no espaço destinado ao culto e quarenta e três estão no espaço onde se realizam os rituais (capela-mor), sendo que trinta e três encontram-se nas igrejas matriz utilizadas frequentemente e dez estão em capelas raramente utilizadas. No decurso do trabalho de inventário vinte objectos incluídos na categoria Metais foram deslocados de capelas isoladas para a igreja sede por questões de segurança.

A grande percentagem de esculturas (seiscentas e sete) encontra-se no espaço destinado ao culto de igrejas (trezentas e oitenta e nove) e capelas (duzentas e dezoito); cinquenta e um dos espécimes estão em sacristias (alguns dos exemplares foram substituídos por objectos produzidos em série); trinta e cinco objectos devido à falta de espaço nas igrejas foram arrumados em casas paroquiais (algumas desabitadas); os seis exemplares que restam distribuem-se por arrumos, cofres e outros edifícios (salões paroquiais raramente utilizados).

Dos noventa e três exemplares incluídos na categoria Têxtil, noventa e dois encontram-se em arcazes e roupeiros em sacristias e um exemplar (pálio de Cidadelhe) é frequentemente mudado de local, percorrendo as casas dos zeladores.

Dos quarenta e cinco objectos incluídos na categoria Espólio Documental, quarenta estão guardados em armários, em outros edifícios (cartórios) e os restantes em sacristias e arrumos.

Das trinta e nove peças de Pintura, vinte e seis encontram-se guardadas em sacristias e treze estão colocadas nos espaços destinados ao culto.

As vinte e seis peças de Mobiliário são utilizadas nos rituais litúrgicos, encontrando-se localizadas na Capela-Mor.

Os três objectos incluídos na categoria Equipamentos e utensílios foram substituídos por peças recentes encontrando-se os exemplares de valor histórico-artístico em arrumos.

Na categoria Objectos Devocionais existem dois objectos, um adorna um exemplar escultórico e o outro está guardado na sacristia.

---

No arciprestado do Rochoso, em setenta e cinco edifícios foram inventariados quinhentas e quarenta e cinco Esculturas; quatrocentos e cinquenta e nove Metais; quarenta e sete Pinturas; vinte objectos na categoria de Espólio Documental; quatro Equipamentos e Utensílios e dois Objectos Devocionais (Apêndice IV – Tabela VII).

Quanto à sua localização, as quinhentas e quarenta e cinco esculturas inventariadas no Arciprestado do Rochoso localizam-se nos seguintes espaços: duzentas e setenta e nove estão no interior de capelas (algumas delas sem condições de segurança e em avançado estado de degradação); cento e noventa e oito estão em igrejas; cinquenta e três objectos encontram-se nas sacristias dos edifícios (alguns destes exemplares de valor histórico artístico). Os restantes exemplares escultóricos distribuem-se por casas paroquiais (nove) e por cofres localizados nas sacristias dos edifícios religiosos (seis).

Dos quatrocentos e cinquenta e nove objectos registados na categoria Metais, duzentos e dezassete encontram-se guardados em sacristias de igrejas; cento e dezoito estão em sacristias de Capelas (algumas isoladas); quarenta e sete adornam imagens localizadas no espaço destinado ao culto; quarenta e seis foram guardadas em cofres no interior dos edifícios religiosos; dezasseis estão sob a responsabilidade de paroquianos (em casas particulares) e dez peças foram guardadas em casas paroquiais desabitadas.

Dos vinte objectos incluídos na categoria Espólio Documental, doze estão guardados em armários localizados nas sacristias; quatro estão em casas paroquiais desabitadas e quatro em arrumos (tardoz do retábulo).

Das quarenta e sete peças de Pintura, trinta e seis encontram-se em sacristias; nove estão guardadas em arrumos e em casas paroquiais desabitadas e duas estão no espaço destinado ao culto.

Os quatro objectos incluídos na categoria Equipamento e Utensílios são utilizadas nos rituais litúrgicos, encontrando-se localizadas na Capela-Mor. Na categoria Objectos Devocionais existem dois objectos que adornam imagens localizadas em sacristias.

No arciprestado de Seia, em cento e cinquenta edifícios foram inventariados mil quatrocentos e cinco Metais; mil cento e quarenta e quatro Esculturas; duzentos e dezanove objectos incluídos na categoria Espólio Documental; sessenta e três Têxteis; cinquenta e três Pinturas; trinta e oito Objectos Devocionais; dezasseis Equipamentos e Utensílios e onze objectos incluídos na categoria Cerâmica (Apêndice IV – Tabela VIII).



---

Quanto à sua localização, dos mil quatrocentos e cinco objectos registados na categoria Metais, quatrocentos de cinquenta e três encontram-se depositados em instituições bancárias por motivos de segurança; trezentos e vinte e seis estão guardados em sacristias de igrejas (alguns dos exemplares mais antigos e que ainda se encontram neste espaço foram substituídos por peças de fabrico recente); cento e noventa e sete objectos de metal estão guardados em cofres no interior dos edifícios religiosos; cento e quarenta e cinco encontram-se em sacristias de capelas (algumas isoladas e raramente utilizadas); cento e trinta e cinco objectos estão guardados em casas particulares (alguns dos zeladores temem pela segurança dos objectos); cento e quatro estão colocados em imagens que se encontram no espaço cultural (algumas esculturas estão colocadas em locais de fácil acesso); dezanove encontram-se em outros edifícios da propriedade das fábricas das igrejas paroquiais, próximos dos edifícios religiosos; catorze objectos estão em casas paroquiais desabitadas; nove objectos estão em arrumos (casas de banho dos edifícios religiosos e tardo dos retábulos) e três integram o acervo do Museu de Arte Sacra de Alvoco da Serra.

Das mil cento e quarenta e quatro esculturas inventariadas no arquiprestado de Seia, quatrocentas de sessenta e uma localizam-se em capelas (algumas delas isoladas) e quatrocentas e quarenta estão em igrejas no espaço destinado ao culto. Dezassete exemplares escultóricos dos séculos XVI-XVIII encontram-se no Museu de Arte Sacra de Alvoco da Serra. Os restantes duzentos e dezasseis exemplares, na sua maioria de valor histórico artístico, encontram-se em outros edifícios: setenta e oito em salões paroquiais raramente utilizados; cinquenta em casas da propriedade das Fábricas das Igrejas Paroquiais, próximas dos edifícios religiosos; quarenta e quatro nas sacristias das igrejas e das capelas; quarenta e duas em arrumos e duas em casas particulares.

Dos duzentos e dezanove objectos incluídos na categoria Espólio Documental, cento e sessenta e três estão guardados em armários localizados nos edifícios da propriedade das Fábricas das Igrejas Paroquiais, próximos dos edifícios religiosos (salões paroquiais raramente utilizados e casas paroquiais desabitadas) e em dependências anexas dos edifícios religioso (ex. cartório); cinquenta e seis estão nas sacristias das igrejas (trinta e cinco) e das capelas (vinte e uma).

Dos sessenta e três paramentos religiosos, quarenta e quatro encontram-se guardados em edifícios da propriedade da Fábrica da Igreja Paroquial, em precárias condições de conservação, e dezanove objectos estão em armários e arcazes nas sacristias de igrejas (os exemplares não são utilizados nos rituais).

---

Das cinquenta e três peças de Pintura, trinta e três estão no espaço destinado ao culto; onze encontram-se em arrumos (tardoz dos retábulos e coro); sete foram deslocadas para outros edifícios (salões paroquiais) não servindo nos rituais litúrgicos e dois objectos foram guardados em sacristias.

Quanto aos trinta e oito Objectos Devocionais (Ex-Votos), vinte e oito estão em sacristias; quatro estão no espaço destinado ao culto e seis encontram-se em arrumos.

Das dezasseis peças de Equipamento e Utensílios, seis são utilizadas nos rituais litúrgicos, encontrando-se localizadas na Capela-Mor e dez estão em sacristias tendo sido substituídos por peças mais recentes.

Das onze peças inventariadas na categoria Cerâmica, quatro encontram-se no Museu de Arte Sacra de Alvoco da Serra; cinco estão localizadas numa capela isolada e dois objectos foram guardados em arrumos (tardoz do retábulo).

No arciprestado de Trancoso, em cento e um edifícios foram inventariadas seiscentas e oitenta e duas Esculturas; seiscentos e trinta e nove Metais; quarenta e quatro Pinturas; vinte e cinco objectos incluídos na categoria Espólio Documental; vinte e cinco Têxteis; cinco Objectos Devocionais e dois Equipamentos e Utensílios (Apêndice IV – Tabela IX).

Quanto à sua localização, das seiscentas e oitenta e duas esculturas inventariadas no arciprestado de Trancoso, quinhentas e quarenta e cinco estão no espaço destinado ao culto em igrejas (trezentas e quarenta e uma) e capelas (duzentas e quarenta e quatro); cento e trinta e uma esculturas (algumas delas de importante valor histórico-artístico) estão guardadas em espaços que nem sempre oferecem a segurança e condições de conservação necessária aos objectos a saber: oitenta e três estão em sacristias de igrejas e capelas; vinte e oito estão noutros edifícios religiosos (salões paroquiais); quinze em arrumos (coro); três em casas particulares e duas em casas paroquiais desabitadas. Os restantes quatro exemplares estão guardados no Arquivo Municipal de Trancoso.

No que se refere à localização dos seiscentos e trinta e nove objectos registados na categoria Metais, duzentos e vinte seis encontram-se à guarda de paroquianos (casas particulares); duzentos e trinta e dois estão dispersos pelas sacristias das igrejas (cento e sessenta) e das capelas (setenta e dois); cento e vinte e seis foram guardados em cofres existentes no interior dos edifícios religiosos; quarenta e três adornam esculturas que ocupam o seu lugar nos retábulos existentes no espaço cultural e doze distribuem-se por casas paroquiais, arrumos e outros edifícios.

---

Das quarenta e quatro peças de Pintura, dezasseis encontram-se em sacristias, doze foram guardadas em arrumos; seis objectos estão guardados em casas paroquiais desabitadas; oito estão no espaço destinado ao culto e dois objectos encontram-se noutros edifícios (salões paroquiais).

Dos vinte e cinco objectos incluídos na categoria Espólio Documental, quinze estão guardados em armários localizados nas sacristias e dez objectos foram guardados em arrumos (tardo do retábulo de altar, coro).

Dos vinte e cinco Têxteis, dezassete encontram-se guardados em sacristias (em arcazes), cinco objectos estão em arrumos e três em casas paroquiais desabitadas.

Os cinco Objectos Devocionais encontram-se em sacristias e na categoria Equipamento e Utensílios existem dois objectos que estão à guarda de particulares.

#### **4.2. Património religioso móvel – enquadramento tipológico**

O património móvel inventariado nos oito arciprestados da Diocese da Guarda integra um vasto número de obras de arte sacra executadas em Portugal e no estrangeiro. A variedade dos objectos de Artes Plásticas e de Artes Decorativas – Metais, Escultura, Espólio Documental, Pintura, Têxteis, Mobiliário, Equipamentos e Utensílios, Objectos Devocionais e Cerâmica – e a extensão do horizonte temporal em que se inscrevem – do século XIII ao XXI – são importantes características deste património, também expressivo quanto à diversidade de procedências geográficas – da Europa e de outras paragens a Oriente.

##### **4.2.1. Metais (Apêndice V – Tabela I)**

As peças de arte sacra e de ourivesaria comum foram cronologicamente executadas entre o século XIII e o século XXI, embora predominem notoriamente as séries dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX.

Desde já passo a analisar o conjunto de peças de metal nobre para posteriormente apresentar as peças de metal não nobre (estanho, cobre, liga de cobre e latão).

---

O primeiro conjunto é constituído por peças de ouro, prata, prata dourada, filigrana de prata e de ouro. Este património é representativo das diferentes linguagens artísticas que ao longo de séculos os artífices nacionais produziram.

Na categoria de Metais existe um conjunto significativo de custódias/ostensórios e cálices. Dos objectos inventariados os espécimes mais antigos, desta tipologia, datam do século XVI e são caracterizados pelo rigor e pela sobriedade estrutural e decorativa do período renascentista (fig. 1 e 2).

Do século XVII predominam os exemplares de custódia-cálice (fig. 3) “de base circular alongada, nó em forma de templete ou, sobretudo, em balaústre ou urna ovalada ou periforme, e hostiário em forma de templete de colunas rematado de cúpula, por vezes achatada ou bolbosa” (...) (Correia, 2003: 31); turíbulos; coroas; cruzes processionais, resplendores e cálices (fig. 4; 5; 6; 7 e 8 respectivamente).

Desta categoria fazem ainda parte vários exemplares setecentistas: píxides (fig. 9) e cálices (fig. 10) de proporções alongadas e mais esguias, com nós periformes e profusamente decorados com laçarias, concheados, volutas, plumas e cartelas. A estes espécimes juntam-se exemplares de coroas, navetas (fig. 11) e turíbulos (fig. 12).

Do século XVIII-XIX abundam cálices (fig. 13), coroas, resplendores circulares e losangulares e custódias de proporções mais esguias, de bases de forma triangular suportadas por pés enrolados em volutas, hastes ao modo de balaústres alongados e hostiários circulares providos de grande radiação irregular (fig. 14).

Nos objectos inventariados é possível identificar marcas de ourives que atestam a manufactura de ourivesaria portuguesa da região de Lisboa, do Porto, de Guimarães, de Braga e de Coimbra, principalmente em peças (cálices, turíbulos, custódias, navetas, patenas, cruzes) dos séculos XVIII ao XX.

A análise aos objectos permite-me, ainda, concluir que algumas das encomendas processaram-se por conjunto, ao mesmo ourives, denotando a preocupação de harmonia estética entre objectos, cuja funcionalidade está associada, como por exemplo naveta-turíbulo.

O grande número de peças de ourivesaria comum, na sua maioria dos séculos XX e XXI, é fruto das promessas e benemerência de devotos.

---

Enquadrados ainda na categoria Metais encontram-se peças de estanho, cobre, liga de cobre e latão, abrangendo um período do século XIII ao século XXI, produzidos em Portugal, França e a Alemanha.

Integra o património inventariado um significativo conjunto de cruzes processionais, em metal não precioso (cobre ou liga de cobre), dos séculos XIII-XV, produzidas em Limoges, ou com fortes influências das oficinas da região de Limousi mas de fabrico peninsular (fig. 15; 16; 17; 18 e 19).

Do século XVI existe apenas um exemplar executado numa escola portuguesa. Integram ainda esta categoria turíbulos (fig. 20) que:

«Apresentam linhas formais consentâneas com o formulário gótico, nomeadamente quanto à verticalidade dos opérculos, à sua decoração vazada com motivos arquitectónicos de arcarias de volta perfeita, sobrepujadas por óculos e trifólios, ou ainda em relação ao desenho fino e hexagonal dos pés das taças» (Guedes, 2003: 73).

Dos séculos XV e XVI são as salvas de ofertório também conhecidas por pratos de Nuremberga uma vez que esta cidade da Alemanha foi um grande centro produtor destas alfaias litúrgicas ao longo daqueles tempos (fig. 21 e 22). Existem, ainda, exemplares do século seguinte.

Incluído ainda nesta categoria existe um conjunto significativo de caixas e estojos de objectos religiosos (cofre das reservas dos Santos Óleos); objectos utilizados em rituais de ablução e de aspersão (caldeirinha de água benta, bacia e gomil de abluções; hissope); objectos próprios da celebração Eucarística (galheta de água, galheta de vinho, prato de galhetas); objectos próprios da incensação (colher de incenso; naveta; turíbulo); objectos ligados a rituais de certos sacramentos (âmbula dos Santos Óleos) e ainda objectos relacionados com a iluminação (castiçais, lâmpadas) executados entre séculos XVI e XX.

### **Estado de conservação dos Metais (Apêndice V – Gráfico 1)**

A análise relativa ao estado de conservação dos objectos inventariados na categoria de Metais permite concluir que 47% dos espécimes encontram-se em bom estado, 27% estão em muito bom estado, 20% estão regulares e 6% distribuem-se entre deficiente e mau.

A maioria dos exemplares apresenta pequenas deformações, fissuras, restauros mal executados (ex. soldaduras em materiais diferentes) e manchas. Tais danos resultam do

---

manuseamento continuado dos objectos, de acções de limpeza, de acidentes/quedas e, naturalmente da sua utilização em contexto cultural.

#### **4.2.2. Escultura (Anexo V – Tabela II)**

Ao longo da inventariação foram registadas cinco mil cento e dezasseis Esculturas de madeira, pedra, marfim, gesso e marfinite, de produção nacional e estrangeiras, abrangendo oito séculos - XIII ao século XX – e prolongando-se até à actualidade.

##### **Escultura portuguesa**

O conjunto de esculturas portuguesas, produzidas por artistas nacionais ou estrangeiros a trabalhar em Portugal, é o mais importante e vasto, integrando, além de esculturas em suporte líneo, pétreo (calcário e granito), gesso e marfinite, executadas desde o século XV até ao XXI.

Dos séculos XV existem uma “multidão celestial” de esculturas em calcário brando, policromado, com diferentes representações hagiológicas e da Virgem (fig. 23, 24, 25, 26, 27 e 28).

Alguns dos exemplares existentes no território diocesano, em análise, saíram das oficinas de João Afonso e Diogo-Pires-o-Velho (fig. 29 e 30, respectivamente). Contudo, o grosso da produção existente é obra de artistas anónimos “que correspondiam às novas correntes de gosto e a uma sensibilidade renovada, com esculturas em série, de qualidade bastante mediana” (Pereira, 1995: 157).

Embora o material de eleição dos imaginários, a trabalhar na cidade de Coimbra, fosse a pedra (calcário brando) o património escultórico existente guarda, também, exemplares de madeira, material que se irá impor definitivamente do século XVII em diante (fig. 31).

A escultura quinhentista, em pedra, (fig. 32, 33, 34, 35 e 36) e madeira (fig. 37 e 38) existente no território diocesano é fortemente marcada pelo imaginário medieval assistindo-se, no entanto, à adopção do vocabulário renascentista – novo sentido da anatomia, da composição escultórica, do lançamento dos panejamentos etc. - trazido por escultores franceses para o nosso país e continuado por mestres, oficiais e aprendizes nacionais. Da

---

oficina do escultor francês João de Ruão existem, entre outras, a imagem de São João Baptista (fig. 39) da propriedade da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Folgoso e o Sacrário (fig. 40) da propriedade da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Alvoco da Serra, depositado no Museu de Arte Sacra de Vinhó.

Do século XVII existe um largo número de exemplares de imaginária religiosa e devocional, de madeira policromada e dourada, integrada frequentemente em retábulos de talha dourada e fortemente influenciada pelos modelos tridentinos que privilegiam a natureza essencialmente pedagógica e não estética (fig. 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47 e 48).

A maior parte dos edifícios conta no seu património com um número variável de imagens do século XVIII, esculpidas em madeira, estofadas e policromadas (fig. 49, 50, 51, 52, 53 e 54).

Os temas martirológicos, a Paixão, a Pietá, o Sagrado Coração e o Menino Jesus abundam nas representações artísticas da época. Do património escultórico fazem também parte inúmeras imagens de roca, em voga no século XVIII e, algumas delas, ainda hoje utilizadas nas procissões.

Nas esculturas dos séculos XVII e XVIII notam-se duas tendências artísticas. Uma delas mais requintada, onde a policromia, os estofados, os panejamentos, a teatralidade e os gestos revoltos denotam uma arte académica. A outra mais popular, de rostos simples e desproporções anatómicas, revela a insipiência dos artistas de oficinas locais. Deste grupo de património fazem, ainda, parte centenas de imagens de madeira, gesso e marfinita, dos séculos XIX a XXI, executadas por escultores-santeiros e por oficinas bracarenses e portuenses.

A escultura europeia integra uma peça do século XIII (fig. 55) e um conjunto de peças, de madeira, do século XVI, importadas da Flandres, sobretudo a partir da feitoria portuguesa em Antuérpia ou produzidas por artistas flamengos a trabalhar em Portugal (fig. 56, 57, 58, 59, 60, 61 e 62). Registam-se alguns exemplares de escultura espanhola (fig. 61) ou com influências de escolas castelhanas (fig. 62), dos séculos XVI e XVII respectivamente.

### **Escultura Oriental**

O património de escultura inventariado inclui um conjunto de imagens votivas (Cristos, Virgens e Santos), de marfim, produzidas nos séculos XVI (fig. 63 e 64), XVII (fig.

---

65) e XVIII (fig. 66), em contexto colonial, por escultores indianos e cingaleses profundamente influenciados pelos modelos do Ocidente levados por lusos em várias épocas.

### **Estado de conservação das esculturas (Anexo V – Gráfico 2)**

No que se refere ao estado de conservação dos exemplares inventariados na categoria de Escultura, a situação é preocupante. Dos cinco mil cento e dezasseis objectos inventariados, mais de metade encontram-se repartidos pelos estados de conservação mau (39%) e deficiente (17%):

«Sendo o primeiro entendido como toda e qualquer intervenção imposta sobre o objecto, por indivíduos sem formação técnica com intuítos vários: seja o de recriar o aspecto original da imagem (através de repinte ou preenchimento de lacunas em falta com recurso a materiais que não respeitam a integridade e o processo de criação original); seja o de “modernizá-la”, de acordo com os cânones ou gosto época. Quase sempre estas intervenções resultam numa destruição parcial ou total da peça e podem mesmo constituir crime, pois infligem danos (na maior parte das vezes irreversíveis) em património histórico, assim definido segundo a legislação actual» (Resende, 2006: 9).

Os restantes exemplares distribuem-se pelos estados bom e regular sendo que apenas 5% estão em muito bom estado de conservação.

A observação directa das imagens de madeira permite-me concluir que para além da acção directa do homem outros agentes de deterioração concorrem para a degradação das imagens. As amplitudes térmicas e humidade relativa existente nos edifícios contribuem para a existência de inúmeras fissuras, craquelés, e destacamento da camada pictórica. A exposição directa a fontes de luz (natural ou artificial) deixa também as suas marcas e os seus efeitos são observáveis na alteração cromática.

Os agentes biológicos constituem uma séria ameaça para os objectos de madeira, como acontece nas esculturas em análise encontrando-se, na sua maioria atacadas por insectos xilófagos. A sujidade superficial composta por acumulação de poeiras e fuligem é também uma constante.

Ao nível do suporte verifica-se também a existência de objectos metálicos oxidados, fendas e lacunas. Nas camadas superficiais é comum existirem destacamentos de fragmentos de policromia, de folha metálica e perdas de policromia, deixando a preparação à vista.



---

As peças em calcário apresentam, na sua maioria, lacunas volumétricas, mutilações, sujidade de poeira, alterações cromáticas, craquelés ou estalados, destacamentos de fragmentos de policromia, perdas de policromia e alveolização.

Nos objectos em marfim é observável a existência de fendas, fracturas, perdas de policromia e pátina.

#### **4.2.3. Espólio Documental** (Apêndice V – Tabela III)

O Espólio Documental é constituído por quinhentos e sessenta e dois livros impressos, editados em Portugal, Itália, Bélgica, França e Espanha, abrangendo um horizonte temporal do século XVI até às edições de 1800.

No decurso do trabalho de inventário foram registados missais, breviários, manuais e rituais sendo a sua maioria do século XVII e XVIII.

Os exemplares são encadernados em pergaminho e em papel de fantasia. Algumas encadernações são ornamentadas a dourado e apresentam fechos.

Do século XVI sobreviveram apenas quatro Missais. Três deles tratam-se de peças raras no contexto nacional, revelando uma oficina tipográfica activa em Coimbra, após a transferência da Universidade de Lisboa para Coimbra no ano 1537 (fig. 67). Um dos exemplares (fig. 68) datado de 1589 foi impresso *Na Ex Officina Plantiniana Baltahasaris Moreti – Antuerpiae*.

Ombreando com as edições saídas das tipografias de Antuérpia, Roma e Veneza, existe, no Espólio Documental, um leque muito alargado de exemplares de Missais revistos pelo concílio tridentino e editados em Lisboa, Porto, Coimbra, Braga e Évora.

Apesar da obrigatoriedade que se impunha aos párocos de possuírem, em cada paróquia, um exemplar das Constituições Sinodais, registei apenas cinco exemplares impressos pelas quais se geriu, durante séculos, a actividade moral, pastoral e artística da Diocese Egitanense (fig. 69 e 70).

Do século XVIII destaco, ainda, a existência de dois Antifonários (fig. 71 e 72) dos anos 1725 e 1759, respectivamente.

---

A maior parte das quinhentas e sessenta e duas obras foram impressas em Portugal: quatrocentos e sessenta e nove em Lisboa; quarenta e oito em Coimbra; quarenta e três no Porto; duzentos e dez em Évora e um em Braga.

A edição fora de Portugal distribui-se da seguinte forma Itália (Veneza) noventa e três exemplares; Bélgica (Antuérpia) setenta e dois; França (Lyon e Paris) quarenta e três e vinte e seis, respectivamente e em Espanha (Madrid) tem treze títulos impressos.

A grande maioria dos livros estão escritos na língua portuguesa, seguindo-se a latina, a francesa e a espanhola.

### **Estado de Conservação do Espólio Documental (Apêndice V – Gráfico 3)**

Relativamente ao estado de conservação do património incluído na categoria de Espólio Documental concluo que dos quinhentos e sessenta e dois exemplares, não existem objectos em muito bom estado, e que cerca de 48% encontram-se deficientemente conservados; 45% foram registados como estando em deficiente estado e os restantes distribuem-se entre o estado bom e mau.

A análise ao Espólio Documental permite-me concluir que grande parte dos exemplares estiveram expostos a fontes de luz, seja ela artificial ou natural, causando o desbotamento ou o escurecimento do material e de algumas tintas.

Ao longo do trabalho de inventário foi possível constatar que muitos destes exemplares estão impregnados de pó, apresentam manchas, o papel escurecido e pouco resistente.

A guarda inadequada, o manuseio incorrecto e os ataques biológicos constituem os factores de maior gravidade na destruição do Espólio Documental inventariado. Os ataques microbiológicos traduzem-se no aparecimento, em alguns exemplares, de manchas de cor amarela (mais escuras no centro e mais claras nos contornos) e de bolores.

O mau estado de conservação do espólio documental inventariado deve-se também, à acção devastadora/destrutiva dos insectos bibliófagos.

Para além das encadernações estarem, na sua maioria, em mau estado de conservação, não protegem os documentos e permitem a penetração dos poluentes. Grande parte dos exemplares estão guardados em armários de madeira, empilhados e em ambientes mal ventilados.

---

O mau estado de conservação dos espécimes em análise deve-se ainda à acção do homem. A este propósito refiro que muitos dos exemplares inventariados estão incompletos (ausência de folhas) e/ou inutilizados (com notas manuscritas a tinta ou grafite; com vestígios de cera; pedaços de papel colados nas margens), com capas danificadas ou ausência delas.

#### **4.2.4. Pintura (Apêndice V – Tabela IV)**

No período temporal a que venho aludindo inventariei trezentas e quarenta pinturas a óleo executadas sobre madeira, tela e metal, de temática sacra, datáveis do século XVI à primeira década do século XXI.

Embora o espólio seja pouco numeroso e, no geral de modesto merecimento, integra algumas peças de evidenciada qualidade artística.

Merecem particular destaque a tábua da oficina luso-flamenga que representa *O Baptismo de Cristo* do século XVI, da Oficina do Espinheiro e a *Anunciação* atribuída a um seguidor de Vasco Fernandes, o Grão Vasco (fig. 73 e 74, respectivamente). Ainda da mesma centúria sobreviveram alguns exemplares que documentam a actividade de oficinas locais, como é o caso da interessante tábua onde figuram as mártires Santa Luzia e Santa Bárbara (fig. 75) e a *Anunciação* (fig. 76) pinturas atribuídas à oficina visiense do Mestre de Lordosa. A *Apresentação no Templo* (fig. 77) e *São Miguel e o Demónio* (fig. 78), da propriedade da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Malhada Sorda, são tábuas (...) “do primeiro terço do século XVI” (...), a primeira “inspirada na de Vasco Fernandes do antigo retábulo da Sé de Lamego” (...) e a segunda “segundo gravura de Albrecht Dürer” (...) (Serrão, 2004: 45). Existem, também, algumas tábuas, entre as quais, a *A Anunciação* da Igreja Matriz da Velosa “no estilo da escola portuguesa quinhentista” (Rodrigues, 1992: 236). A *Coroação de Nossa Senhora* (fig. 79); *O nascimento de Jesus* (fig. 80); *A visita dos Reis Magos* (fig. 81) e a *Fuga para o Egipto* (fig. 82) são tábuas quinhentistas policromas da propriedade da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Vale de Afonsinho (Rodrigues, 1992: 236).

Do século XVII subsistem algumas tábuas de autores desconhecidos, executadas sobre madeira. A título de exemplo refiro, ainda, as tábuas da Igreja de Galisteu (fig. 83 e 84) datadas de 1611; as da Igreja Matriz da Castanheira (fig. 85 e 86) datadas de 1699; as da

---

Igreja de São Sebastião de Aldeias (*n.º inv. DG.AG.Al.pin.70*<sup>3</sup> e *DG.AG.Al.pin.71*<sup>4</sup>) e *O Juízo Final* (*n.º inv. DG.AG.Go.pin.57*<sup>5</sup>) existente na Igreja de São Miguel em Gouveia que lembra, de algum modo, o receituário de outras obras existentes na Igreja da Misericórdia de Melo e em exposição no Museu da Guarda (*Anunciação (n.º inv.17-D)* e a *Visitação (18-D)*).

Do século XVIII, existem tábuas atribuídas ao pintor Isidoro de Frias “que entre os reinados de D. João V e de D. José dispersou a sua actividade pelo pobre mercado religioso de Celorico, de Trancoso e da Guarda” (Serrão, 2004: 59).

No inventário encontram-se registadas centenas de bandeiras processionais, de madeira ou de tela, dos séculos XVIII, XIX (fig. 87) e XX (fig. 88) executadas por artistas locais de Celorico da Beira, Guarda, Seia (São Romão) e também do Porto. Do século XXI destaco as encomendas realizadas à pintora Evelina Coelho (Guarda) dispersas pelo território diocesano.

#### **Estado de Conservação da pintura** (Apêndice V – Gráfico 4)

Das peças inventariadas na categoria Pintura, não existem exemplares em muito bom estado de conservação. Cerca de 32% estão deficientes e os restantes 60% distribuem-se pelos estados mau, regular e deficiente.

O exame atento, à vista desarmada, permite concluir que o estado de conservação de grande parte das pinturas é, ao nível da superfície, deficiente, apresentando-se sujas, escurecidas, com perfurações, descamações e lacunas, fendidas e estaladas. Ao nível do suporte (madeira) é visível o ataque generalizado provocado por insecto xilófago e algumas peças padecem de podridão cúbica.

Nas peças cujo suporte da pintura é a tela, normalmente de linho ou cânhamo, é frequente observar-se, à superfície, um filme escurecido, endurecido e opaco. Registam-se também estalados microfissurados, excrementos de insectos e poeiras. O suporte encontra-se na maioria dos casos ressequido, quebradiço, contraído, deformado, com rasgões e perfurados com pregos.

Das intervenções de restauro, mal executadas, resultam numerosos repintes grosseiros.

---

<sup>3</sup>DG.AG.Al.pin.70 - Diocese da Guarda. Arciprestado de Gouveia. Aldeias.pintura.70

<sup>4</sup>DG.AG.Al.pin.71 - Diocese da Guarda. Arciprestado de Gouveia. Aldeias.pintura.71

<sup>5</sup>DG.AG.Go.pin.75 - Diocese da Guarda. Arciprestado de Gouveia. Gouveia.pintura.75

---

#### 4.2.5. Têxteis – Paramentos/vestes religiosas (Anexo V – Tabela V)

O trabalho efectuado permitiu registar trezentos e quatro objectos incluídos na categoria Têxteis.

O inventário permite distinguir diversas oficinas portuguesas e estrangeiras – europeias e orientais –, a laborar entre os séculos XVI e XXI, embora predominem os conjuntos ou peças isoladas dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX.

Do século XVI destaco a existência de uma Casula (dita de São Pedro) de veludo, com sebastos bordados e o conjunto provavelmente executado no final do século XVI, em Espanha ou Itália e que actualmente integra o acervo do Museu de Arte Sacra de Vinhó (fig. 89).

Dos conjuntos do século XVII há a realçar o Paramento dos SS de cetim de seda beije bordado com fio laminado de papel dourado, fabricado no Extremo-Oriente (Porto, 2000: 379) e o conjunto da Igreja Matriz de Pinhel, um trabalho italiano de damasco de seda e algodão (fig. 90 e 91).

Do século XVIII cito o *Paramento do Sol* (casula, dalmática, capa de asperge e frontal de altar) de seda bordada a matiz e ouro; o conjunto de seda canelada (fig. 92 e 93) produzido em oficinas francesas, da propriedade da Fábrica da Igreja Paroquial de Figueira de Castelo Rodrigo; o conjunto de damasco de cetim, espolinado a fio de prata dourada da propriedade da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Seia (fig. 94, 95, 96 e 97); os conjuntos de damasco de seda (fig. 98, 99 e 100) e de lhama (fig. 101, 102, 103, 104 e 105) de fabrico francês existentes na Igreja Matriz de Pinhel; e o *Pálio* de Cidadelhe, de veludo carmesim de Veneza, datado de 1707, bordado a seda e lentejoulas.

Do século XIX e XX existem centenas de paramentos litúrgicos. Neste contexto, aponto ainda o conjunto de lhama, datado de 1903, existente na Igreja Matriz de São Luís, em Pinhel (*n.º inv.DG.AP.Pi.txt.1*<sup>6</sup> e *DG.AP.Pi.txt.1.2*<sup>7</sup>).

---

<sup>6</sup>DG.AP.Pi.txt.1 – Diocese da Guarda. Arciprestado de Pinhel. Pinhel.têxteis.1

<sup>7</sup>DG.AP.Pi.txt.1.2 – Diocese da Guarda. Arciprestado de Pinhel. Pinhel.têxteis.1.2

---

### **Estado de conservação dos Têxteis (Apêndice V – Gráfico 5)**

Das peças inventariadas na categoria Têxteis, 44% encontram-se em estado de conservação regular; 28% estão deficientes; 18% estão em mau estado e os restantes em bom estado de conservação.

O exame de superfície permite concluir que as peças apresentam (...) “alterações formais devido a más condições de manuseamento ou acondicionamento, por exemplo: estiramento ou encolhimento, dobras, vincos” (Pereira, 1999: 35) como sendo os problemas mais evidentes.

A maioria dos paramentos litúrgicos antigos foram usados até ao limite da sua durabilidade. Como tal, apresentam problemas de conservação, nomeadamente, perda de material, lacunas, lacerações, sujidades (pó, gordura), manchas, entre outros. Algumas peças apresentam estado de secura ou humidade da matéria têxtil, formações de fungos e bolores, perdas de material provocadas por ataques de origem biológica (traça), alterações cromáticas (descoloração) e intervenções nomeadamente, associação de outros elementos têxteis (reaproveitamento de outros tecidos), colagens e pinturas.

### **4.2.6. Objectos Devocionais (Apêndice V – Tabela VI)**

Nesta categoria estão inventariados setenta e quatro espécimes – Ex-votos e rosários de marfim.

A análise aos Ex-votos, de madeira, permite referir que os exemplares foram executados no século XVIII e XIX por mestres itinerantes que acompanhavam as feiras, ou por mestres locais (fig. 106; 107 e 108). Estas pequenas tábuas policromadas “atestam o reconhecimento dos fieis por uma “graça recebida” não só em consequência de um voto explícito, segundo é mais vulgar, mas também como prova de mercês obtidas do favor divino” (...) (Falcão, 2000: 97).

Existem rosários de marfim que adornam imagens de Nossa Senhora com o Menino Jesus, provavelmente do século XVII.

---

## **Estado de Conservação dos Objectos Devocionais** (Apêndice V – Gráfico 6)

Das peças inventariadas na categoria Objectos Devocionais, não foram registados objectos no estado muito bom, contudo mais de metade (61%) foram registados em bom estado de conservação.

Nos ex-votos, de madeira, é frequente visualizar-se perfurações provocadas por insectos e descoloração ou escurecimento das camadas externas da pintura devido à exposição a luz natural. Os objectos de marfim apresentam na sua maioria pátina.

### **4.2.7. Mobiliário** (Apêndice V – Tabela VII)

O património incluído na categoria de Mobiliário – Subcategoria Mobiliário religioso – é constituído por quarenta e nove objectos (cadeiras, tamboretas, credencias, consolas, arcazes, tábuas de espaldar), dos séculos XVI ao XIX. Os materiais utilizados na sua execução são a madeira, o couro, o latão, a seda, a folha de ouro e o mármore.

A maioria dos objectos denunciam o afastamento dos grandes centros de fabrico, dando origem a interpretações de carácter regional.

Contudo, de diferente qualidade de execução são os espaldares de cadeiral (*n.º inv. 7-D ao 16-D*) depositados no Museu da Guarda:

«[Q]ue integraram a obra de talha do coro de cima da Catedral da cidade, obras executadas no governo de D. Jorge de Mello (1519-1548). A gramática decorativa da obra levantada na madeira maciça de castanho, com leve monocromia, das dez tábuas que formaram outros tantos espaldares do cadeiral daquele coro, denota as manifestações da primeira fase quinhentista da talha renascentista portuguesa – que, de acordo com Robert Smith, se projectou entre 1520 e 1540» (Proença, 2004: 75).

## **Estado de conservação do Mobiliário** (Apêndice V – Gráfico 7)

A análise ao estado de conservação do património incluído nesta categoria permite concluir que dos objectos inventariados, 49% foram registados no estado de conservação regular; 22% estão deficientes; cerca de 16% encontravam-se em bom estado e os restantes estavam em mau estado de conservação.

Os principais problemas de que enfermam as peças inventariadas ao nível da madeira são: as fendas, fissuras, marcas da acção do insecto xilófago, orifícios provocados por pregos e sujidade. O material têxtil apresenta desgaste pelo uso, lacunas, lacerações, alterações

---

cromáticas, sujidades de vários tipos. Ao nível do couro a maioria do material encontra-se envelhecido e ressequido. Alguns exemplares apresentam deteriorações físicas, causadas pelo uso e alterações de cor por exposição à luz e ao pó.

#### **4.2.8. Equipamentos e Utensílios (Apêndice V – Tabela VIII)**

Do inventário fazem parte trinta e sete objectos incluídos na categoria de Equipamentos e Utensílios (caixas de esmolas, confessionários, castiçais, baldaquinos, cruz de altar, sacrários), de madeira, dos séculos XVII ao XX.

As caixas de esmola (fig. 109) são de madeira pintadas a óleo e com fechos de metal; os confessionários são de madeira. Os castiçais, cruces de altar, sacrários (fig. 110 e 111) e baldaquinos portáteis foram executados em madeira e algumas das peças policromadas a folha de ouro. No caso específico dos baldaquinos aos materiais já referidos juntam-se têxteis executados segundo várias técnicas.

#### **Estado de conservação dos Equipamentos e Utensílios (Apêndice V – Gráfico 8)**

Os principais problemas de que enfermam os objectos são: deposição de fuligem e resíduos de fumo, perfurações provocadas por insectos, descoloração ou escurecimento das camadas externas da pintura (provocadas por luz natural), estalados na pintura, contracção e dilatação das matérias e, ainda, separação e destacamento das camadas.

#### **4.2.9. Cerâmica (Apêndice V – Tabela IX)**

Os dezassete objectos inventariados na categoria cerâmica contam com quatro exemplares de azulejos, do século XV-XVI, de argila, provavelmente executados em Espanha e treze floreiras, de faiança e porcelana, dos séculos XIX e XX, produzidos em Portugal.



## **Estado de Conservação da Cerâmica (Apêndice – Gráfico 9)**

Quanto ao estado de conservação, não foram registados objectos no estado de conservação muito bom e deficiente. Os objectos em bom estado apresentam pequenas lacunas, os que foram registados no estado regular apresentam lacunas maiores e os que se encontram em mau estado encontravam-se totalmente mutilados.

### **4.3. Caracterização do património quanto ao estudo e investigação**

#### **4.3.1 Fontes – Edições**

Quanto ao estudo e investigação do património móvel refiro que as tábuas de espaldar (*n.º inv. 7-D; 8-D; 9-D; 10-D; 11-D; 12-D; 13-D; 14-D; 15-D e 16-D*), do coro alto da Sé, em depósito no Museu da Guarda e elementos em talha do órgão da Sé da Guarda foram objecto de estudo e a eles se faz referência no catálogo *Sé Catedral da Guarda – As formas no tempo*, editado em 1990, no âmbito da exposição temporária, sob o mesmo título, realizada pelo Museu da Guarda em colaboração com a Diocese da Guarda.

Em 1992, Adriano Vasco Rodrigues, refere-se às pinturas da Igreja Matriz de Linhares, de Açores e da Velosa na *Monografia Histórica de Artística – Celorico da Beira e Linhares* (Rodrigues, 1992: 232-236).

A tábuas de espaldar (*inv. 11-D*) da propriedade da Diocese da Guarda, em depósito no museu da Guarda, foi estudada por Maria Isabel Roque e é referida no catálogo da exposição *Fons Vitae – Pavilhão da Santa Sé na Expo 98*. Integrou ainda este catálogo e exposição uma concha baptismal, em prata, do século XVIII, que representava a Diocese da Guarda.

No catálogo *Inventário do Museu Nacional de Arte Antiga – Coleção de Metais Cruzes Processionais séculos XII-XVI* faz-se referência aos exemplares desta tipologia existentes na paróquia de Cavadoe e Açores (D'Orey, 2003: 71).

As tábuas de espaldar, a que venho aludindo, em depósito no Museu da Guarda, foram estudadas, em 2004, pelo historiador José António Proença e são citados no *Roteiro do Museu da Guarda*. Ainda naquele roteiro, o historiador Vítor Serrão faz referência à predela de *Santa Luzia e Santa Bárbara* existente na Igreja matriz de Linhares da Beira.

---

As pinturas, sob os títulos, *Anunciação, Adoração dos Magos e Descida da Cruz* existentes na Igreja Matriz de Linhares da Beira, também são referenciadas por aquele historiador e por Dalila Rodrigues na sua tese de doutoramento *Modos de expressão na pintura portuguesa. O processo Criativo de Vasco Fernandes (1500-1542)*.

Ao historiador João Mário Soalheiro devem-se os estudos do conjunto das vestes sagradas/paramentos da propriedade da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Alpedrinha, bem como das esculturas de *São Sebastião* e de *São Miguel arcanjo* existentes na Paróquia do Espírito Santo, em Castelo Melhor. Aquele conjunto de paramentos encontra-se publicado no catálogo da exposição do Grande Jubileu do ano 2000 *Cristo fonte de esperança* (Porto, 2000: 378-379); as esculturas estão incluídas no catálogo *Imaginária Sacra – Itinerário Breve em Terras de Foz Côa*, da autoria de João Mário Soalheiro, edição da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa (Soalheiro, 1997: 30 e 54).

No âmbito do catálogo da exposição *Cristo fonte de esperança*, a investigadora Celina Bastos estudou a *Cátedra Episcopal* existente na Sé da Guarda (Porto, 2000: 422) e a investigadora Fátima Macedo estudou o *Viático* da Paróquia de Nossa Senhora do Castelo, em Pinhel (Porto, 2000: 497).

Em 2006 o *Calvário* da propriedade da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Vila Cova à Coelheira, integrou a exposição *Kyrios – Las Edades del Hombre* e foi objecto de investigação, publicada no catálogo (Fundação Las Edades del Hombre, 2006: 319-320).

Na *Monografia de Alvoco da Serra*, editada em 2007 por António Mendes Aparício são publicados os pareceres dos historiadores José António Falcão e Dalila Rodrigues sobre as esculturas de *Nossa Senhora do Rosário*, do *Espírito Santo*, de *Santa Catarina*, de *São Pedro* e do *Sacrário* existentes no Museu de Arte Sacra de Alvoco da Serra e na Igreja Matriz da localidade (Aparício, 2007: 67-69; 85-94; 342-344).

Em 2010, a Diocese da Guarda em colaboração com a Câmara Municipal de Seia, editaram o catálogo da exposição *Grandes são as Obras do Senhor*. Na qualidade de historiadora de arte ao serviço da Diocese da Guarda coube-me a direcção, coordenação, fotografias e os textos daquele catálogo. Cabe aqui referir que as peças que integraram a exposição foram objecto de uma investigação, que abarcou estudos iconológicos, simbólicos, teológicos ou litúrgicos e dados estilísticos.

---

#### **4.3.2. Projectos de investigação**

No período em análise (2007/2010) não foram firmadas quaisquer parcerias institucionais, quer públicas quer privadas.

Em 2012 a Diocese da Guarda celebrou, com o Instituto Politécnico da Guarda - Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Seia, um protocolo de colaboração com vista à edição do livro *Azulejaria. Distrito e Diocese da Guarda: Arte, Património, Devoção e Turismo*, cabendo-me a investigação do património azulejar religioso.

A Diocese da Guarda prestou colaboração no âmbito de um projecto de investigação intitulado *GILT-Teller: um estudo interdisciplinar multi-escala das técnicas e dos materiais de douramento em Portugal, 1500-1800*, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia em Portugal, com duração de 3 anos (2012-2014).

A 7 de maio de 2012 o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) e a Comissão Episcopal da Cultura, Bens Culturais e Comunicações Sociais, da Conferência Episcopal Portuguesa (CECBCCSCEP) estabeleceram um *Acordo de Colaboração* tendo em vista o estabelecimento e desenvolvimento de uma parceria técnico-científica e de fornecimento de bens e serviços, no âmbito do Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA). Em execução daquele acordo, em Março de 2013 a Diocese da Guarda e o IHRU firmaram um Contrato de colaboração anual.

#### **4.3.3. Património comunicado ou apresentado em congressos**

Como já referi, em termos de recursos humanos a Diocese da Guarda apenas dispõe de uma técnica superior, funções por mim exercidas como contratada enquanto historiadora de arte.

No quadro das competências que me são atribuídas, cabe-me a tarefa de participar e/ou apresentar comunicações em congressos. Neste contexto, passo a elencar os principais congressos em que participei e temáticas apresentadas, relativas ao património em análise:

- Em 2012, participei, como oradora, no colóquio *A Igreja de Santa Maria do Castelo de Pinhel*, promovido pelo Centro Social e Cultural da Paróquia de Pinhel. A comunicação

---

incidia no *Projecto de Inventário e a problemática da conservação e restauro do património religioso móvel*;

- Em 2008, participei no II Ciclo de Conferências para o Estudo dos Bens Culturais da Igreja – *Iconografia Religiosa das Invocações Nacionais* - organizado pelo Sector dos Bens Culturais da Igreja do Patriarcado de Lisboa;

- Em 2008 participei, como oradora, nas Jornadas *O Dia do Património da Covilhã – Mostra de Arte e Cultura*. A comunicação apresentada versou *Projeto de Inventário sua metodologia e importância*;

- Em 2007 participei nas *Segundas Jornadas Nacionais dos Museus da Igreja*, iniciativa levada a cabo pela Associação Portuguesa de Museus da Igreja Católica, integradas na exposição *No Caminho sob as Estrelas – Santiago e a Peregrinação a Compostela*, em Santiago do Cacém.



---

## **5. A preservação e musealização do património cultural, histórico, artístico e religioso – acção da Igreja católica e aspectos de enquadramento para futuras iniciativas**

### **5.1. Acção da Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja (CPBCI)**

#### **5.1.1. Inventariação-catalogação**

As preocupações da Igreja Católica com a salvaguarda e valorização do seu património contam com um longo percurso (Apêndice VI). Contudo, a criação de um organismo específico dedicado à conservação e valorização daquele património só aconteceu em 1988 quando a Constituição Apostólica *Pastor Bonus* criou a Comissão Pontifícia para a Conservação do Património Artístico e Histórico da Igreja, cujos objectivos foram herdados, em 1993, pela CPBCI, sucessora daquela Comissão através da promulgação do *Motu Proprio* “*Inde a Pontificatus Nostri initio*”.

Desde o início da sua acção a CPBCI tem vindo a publicar vários documentos nos quais explana a sua linha de acção e de pensamento acerca da inventariação-catalogação do património da Igreja, fundamentais para a reflexão que pretendo fazer sob o ponto de vista da preservação.

Em 1999, a CPBCI emite a Carta-Circular *Necessidade e urgência da inventariação e catalogação do património cultural da Igreja*, que passo a analisar.

A CPBCI, na introdução do documento, refere que o património:

«Pode ser considerado como o rosto histórico e criativo da comunidade cristã (...) que se reconhece deste modo nas diversas manifestações de arte, e da arte sacra em particular, criando os fortes laços que caracterizam e distinguem as Igrejas locais no seu itinerário comum e acrescenta que [a] função cultural e eclesial que, incessantemente caracteriza os mesmos bens culturais da Igreja representa o melhor suporte para a sua conservação referindo que (...) é pois importante a sua “conservação contextual”, uma vez que a valorização deve ser entendida no seu conjunto, sobretudo no que diz respeito aos edifícios sagrados, onde se encontra presente a maior parte do património histórico e artístico da Igreja. Não se pode, enfim, subestimar a necessidade de manter inalterada, quanto possível, a relação entre os edifícios e as obras aí existentes, em ordem a garantir a sua fruição completa e global» (Igreja Católica, 2000: 103 e 105).

---

Naquele documento a CPBCI dá primazia à função originária do património eclesial. Contudo, existe uma dimensão artística, histórica e cultural que também importa ser abrangida no processo de preservação, sem prejuízo do seu referencial religioso. É pois neste contexto que a CPBCI considera que os processos de inventariação-catalogação são requisitos prévios para preservar este ingente património imóvel e móvel *in situ*.

No mesmo documento a CPBCI evidencia que o processo de inventário e de catalogação são operações complexas e em contínuo desenvolvimento, devendo ser realizadas, sempre que possível, em cooperação com entidades públicas, privadas e o próprio Estado (Igreja Católica, 2000: 142) e com rigor científico para evitar soluções precárias e esbanjamento de recursos (Igreja Católica, 2000: 106).

A Comissão vai mais longe, definindo que a inventariação-catalogação deve ser realizada por pessoas (clérigos e leigos) adequadamente preparadas e que “[e]ssa preparação é orientada para a compilação das fichas de inventário e as de catalogação, assim como para a gestão do inventário-catálogo” (Igreja Católica, 2000: 143). As orientações da CPBCI vão ao pormenor de definir quais as qualificações específicas das pessoas que formem as equipas (multidisciplinares e interdisciplinares) envolvidas em projectos de inventariação-catalogação. Ou seja, domínio do conhecimento da história de arte, história da igreja, história civil, teologia, liturgia e direito canónico - recorrendo a consultadoria externa nas matérias que forem surgindo - arqueologia; arquitectura; paleografia; ourivesaria; gemologia; ciência do tecido; bibliologia - e ainda, a outros técnicos como fotógrafos, topógrafos, cartógrafos e desenhadores (Igreja Católica, 2000: 143). “Deve, finalmente, ser assistido por consultores jurídicos e administrativos, que lhe permitam uma tutela das legítimas autonomias das entidades eclesásticas e uma correcta supervisão da utilização dos dados recolhidos” (Igreja Católica, 2000: 144).

Quanto ao inventário é definido como uma:

«[A]ctividade cognoscitiva de base. Pode se definida como sendo “anagráfica”, dado o sistema puramente enumerativo e extrínseco que o constitui. A catalogação toma em consideração o objecto no seu todo e nas suas finalidades intrínsecas. Deve ser considerado como um momento mais profundo de conhecimento do objecto, tomado no seu contexto, no seu significado e no seu valor. A catalogação é, pois, o termo ou a maturação de uma iniciativa cognoscitiva da qual a inventariação constitui a indispensável fase preliminar» (Igreja Católica, 2000: 115).

O método sugerido pela CPBCI no que respeita à inventariação-catalogação compreende três fases a saber: a) a individuação dos objectos que fazem parte do património

---

cultural, a qual se concluirá com a redacção do inventário geral; b) a elaboração da ficha na qual se descreve os objectos, e que se conclui com a compilação da ficha nas suas diversas articulações; c) ordenação das fichas, que deverá ser concluída com a formação do catálogo (Igreja Católica, 2000: 117).

O documento é de tal modo exaustivo que prevê os suportes que podem ser utilizados nas fichas de inventário e catalogação ou seja, em papel ou processadas a nível informático, de acordo com as diversas exigências e situações. A CPBCI privilegia bases informáticas a fim de se conseguirem ficheiros mais manuseáveis e aproveitáveis e mais facilmente integráveis. Na perspectiva daquele organismo a informatização é um meio que permite consultas rápidas, tornando mais eficazes as intervenções de protecção e recuperação do património. Reconhece-se ainda o contributo indispensável da informatização no domínio da comunicação do conhecimento a nível global (Igreja Católica, 2000: 132).

Com vista à adopção de ferramentas informáticas mais adequadas às necessidades no âmbito da catalogação, também a CPBCI define os critérios a seguir:

«Deve adaptar-se aos diferentes contextos locais e, simultaneamente, integrar-se em programas de mais vasto alcance que estejam ligados entre si; favorecer a consulta dos dados de interesse eclesial, ainda que seja necessário superar vínculos impostos por competências não eclesásticas; facilitar a reconstrução do contexto originário e a especificidade religiosa do património disperso; endereçar a recolha dos dados para a valorização do objecto a partir do seu conteúdo religioso; promover a fruição in loco das obras, de modo a evitar a tentação de abordagens puramente virtuais» (Igreja Católica, 2000: 133).

A CPBCI refere ainda que “[a]s características de cada catálogo condicionam a adequada escolha do hardware e do software, o grau de preparação do pessoal, o número de peritos a envolver e a metodologia a adoptar” (Igreja Católica, 2000: 133).

São ainda preocupações da CPBCI a estruturação e escolha da ficha de inventário e de catalogação. Aquela Comissão reconhece a necessidade de implementar sistemas em uso a nível nacional e internacional (*International Committee for Documentation-International Council of Museums, Documentation Committee CIDOC*, entre outros). Devido à acção de organismos internacionais:

«Estão a ser estabelecidos critérios comuns e sistemas compatíveis de catalogação. Por isso, têm sido desenvolvidas metodologias que, para a definição do modelo de ficha de registo relativa às diversas tipologias de património, permitem a organização uniforme e sistemática das informações específicas, tendo presente a exigência de reconstruir a relação das obras entre si e com o território a que pertencem. Os dados de informação contidos na ficha são necessariamente decompostos em unidades elementares (âmbitos), para permitirem a



---

elaboração analítica das fichas e o eventual processamento informático» (Igreja Católica, 2000: 135-136).

A este respeito importa salientar que:

«A história da documentação das colecções museológicas é tão antiga quanto a criação de museus. Desde o aparecimento destas instituições, tal como aproximadamente as conhecemos hoje, que foi sentida a necessidade de inventariar e documentar todos os “tesouros artísticos” que estavam à sua guarda» (Matos, 2008: 139).

Para fazer face aos problemas inerentes ao registo e documentação das colecções museológicas foi criado em 1950 o *International Committee for Documentation* (CIDOC), no âmbito do ICOM, com o objectivo de desenvolver padrões para a descrição de objectos e de vocabulários controlados que auxiliem nos trabalhos de documentação nos museus. “O CIDOC é um ponto de viragem importantíssimo na história da museologia. Liderado por Yvonne Oddon, passa a ter um papel fundamental na criação de normas e boas práticas para a documentação museológica” (Matos, 2008: 140). Ao longo dos tempos o CIDOC, em paralelo com outras instituições, têm vindo a produzir:

«[N]ormas que, com o recurso a ferramentas informáticas permitam a construção de sistemas automatizados de documentação que beneficiem da rapidez e eficiência então disponíveis. A primeira proposta de normas de documentação apresentada em 1978 por Robert G. Chendall e Peter Homulos, define um conjunto mínimo de categorias de informação para registo dos objectos museológicos. Esta proposta, discutida e desenvolvida pelo CIDOC, viria a ser apresentada como *International Guidelines for Museum Object Information: The CIDOC Information Categories*, juntamente com a primeira versão do CIDOC Relational Data Model (REED, 1995), na conferência trienal do ICOM realizada em 1995 na cidade de Stavanger. O trabalho desenvolvido no segundo documento viria a resultar na norma ISO 21127:2006, criada com o objectivo de normalizar a forma como os museus produzem informação entre os mais variados sistemas de documentação existentes» (Matos, 2008: 140).

É importante salientar que a CPBCI, na Carta-Circular, reconhece a importância de se estabelecerem terminologias uniformes e rigorosas (Igreja Católica, 2000: 136) logo, os organismos são unânimes na defesa destes princípios.

A constatação de obstáculos de ordem terminológica que têm ocorrido ao longo dos trabalhos de documentação levou a CPBCI a tomar medidas para os ultrapassar recomendando glossários, nomeadamente o *Thesaurus Multilingue del Corredo Ecclesiástico, a cargo do Réseau Canadien d'Information (RCIP)-Canadien Heritage Information Network (CHIN), do Ministère de la Culture et de la Communication Sous-direction des études de la documentation et de l'inventaire (França), do Istituto Centrale per il Catalogo e la Documentazione (Itália) e do The Getty Information Institute (USA)* (Igreja Católica, 2000: 136).

---

Creio ser pertinente abordar também as questões ligadas às fichas de inventário e de catalogação propostas para a CPBCI uma vez que o seu conteúdo concorre para a identificação e individualização de cada objecto e do seu contexto, logo este processo é fundamental para a preservação que defendo.

A CPBCI faz uma distinção entre a ficha de inventário e a ficha de catalogação e recomenda metodologias para a sua realização que passo a citar:

«[N]a estruturação da ficha de inventário (...) pode-se proceder a partir de uma organização elementar, que permita compilar um ficheiro essencial, rumo a uma organização mais elaborada, que permita a recolha e articulação de mais dados. É, pois, necessário que a estruturação do trabalho de inventariação permita ulteriores desenvolvimentos e integrações» (Igreja Católica, 2000: 131).

A ficha de catalogação, segundo a CPBCI, deve integrar os seguintes âmbitos: material, dimensões, local, propriedade e o estado de conservação.

«A elaboração analítico-sintética das fichas que daí deriva deve progressivamente responder aos seguintes requisitos, com os quais será possível identificar claramente o objecto e o contexto:

- a)- atribuir um “código” que conduza de modo inequívoco ao objecto cultural em questão (sigla numérica ou alfa-numérica);
- b)- identificar a situação jurídica e topográfica do património cultural (diocese, paróquia, província, município, entidade usufrutuária ou proprietário, colocação, proveniência, observações);
- c)- dar uma descrição visual do património cultural (fotografia, desenho, relevo, planimetria);
- d)- criar a possibilidade de ulteriores dados integrantes e acrescentos (época, autor, descrição histórico-artística e iconográfica, avaliação crítica, descrições detalhadas, transcrições epigráfica, bibliografia específica, “ficha clínica” dos restauros, registos das intervenções de manutenção, notícias sobre exposições e convénios, dados sobre o catalogador);
- e)- organizar a ficha de modo a favorecer a sua leitura e a gestão dos dados por parte de quem precisar de a utilizar;
- f)- colocar as fichas num lugar seguro e num ambiente idóneo à sua conservação e consulta;
- g)- fornecer o catálogo de um ficheiro analítico (em papel ou processado informaticamente) para facilitar a investigação;
- h)- tutelar juridicamente a utilização e a propriedade das informações recolhidas» (Igreja Católica, 2000: 136-137).

A documentação cartográfica e fotográfica são preocupações da CPBCI explicitando métodos que devem ser seguidos:

«Parte da catalogação é a documentação fotográfica e, por isso, em cada ficha deve figurar pelo menos uma fotografia do objecto catalogado. Além disso é desejável um arquivo fotográfico, onde se documente a obra em pormenor: a sua condição física, eventuais

---

restauros, e acontecimentos especiais em que o objectos em causa está implicado. Cuidar atenta e completamente da documentação fotográfica é, de facto, uma premissa indispensável tanto para a identificação do objecto, como para o exame histórico-crítico, e a recuperação em caso de furto ou de alienação ilícita» (Igreja Católica, 2000: 138-139).

Ao analisar os objectivos fundamentais (conhecimento, salvaguarda e valorização) da inventariação-catalogação definidos pelas CPBCI concluo que é explícita a preocupação com a preservação do património da Igreja. Neste sentido, importa salientar o que a Comissão define como o “conhecimento” no quadro da inventariação-catalogação é o:

«[C]onhecimento total de cada objecto do património histórico-artístico, na sua globalidade, na complexidade das relações existentes entre os vários objectos que o compõem, na sua indissociável relação com a história e com o território (...) numa lógica interdisciplinar comporta o aprofundamento da investigação tanto acerca do objecto e do seu contexto, quanto das suas condições físicas, jurídico-administrativas e das que se referem à sua segurança. Tudo isto com o fim de registar as várias mudanças a que está sujeito o património cultural, e para servir de suporte documental a qualquer pedido de intervenção. (...) Reconhece-se assim à inventariação-catalogação uma função incentivadora de um conhecimento mais amplo do território e do património cultural nele presente» (Igreja Católica, 2000: 118-119).

No mesmo documento posso constatar que as questões relacionadas com a preservação são sobejamente reflectidas pela CPBCI:

«De modo particular na nossa época o património cultural eclesiástico corre vários perigos: a desagregação das tradicionais comunidades urbanas e rurais, o desequilíbrio ambiental e a poluição atmosférica, as alienações irreflectidas e, por vezes dolosas, as pressões do mercado antiquariato, bem como os sistemáticos furtos, os conflitos bélicos, e as expropriações recorrentes, a maior facilidade de fazer transferências devido à abertura de fronteiras entre muitos países, tal como a escassez de meios e de pessoal encarregados da tutela, enfim a falta de integração dos sistemas jurídicos» (Igreja Católica, 2000: 129), justifica determinantemente a inventariação-catalogação do património da igreja. Perante estes factos a CPBCI afirma que:

«O inventário e, principalmente o catálogo, é de facto um instrumento de fundamental importância para a recuperação pelas forças da polícia, de obras roubadas, dispersas ou ilicitamente transferidas. Na verdade, sem um suporte documental, acompanhado pela fotografia, é difícil, se não mesmo impossível, demonstrar a proveniência das obras em questão, a fim de serem restituídas aos legítimos proprietários» (Igreja Católica, 2000: 129-130).

Concluo que os processos de inventariação-catalogação/documentação do património histórico-artístico da Igreja são fundamentais, urgentes e necessárias em ordem a garantir a sua preservação *in situ* ou em contexto museológico.

---

### 5.1.2. Criação de museus eclesiásticos

Depois de ter insistido sobre a necessidade e urgência do inventário e catalogação do património móvel e imóvel, a CPBCI dirigiu a sua atenção para os museus eclesiásticos, com vista à preservação do património cultural, histórico, artístico e religioso da Igreja.

Neste contexto em 2001, a CPBCI, na Carta-Circular *A função pastoral dos Museus Eclesiásticos*, dirigida a todos os bispos católicos, defendia que:

«A mudança que, ao longo dos séculos, observou nas exigências pastorais e nos gostos das pessoas, fez com que muitos objectos passassem a ser obsoletos, impondo-se, por isso, o problema da conservação, garantindo a preservação, dado o seu valor histórico e artístico. A conservação material e a salvaguarda de intervenções ilícitas impõem, às vezes, soluções drásticas, já que aumentam os perigos da dispersão, inclusive por via indirecta. Em casos semelhantes, é evidente a urgência de instituir museus eclesiásticos para reunir em sedes adequadas os testemunhos da história cristã e as suas expressões artístico-culturais, onde se possam exhibir ao público, depois de ter ordenado os mesmos segundo critérios específicos» (Igreja Católica, 2001: sp).

Ao caracterizar a Instituição (museu eclesiástico) a CPBCI refere que aquela deve ser constituída por decreto episcopal, que deve ser dotada de um estatuto e de um regulamento que indicarão, respectivamente, a natureza e a finalidade da mesma, além da estrutura e das modalidades práticas. Acrescenta ainda que o regulamento deve explicitar, entre outros, os critérios gerais para aquisição das obras e o registo das obras.

André Desvallés e Francois Mairesse proporcionam-nos uma definição para o conceito de preservação aplicado ao património material e imaterial e que reflecte uma vertente primordial do papel e missão dos museus:

«La préservation du patrimoine, de manière générale, induit une politique qui débute par l'établissement d'une procédure et de critères d'acquisition du patrimoine matériel et immatériel de l'humanité et son environnement, pour se poursuivre avec la gestion de ces choses devenues objets de musée, puis leur conservation. En ce sens, le concept de préservation représente l'enjeu fondamental des musées, car le développement des collections structure la mission du musée et son développement» (Desvallées; Mairesse, 2011: 453).

Para muitos museus a preservação das colecções depende muito das políticas de desenvolvimento do acervo que balizam a escolha dos objectos a adquirir. Neste sentido, a política de incorporação é um elemento fundamental do modo de funcionamento de grande parte dos museus.

---

No que se refere ao registo das obras, também, André Desvallés e Francois Mairesse afirmam que as operações ligadas à gestão e administração das colecções encontram-se intimamente relacionadas com a preservação dos objectos incorporados (Desvallés; Mairesse, 2011: 453).

No contexto desta reflexão, interessa referir que a CPBCI prevê a criação, no museu eclesiástico, “de um arquivo corrente em que colocará os registos das compras e dos empréstimos, os inventários e os catálogos periodicamente actualizados, os actos jurídicos e administrativos, os repertórios fotográficos e gráficos, etc.” (Igreja Católica, 2001: sp) e destaca a necessidade de ser criado um arquivo histórico específico “onde se dever-se-á conservar pelo menos uma cópia de todos os materiais úteis para documentar a história de cada uma das obras existentes no museu” (Igreja Católica, 2001: sp).

Nesta linha de enquadramento entendo que estão implícitas as preocupações com a preservação do acervo. Tanto mais que a CPBCI determina que no museu eclesiástico devem ser criadas e organizadas salas de depósitos (reservas) onde as peças sejam facilmente acessíveis quer para os responsáveis institucionais quer para os investigadores. É determinante, ainda, que os objectos sejam adequadamente documentados e registados no inventário geral ou num catálogo, de modo a que a documentação seja actualizada periodicamente. Quanto à circulação de obras no interior e exterior do museu o documento é igualmente claro ao determinar que é necessário estabelecer um cuidadoso regulamento de intercâmbios e aquisições de obras. No caso particular de empréstimos, o Museu Eclesiástico deve certificar-se “que está garantida a vigilância em todas as fases operativas, através de medidas cautelosas para o transporte (com a garantia de seguros específicos) e uma atenta preocupação relativa à preparação dos espaços reservados à exposição” (Igreja Católica, 2001: sp).

Na vertente da conservação a CPBCI define práticas específicas e actuais, que implicam a existência de pequeno laboratório de restauro (afecto à manutenção, à conservação e restauro dos objectos sempre que necessário); que prevejam operações de segurança geral (protecção contra roubos, vandalismo, incêndios, catástrofes naturais, entre outras), prevalecendo a ideia da conservação preventiva (controles periódicos das instalações e das estruturas, climatização do ambiente; protecção contra o pó, a exposição solar e organismos biológicos; manutenção regular de limpeza e desinfeção; diagnóstico periódico, entre outros).

---

Do que ficou explanado infiro que a CPBCI encara a via da musealização do objecto religioso como uma das soluções para a preservação. O documento emanado em 2001 pela CPBCI parece estar em consonância com o quadro conceptual que destacamos, citando André Desvallés e Francois Mairesse:

«En muséologie, la préservation rassemble l'ensemble des fonctions liées à l'entrée d'un objet au musée, soit les opérations d'acquisition, d'inscription dans l'inventaire, de catalogage, de mise en réserve, de conservation, parfois de restauration» (Desvallées; Mairesse, 2011: 453).

A análise dos documentos emanados pela CPBCI e de outros estudos actuais e contemporâneos, no âmbito da museologia, permitiu-me inferir a actualização técnica das normas e orientações da Igreja Católica em matéria de preservação patrimonial<sup>8</sup>.

### **5.1.3. Museu Eclesiástico – natureza e tipologia, objectivos e funções**

No item anterior ficou explícito que a CPBCI prevê e apoia a criação de museus eclesiásticos, tutelados pela Igreja (Diocese, paróquias, entre outros).

Segundo as orientações dimanadas por aquela Comissão no que se refere à musealização do património religioso:

«[O] museu eclesiástico pode converter-se no principal ponto de referência à volta do qual se anima o projecto de uma nova consideração do passado e da descoberta do presente nos seus melhores aspectos, muitas vezes desconhecidos. Além disso, apresenta-se como sede para a coordenação da actividade conservadora, da formação humana e da evangelização cristã num determinado território. Outrossim, na sua organização, deve ser acolhido o dinamismo social, as políticas culturais e os planos pastorais aprovados para o território de que faz parte» (Igreja Católica, 2001: s.p).

Para entender a natureza do Museu Eclesiástico é necessário compreender que a fruição plena do património religioso se dá em primeiro lugar e fundamentalmente no contexto cultural cristão, uma vez que aqueles bens foram expressamente constituídos, não

---

<sup>8</sup> Saliento que a CPPBCI reconhece a competência normativa dos seguintes organismos internacionais: «*ICOM, Code de Déontologie Professionnelle de l'ICOM, Paris 1990; ICOM, Documentation Committee CIDOC Working Standard for Museum Objects, 1995; CONSELHO DA EUROPA, Convenzione riveduta sulla Protezione del Patrimonio Archeologico, Malta 1992; ICOMOS (International Council of Monuments and Sites), International Cultural Tourism Charter, 1998, art. 2.4, 6.1, 3.1 e 5.4.*» (Igreja Católica, 2001: sp, nota 43).

---

em função de museus, mas para expressar o culto, a catequese, a cultura e a caridade (Igreja Católica, 2001: s.p).

A CPBCI ao caracterizar a natureza do museu eclesiástico afirma que a instituição deve reunir os testemunhos da história cristã e as suas expressões artístico-culturais que já não se usam de forma habitual. Assim, estas instituições estão intimamente relacionadas com as diversas Igrejas particulares e, dentro destas, com as comunidades.

«Como consequência o museu eclesiástico não é uma simples colecção de objectos que já não se usam, mas sim uma instituição pastoral de pleno direito, já que guarda e valoriza (...) os bens que outrora estavam postos ao serviço da igreja. Apresenta-se como instrumento de evangelização cristã, de elevação espiritual, de diálogo com os afastados, de formação cultural, de fruição artística, de conhecimento histórico. É portanto, um lugar de conhecimento, prazer, catequese e espiritualidade» (Igreja Católica, 2001: s.p).

Neste sentido o Museu Eclesiástico “deve ser interpretado em estreita conexão com o território de que faz parte, na medida em que “completa” e “sintetiza” outros lugares eclesiais. Caracteriza-se, fazendo referência ao território, de modo a colocar em evidência o seu tecido histórico, cultural, social e religioso” (Igreja Católica, 2001: s.p).

Conclui-se que a Igreja aplica os conceitos que se têm vindo a estabelecer em torno do museu de território e de sociedade à sua actividade museológica, embora segundo uma perspectiva catequética e doutrinal (Roque, 2011: 245).

No quadro das funções atribuídas, pela CPBCI, ao museu eclesiástico assinalo antes de mais a “recolha conservadora” dos bens culturais que não podem permanecer no local de origem, com o objectivo de os valorizar pastoralmente (Igreja Católica, 2001: s.p). Contudo, aquela Comissão determina que outras funções devem ser tidas em linha de conta na programação de um museu eclesiástico, isto é a estrutura daquela instituição museológica deve referir-se a todo o território da sua circunscrição eclesiástica, assim deve, de alguma forma unir tudo o que expõe, com os lugares de origem dos bens culturais. “Para evidenciar a relação de continuidade entre o passado e o presente, o museu eclesiástico deve ser a memória estável da história de uma comunidade cristã e, ao mesmo tempo, é chamado a acolher manifestações ocasionais de carácter contemporâneo, ligadas à acção da Igreja” (Igreja Católica, 2001: s.p).

É pois, neste contexto que a Carta-Circular, a que venho aludindo, define o âmbito do património religioso, alargando-o ao património imaterial, confirmando uma vez mais a preocupação da Igreja em relação às propostas actuais da sociedade civil em torno do conceito de património cultural.

---

«Subentende-se, portanto, que toda a vivência do religioso se encontra em estreita conexão com o objeto material usado na liturgia ou na devoção privada: os gestos que o usaram; as litanias e as preces que lhes estiveram associados; as manifestações de fé que suscitara e que lhes fundamentam o sentido. Isto conduz à noção de que a eficácia da apresentação museológica depende de uma adequada referência a estes dados subjectivos e de que é nisto que consiste a correcta contextualização do objecto religioso no museu» (Roque, 2011: 246).

A CPBCI define que o museu eclesiástico é um *museu integrado e difuso*. Isto é, o *museu diocesano* desempenha uma função de coordenação e à volta dele circulam *estruturas policêntricas* - catedral, santuários, mosteiros, conventos, igrejas paroquiais, entre outras - e às quais compete manter *in loco* os bens.

“Deste modo, cria-se uma rede que une dinamicamente o museu diocesano aos demais centros de museus, e o conjunto dos bens culturais eclesiásticos ao conjunto do território” (Igreja Católica, 2001: s.p).

Assim, o Museu Diocesano é uma instituição integrada num conjunto de estruturas eclesiásticas dispersas pelo território diocesano. Ao museu diocesano compete colocar em evidência a unidade e a organização dos bens culturais da igreja.

Por forma a desempenhar cabalmente tais funções compete-lhe realizar todas as acções inerentes à gestão do inventário-catálogo de todo o património histórico-artístico da Diocese; promover acções de divulgação, conservação, investigação dos bens culturais existentes na jurisdição diocesana (Igreja Católica, 2001: s.p).

Isabel Roque define a tipologia do museu eclesiástico:

«[C]omo uma colecção de objectos religiosos organizada segundo parâmetros museológicos e dependente de uma instituição ligada à Igreja (diocese, paróquia, ordem, instituto religioso, confraria, etc.) Situam-se, neste âmbito, além dos tesouros eclesiásticos, os museus de obra ligados a uma catedral ou a um santuário, bem como os museus diocesanos, paroquiais, monásticos, conventuais e missionários, mas excluem-se as colecções artísticas, arqueológicas e científicas, de carácter não cristão, ainda que de propriedade eclesiástica» (Roque, 2011: 247).

No que se refere à natureza e objectivos dos museus diocesanos a CPBCI refere que aquelas instituições museológicas reflectem as específicas realidades territoriais com âmbitos e jurisdições eclesiásticas bem definidas (Igreja Católica: 2002).

A grande distinção, apontada por Isabel Roque, entre museu de arte sacra e museu eclesiástico é que o último:



---

«[É] confessional, comprometido, no caso, com a religião católica, e assume a função catequética, invertendo a norma de isenção que se assiste à prática museológica. A mensagem veiculada pelo museu eclesiástico (isto é, dependente de organismos ligados à igreja) não é, nem pretende ser, independente. De facto, o programa de um museu eclesiástico é unívoco, sem duplicidades na leitura e na interpretação dos factos e conceitos que apresenta, na medida em que a Igreja assume a sua doutrina como uma verdade única e universal. Arroga-se, por isso, a capacidade de propor vivências religiosas no percurso museológico, transformando a rotina do museu numa experiência evangelizadora» (Roque, 2011: 247).

No que se refere aos objectivos do museu eclesiástico a CPBCI aponta: a salvaguarda da memória e a pastoral através da memória. “Ambos sintetizam uma intenção primordial: a utilização catequética da memória veiculada através do museu” (Roque, 2011: 248).

No entanto, e tal como afirma Isabel Roque aqueles objectivos não contrariam a pragmática museológica, desde que a sua execução seja rigorosa no cumprimento da conservação e divulgação do espólio incorporado (Roque, 2011: 248).

Cabe-me também reflectir sobre a musealização dos objectos religiosos. Aquela acção apenas acontece na sequência de um desvio do objecto em relação ao contexto e funcionalidade originais. De facto o objecto ao integrar uma exposição ou uma instituição museológica muda o seu estatuto. A este propósito diz Jean Davallon (1986: 244) que “é um objecto real que já não está no contexto real”, por isso é fundamental que o museu seja rigoroso e coerente com o significado dos bens culturais que expõe.

Neste contexto, importa, ainda, referir que com o aparecimento dos museus os bens culturais religiosos incorporados nos acervos tornaram-se sobretudo objectos de arte, e como tal, indiferenciados na vasta categoria das artes decorativas. Contudo, a importância do património religioso, enquanto tal, isto é, como testemunho inalienável de grande parte da história da humanidade, implica que a instituição museológica abandone a tendência de interpretar aqueles objectos sob ponto de vista da história da arte:

«Para centrar-se na contextura mais vasta como museu de sociedade ou de território, alargando a pesquisa e a recolha ao campo do património imaterial. Ao definir os pressupostos do museu eclesiástico, a Igreja acrescenta a estes conceitos a função pastoral, defendendo que a recontextualização dos objectos se tornará mais completa ao anexar a catequese à informação. O sentido religioso é inerente ao espaço e programa do museu eclesiástico, o qual se assume como um prolongamento do templo e uma extensão da acção pastoral aí desenvolvida» (Roque, 2011: 251-252).

---

## 5.2. Acção da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP)

As Conferências Episcopais orientam-se de acordo com as normas da CPBCI.

A CEP tem vindo, ao longo dos anos, a despertar a atenção e a consciência para o património histórico-cultural da Igreja e a emanar normas com o objectivo de o preservar de vários perigos como a destruição, degradação, roubos, alienação, entre outros.

Em 14 de Maio de 1990, a CEP emitiu uma nota Pastoral intitulada *Património Histórico-Cultural da Igreja* (<http://www.bensculturais.com/documentos/1990-PatrimonioHistoricoCulturalDaIgrejaCEP.pdf>). Neste documento o organismo começa por definir a noção de património histórico-cultural, dando especial ênfase ao património histórico-cultural da Igreja e alarga-se para assuntos de cooperação Igreja/Estado e orientações pastorais acerca da defesa, conservação e fruição.

Empenhada em desenvolver actividades com vista à defesa e à valorização do património, a CEP deu prioridade à inventariação realizada segundo meios técnicos e museológicos. Refere-se também à segurança propondo a adopção de meios modernos de modo a proteger o património de deterioração devida a factores naturais, de desgaste resultante da acção humana, do vandalismo e dos furtos; à formação da comunidade eclesial e fiéis nas áreas de arte sacra, animação, museologia, gestão patrimonial e à consciencialização e sensibilização de toda a Igreja sobre os valores históricos, estéticos e religiosos. No âmbito da cooperação prevê a colaboração com entidades estatais e contempla também o mecenato privado em acções que promovam nomeadamente, para a preservação daquele património (Igreja Católica, CEP, 1990: n.º 6.2, 6.5, 7.2).

A CEP define que a defesa do património da Igreja compreende também a sua valorização, isto é, “a sua progressiva colocação em condições de melhor produzir os frutos de apreciação, identificação ou documentação histórica e de ser um instrumento de formação, cultura e proveito para as pessoas e para a comunidade” (Igreja Católica, CEP, 1990: n.º 6.2). A valorização do legado comum constitui uma das acções fundamentais. Neste sentido, a CEP propõe várias soluções: fruição *in loco* dos edifícios e os objectos utilizados de acordo com as funcionalidades para os quais foram criados; a recolha de espécimes de valor histórico-artístico em museus e arquivos abertos à consulta e estudo, concorrendo para o progresso da ciência e melhor conhecimento da comunidade e prevê que “o património possa ser visto pelos interessados, de modo a suscitar neles o prazer da contemplação estética e,

---

eventualmente, a percepção dos valores religiosos da vida humana” (Igreja Católica, CEP, 1990: n.º 6.3).

No âmbito da preservação em contexto museológico saliento ainda que Natália Correia Guedes, em 1996, nas Jornadas de Direito Canónico, defende que “uma unidade central em cada Diocese seria o mais aconselhável ponto de partida para o apoio técnico a pólos descentralizados (tesouros de Sés, colecções de confrarias e misericórdias, monumentos, etc.)” (Guedes *apud* Roque, 2011: 122).

A mesma especialista defendeu que as unidades centrais de cada diocese:

«[T]eriam como objectivo compensar situações de fragilidade pontuais: preservar colecções em risco; fornecer apoio técnico ao inventário, conservação, restauro e divulgação; ceder materiais expositivos; receber legados externos de arte sacra e, sobretudo, dar garantias de bom acolhimento ao retorno de objectos litúrgicos, recolhidos em colecções estatais, às suas dioceses de origem» (Guedes *apud* Roque, 2011: 123).

Embora, no âmbito desta reflexão, não caiba analisar todas as iniciativas promovidas pela Igreja para a preservação do património religioso refiro, a título de exemplo, que em 2001 a Comissão Episcopal dos Bens Culturais da Igreja insistia na realização do inventário, considerando que este é um instrumento para o conhecimento, estudo, defesa, conservação e gestão do património da Igreja; na conservação preventiva do património disponibilizando orientações técnicas para os cuidados a dispensar ao património imóvel; na conservação/restauro recomendando que estas acções deviam ser precedidas de estudos científicos e executadas por técnicos certificados e habilitados e ainda na formação de todos os que zelam pelo património da Igreja (Costa, 2012: 65-66).

Em matéria de preservação do património cultural importa salientar o papel fundamental da vertente da conservação.

Desde logo importa definir o que o ICOM – *Committee for Conservation* (ICOM-CC) entende por conservação: todas as medidas ou acções que tenham como objectivo a salvaguarda do património tangível, assegurando a sua acessibilidade a gerações presentes e futuras. A conservação integra a conservação preventiva, a conservação curativa e o restauro. Todas estas medidas ou acções devem respeitar o significado e as propriedades físicas do bem cultural em questão<sup>9</sup> (ICOM-CC, 2008: sp).

---

<sup>9</sup> Tradução livre da versão em espanhol

---

No âmbito deste trabalho importa aqui deter-me na conservação preventiva definida como todas as medidas e acções que tenham como objectivo evitar ou minimizar futuras deteriorações ou perdas. Aquelas acções realizam-se sobre o contexto ou a área circundante ao bem, ou mais frequentemente a um grupo de bens, sem ter em conta a sua antiguidade ou condição. Estas medidas ou acções são indirectas – não interferem com os materiais ou estruturas dos bens. Não modificam a sua aparência<sup>10</sup> (ICOM-CC, 2008: sp).

Neste sentido, tradicionalmente, os factores da temperatura, da humidade, da luz e da qualidade do ar são apontados como causadores da deterioração do património. Contudo, Stefen Michalski aponta que os agentes de deterioração das colecções são: forças físicas directas; roubo; vandalismo, perda involuntária; fogo; água; pragas; contaminantes; radiações; temperaturas contraindicadas; índices de humidade relativa contra indicados (Michalski, 2006: 54-55).

A visão deste autor abriu novos caminhos à disciplina da conservação preventiva: “aporta una visión sinóptica de los posibles riesgos de deterioro que pueden afectar a una colección de un museo y hace una aproximación sistemática al método de trabajo para la elaboración de un plan de conservación preventiva en un museo” (Herráez; Lorig, 1999: 3).

Em suma, o património é frágil e as causas de degradação dos objectos como vimos são as mais diversificadas. Contudo, essa degradação é tanto mais lenta quanto melhor conhecermos o objecto, com o objectivo de o preservar. Assim e considerando o vasto e heterógeno património histórico-cultural infiro que se torna imprescindível que os organismos eclesiais, para além de inventariarem, catalogarem e documentarem o património, definam programas de conservação preventiva na medida em que são fundamentais para assegurar ou aumentar a esperança de vida do património cultural da Igreja em contexto museológico ou *in situ* e aos quais irei referir-me em capítulo próprio.

### **5.3. O Projecto de Inventário do Património Cultural da Arquidiocese de Évora (IPCAE) como caso de referência**

No seguimento da nota pastoral *Princípios e Orientações sobre os Bens Culturais da Igreja* emitida pela CEP:

---

<sup>10</sup> Tradução livre da versão em espanhol

---

«[A]s dioceses cada uma a seu modo e a seu ritmo, moldaram a sua estrutura e acções pastorais às recentes orientações e exigências no que respeita à salvaguarda e promoção do património cultural, dirigindo especial atenção ao inventário, cuja urgência de execução era amiúde referida em reuniões e assembleias do episcopado ou de responsáveis diocesanos» (Costa, 2012: 359).

Neste contexto, a Fundação Eugénio de Almeida, no ano 2002, empenhada na preservação, no conhecimento e na divulgação do património cultural conduziu à celebração de um protocolo de colaboração com a Arquidiocese de Évora, com vista à inventariação do património cultural móvel diocesano. Á Fundação Eugénio de Almeida cabe a gestão de recursos humanos e financeiros (<http://www.inventarioevora.com.pt/acessibilidade/intro.html>. Site consultado a 2 de Agosto de 2012).

Para prosseguir os seus objectivos aquela Fundação apresentou no ano 2002 a candidatura do PIPCAE e a sua divulgação ao Programa Operacional de Cultura, homologado em Outubro de 2005.

Como se encontra plasmado no *Website* são objectivos do PIPCAE conhecer, identificar, divulgar, sensibilizar, salvaguardar e valorizar o extensivo património artístico da Arquidiocese de Évora.

O PIPCAE, em curso desde 2002, sob a Coordenação Científica de Artur Goulart de Melo Borges<sup>11</sup> conta com a colaboração de uma equipa multidisciplinar (de quatro elementos) no âmbito do património, nomeadamente em história, arqueologia, património cultural, museologia, peritagem de arte, ciências documentais e comunicação social e cultural recorrendo ainda a consultoria externa nas áreas da gemologia<sup>12</sup>, dos têxteis, da escultura, do documento antigo e do livro.

O extenso acervo religioso a inventariar, a sua diversidade e especificidade conduziram a uma selecção criteriosa, considerando-se para tal todos os objectos de valor histórico-artístico e religioso.

No que respeita às tarefas de inventariação estão a ser objecto de tratamento todo o património móvel e integrado existente nas igrejas, capelas, seminários e instituições

---

<sup>11</sup> Artur Goulart de Melo Borges é Licenciado em arqueologia pelo *Pontificio Instituto di Archeologia cristiana* - Itália, possui pós-graduações em Museologia e História da Arte.

<sup>12</sup> O Gemólogo Rui Galopim de Carvalho, embaixador da *International Colored Gemstone Association* em Portugal participa, quando solicitado, no PIPCAE.

---

religiosas das cento e cinquenta e oito paróquias que perfazem o território da Arquidiocese de Évora.

O inventário de carácter científico desenvolve-se de forma sistemática, segue as normas nacionais (utilizadas nos museus portugueses) e internacionais (ICOM e CPBCI), sendo precedido e acompanhado de investigação bibliográfica que permite conhecer, do ponto de vista físico e documental, os edifícios e locais onde se encontram os objectos a estudar (<http://www.inventarioevora.com.pt/newsletter/01/index.html#03>. Site consultado a 8 de Agosto de 2012).

À formação dos membros da equipa do PIPCAE tem sido dada uma importância permanente, quer de integração no projecto de inventário (formação específica sobre a tipologia dos objectos a inventariar, relacionando-os com a função e o contexto litúrgico e a organização e associações eclesásticas), quer de valorização profissional e pessoal (participação dos técnicos nas acções de formação dedicadas às temáticas de inventário promovidas pela Fundação Eugénio de Almeida).

Para cada objecto é preenchida uma ficha individualizada. A informação é organizada com o recurso a um *software* de gestão do património cultural móvel e imóvel – *in patrimonium*.

Este produto desenvolvido pela empresa Sistemas de Futuro (<http://www.sistemasfuturo.pt/> Site consultado a 10 Novembro de 2012) respeita as normas internacionais de inventário, gestão e documentação de património, com especial atenção para as normas elaboradas pelo ICOM-CIDOC. Outras normas seguidas por imperativos de internacionalização são: *Normalizacion Documental de Museos*<sup>13</sup> (trabalho normativo realizado em Espanha, sob a égide do Ministério da Cultura e coordenado por Andrés Carretero Pérez), as Normas de Classificação de património da UNESCO e o Spectrum: The UK Museum Documentation Standard (Museums Documentation Association), hoje *Collections Trust* (<http://www.collectionstrust.org.uk/spectrum> Site consultado a 13 Novembro de 2012), que é referência mundial em termos de procedimentos de documentação de colecções. O documento estrutura as normas em três categorias: estrutura de dados (arquitectura dos sistemas de informação), procedimentos (para inventário e documentação e terminologia (relativas ao vocabulário e seu controlo) (Matos, 2008: 140).

---

<sup>13</sup> Norma utilizada pelos museus em Espanha.

---

Para a normalização dos conteúdos, os técnicos que se encontram a desenvolver o projecto de inventariação recorrem à terminologia estabelecida e proposta no *Thesaurus – Vocabulário de Objectos do Culto Católico (Mobiliário Religioso; Linhos e Guarnições; Objectos Religiosos; Paramentos Religiosos e Instrumentos de Música Litúrgica*, às Normas de Inventário publicadas pelo IPM e pelo IMC e, em falta destes, nos inúmeros catálogos de museus e exposições.

Perante o exemplo prático em curso e entendendo que se torna cada vez mais necessário proceder à normalização de recursos a utilizar em Portugal, podendo as várias instituições (eclesiásticas e civis) colaborar na elaboração e partilha de ferramentas importantíssimas para a gestão e controle da terminologia associada aos sistemas e meios informáticos de gestão do património.

Para além de todas as funcionalidades supra mencionadas a “informação organizada com recurso a *software* de gestão do Património Cultural Móvel, constitui-se como um suporte relevante na produção permanente de conhecimento e de consulta pública dos conteúdos específicos, através do acesso à base de dados” (<http://www.inventarioevora.com.pt/newsletter/01/index.html#02>. Site consultado a 9 de Agosto de 2012).

Por questões de segurança, a visualização dos dados relativos às peças são restritos, apenas disponibilizando informações consideradas importantes para estudantes, investigadores, ou para o público em geral.

A análise ao trabalho desenvolvido desde o seu ano de arranque permite apresentar os seguintes resultados:

Em 2006 a Fundação Eugénio de Almeida, prosseguindo os objectivos de divulgação do PIPCAE, à escala global, disponibilizou o *Website* bilingue (Português e Inglês) do projecto, no qual é possível aceder à base de dados do inventário, aos roteiros temáticos, à *newsletter* do projecto e a um glossário. Com a publicação da *Newsletter* electrónica e bilingue (português e inglês) pretende-se não só dar a conhecer o desenvolvimento do PIPCAE, mas também promover permuta de informações, inerentes a projectos congéneres.

No âmbito do PIPCAE, com o apoio de entidades eclesiásticas e estatais, foram realizadas acções segundo variadas vertentes nomeadamente *workshops* e acções de formação dedicados às temáticas do inventário, do turismo, do património cultural e da conservação preventiva dirigida a todos os responsáveis pelo património histórico-artístico e religioso

---

(párocos, capelães, sacristãos, zeladores e vigilantes dos edifícios); exposições monotemáticas e o *CD-Rom* “Artes na História – inventário artístico da Arquidiocese de Évora”.

Naturalmente, num projecto desta envergadura surgem obstáculos e segundo o Coordenador científico do PIPCAE as principais dificuldades encontradas no desenvolvimento do projecto prendem-se com o estado de conservação e vulnerabilidade das peças, a sua colocação em locais na maioria das vezes de difícil acesso, a falta de uma equipa de técnicos especializados para a correcta identificação de alguns materiais, tendo que recorrer a consultadoria externa e finalmente, a falta de documentação sobre os objectos inventariados (<http://www.inventarioevora.com.pt/newsletter/01/index.html#03>. Site consultado a 8 de Agosto de 2012).

Os vários projectos do PIPCAE são promissores uma vez que estão criadas condições para tal, nomeadamente no que respeita à existência de uma equipa multidisciplinar e considero o potencial de cooperação e de trabalho de parcerias, como uma das mais-valias do sistema de gestão do PIPCAE.

O PIPCAE manteve entre as prioridades transversais e de articulação de toda a equipa técnica envolvida, o desenvolvimento e normalização do seu sistema de documentação e informação, tornando-se basilar por um lado, para a sua interacção com utilizadores e parceiros do projecto, e por outro como uma excelente ferramenta de gestão do património. Pelas características e resultados deste projecto, que sucintamente apresentei, considero de interesse tomá-lo com experiência comparativa e que potencia a realização de trabalho em parceria futura com a Diocese da Guarda.





---

## **6. Propostas para a planificação museológica e a gestão do património cultural, histórico-artístico e religioso existente na Diocese da Guarda**

Importa reflectir sobre a denominação da instituição museológica sob a tutela da Diocese da Guarda, com sede na cidade da Guarda.

O *Projecto de Inventário do património, imóvel e móvel, existente na Diocese da Guarda* foi o ponto de partida para se falar e reflectir acerca de um futuro museu, ou seja foi de facto a génese de tal projecto. Ainda que não exista um museu, ele tem sido designado de Museu de Arte Sacra da Diocese da Guarda.

Após a análise dos documentos emanados pela CPBCI, da obra *O Sagrado no Museu* e dos estudos que apresentei, nos capítulos dois e quatro, levaram-me a questionar se tal designação seria de manter e se seria a mais adequada à programação que pretendo implementar e que abordarei neste capítulo.

Para mim é inequívoco que tal designação é redutora, considerando que há aspectos fundamentais a ter em conta e que se prendem com a tipologia do património existente na circunscrição eclesiástica, com a história das comunidades e com o que se pretende comunicar. Assim, proponho denominar a futura instituição a programar como Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda.

### **6.1. Projecto patrimonial e museológico – Vocação, campo temático e objectivos do Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda**

Tendo presente as normas emanadas pela CPBCI e o diagnóstico, tratado em capítulos anteriores, pretendo criar um sistema integrado para a salvaguarda e valorização do património religioso (SIPR) que agregue o futuro Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda, as *estruturas policêntricas* (edifícios religiosos ao culto) e ainda as *entidades de carácter museal*, identificadas no diagnóstico, dispersos no território da Diocese da Guarda, todos ancorados naquele museu e ao qual compete funções de coordenação.

O Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda, enquanto âncora do SIPR, desenvolverá a sua actividade no âmbito do património material e imaterial religioso existente

---

na circunscrição eclesiástica. O seu território de referência e a proveniência do património incorporado e a incorporar nas entidades do SIPR é o território da Diocese da Guarda.

Atendendo à proveniência e âmbito do património incorporado e a incorporar e ao papel que incumbe ao museu na coordenação e gestão do património *in situ* ou *ex situ* (em espaço museal), os campos temáticos reportam-se:

- À história e vida da Igreja e das suas comunidades tendo por referência e principal contexto o território diocesano;

- Ao património histórico-artístico e religioso (material e imaterial) tendo por referência o seu valor histórico, artístico, antropológico, cultural e religioso.

Assim, o Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda tem por vocação estudar e investigar, incorporar, conservar, inventariar e documentar, interpretar e difundir os testemunhos materiais e imateriais religiosos, existentes no território da Diocese da Guarda e reportado à comunidade, com vista a contribuir para a salvaguarda, construção e transmissão da memória das comunidades e da pastoral na perspectiva da nova evangelização.

As *estruturas policêntricas* e as *entidades de carácter museal* (enquanto entidades integradas num sistema e coordenadas pelo Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda terão como missão conservar nos seus contextos, incorporar, apresentar os objectos religiosos e concorrer para o cumprimento da vocação do Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda.

Aquela instituição museológica, enquanto coordenador do SIPR, tem como objectivos:

- Apoiar e coordenar as *estruturas policêntricas* e as *entidades de carácter museal*<sup>14</sup> tendo em vista a valorização e preservação do património religioso *in situ* ou *ex situ* (em museus); a difusão das boas práticas museológicas, com preocupação social, pedagógica e evangelizadora.

- Estabelecer parcerias e/ou colaborações com as instituições locais, nacionais, e estrangeiras (civis e religiosas) com vista à investigação, estudo, conservação, divulgação, fruição do património religioso material e imaterial existentes.

- Desenvolver estratégias de acção que imprimam dinâmica no SIPR.

---

<sup>14</sup> *Entidades de carácter museal* identificadas no território: Museu de Arte Sacra de Vinhó, Núcleo de Arte Sacra – Museu de Figueiró da Serra e Museu de Arte Sacra de Alvoco da Serra.

---

- Promover a criação de um banco de dados, informatizado e disponível na *Web* que congregue e dissemine informações inerentes ao património da Diocese da Guarda.

Para que se atinjam os objectivos citados é fundamental a estreita relação entre as entidades que integram o SIPR e outras instituições, que referirei no item seguinte.

O Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda deve dispor de recursos humanos altamente qualificados de modo a que possa cumprir o que se definiu no quadro da sua vocação e objectivos. Tais recursos devem, fundamentalmente, inscrever as áreas de museologia, história (da Arte, da Igreja e Civil), Teologia, Liturgia, Antropologia, Conservação e Restauro. Aos técnicos e em geral a todos os colaboradores do Museu deverá ser proporcionada formação completar em áreas de competência ligadas à comunicação e a vertentes de desenvolvimento regional e local estreitamente ligadas aos seus territórios de acção.

## **6.2. Parcerias institucionais e outras**

O diagnóstico ao património religioso existentes no território da Diocese da Guarda veio demonstrar que é indispensável estabelecer as parcerias institucionais, anteriormente referidas, na perspectiva da **cooperação científica** e da **cooperação com estabelecimentos de ensino**. Na primeira vertente pretende-se cooperar com outros museus que abordem temáticas similares, com centros de investigação e de ensino superior com vista ao desenvolvimento do estudo e investigação sistemática dos patrimónios e com outras Dioceses.

A título de exemplo aponto que se devem estabelecer relações nacionais e internacionais, nomeadamente com as seguintes entidades: Instituto de História da Arte - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa; Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes - unidade de Investigação Académica da Escola das Artes – Universidade Católica Portuguesa (Centro Regional do Porto) com o Museu Nacional de Arte Antiga; Tesouro-Museu da Sé de Braga; Museu de Arte Sacra do Funchal; Museu Nacional do Azulejo; Museu da Guarda; Laboratório de Conservação e Restauro José de Figueiredo (já no terreno) e com os departamentos de História Del Arte/Bellas Artes e de História Medieval, Moderna y Contemporanea da Universidade de Salamanca. Esta última proposta reside na proximidade geográfica e nas relações encetadas, anteriormente, com a Diocese da Guarda.

---

No que se refere à cooperação com o ensino pretende-se estabelecer parcerias com Universidades e Institutos Politécnicos, em particular, que ministrem cursos ou tenham centros de estudos relacionados com o património eclesiástico, a liturgia, a teologia e a conservação.

Neste sentido e considerando as boas relações institucionais entre a Diocese da Guarda e a Universidade Católica Portuguesa é de interesse que o Museu da Diocese da Guarda estabeleça uma parceria institucional com as Faculdades de Teologia de Lisboa e de Barga, com Escola das Artes da Universidade Católica do Porto (cursos de 1.º e 2.º Ciclos em Conservação e Restauro e de 2.º Ciclo de Marketing), com a Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, com a Escola Superior de Tecnologia e Gestão, do Instituto Politécnico da Guarda (curso de Engenharia Informática); Escola Superior de Artes Aplicadas do Instituto Politécnico de Castelo Branco (Curso do 1.º Ciclo de Design de Comunicação e Produção Audiovisual e curso de 2.º Ciclo em Design Gráfico e Curso do 1.º Ciclo de Design de Interiores e Equipamento)

No que se refere à cooperação com outras Dioceses (principalmente no desenvolvimento de inventário) pretende-se estabelecer parcerias com a Arquidiocese de Évora e com as Dioceses de Lamego, Coimbra e Viseu (circunvizinhas da Diocese da Guarda).

O Museu deverá estabelecer colaboração com especialistas externos para produção de trabalhos científicos directamente relacionados com as suas temáticas e deverá ainda acolher e apoiar projectos e acções, exteriores ao Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda que promovam o estudo e a investigação do património, proporcionando para tal o acesso ao mesmo, ao inventário e à documentação associada, seguindo as determinações do ICOM.

Assim, é minha convicção que é necessário criar uma rede de contactos interdisciplinar e estabelecer protocolos com museus, universidades e outros estabelecimentos do ensino superior, nacionais e estrangeiros, que possibilitem um maior aprofundamento de conhecimentos histórico-artísticos e religiosos e um maior controle sobre o estado de conservação dos objectos no seu local de origem.

No que se refere à cooperação entre museus, individualmente ou integrados em rede que tenham uma matriz comum (temática e tipologia de colecções) é muito vantajosa pela possibilidade de troca de documentação, colaboração na pesquisa e, essencialmente pela

---

reciprocidade de conhecimentos. Esta rede poderá ainda promover a realização de publicações comuns, englobando os objectos das várias instituições. Aliás, é esta a orientação emanada pela CPBCI ao introduzir a já referida noção de *sistema de museu integrado* e ao definir uma rede que une o Museu Diocesano aos centros de museus e os bens culturais eclesiásticos a todo o território (Roque, 2011: 292).

### **6.3. Funções de preservação**

#### **6.3.1. Política de incorporação no Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda, nas estruturas policêntricas e nas outras entidades de carácter museal**

No que concerne à política de incorporação, instrumento fundamental no apoio à gestão, tomo como referência a Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto que *Aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses*.

A incorporação baseia-se no património existente na Diocese da Guarda.

A este propósito, refiro que para estabelecer as linhas da política de incorporação foi indispensável o diagnóstico a que tenho vindo a aludir uma vez que permitiu conhecer o território e o património já inventariado naquela circunscrição eclesiástica.

#### **Justificação da política de incorporação**

Como ficou explícito no capítulo IV, do presente trabalho, muitos dos objectos móveis inventariados, no território da Diocese da Guarda, encontram-se em risco de dispersão, conservação e segurança.

O património histórico-artístico e religioso existente nas paróquias é o testemunho concreto da criatividade artesanal e artística em que as comunidades cristãs se exprimiram, dando assim um esplendor de beleza aos lugares do culto, da piedade, da vida religiosa, do estudo e da memória. Entendo que a função eclesial e cultural que, incessantemente, caracterizam os mesmos bens culturais da Igreja representam o melhor suporte para a sua conservação.

Neste sentido e atendendo a que a valorização do património deve ser entendida no seu conjunto, sobretudo no que diz respeito às *estruturas policêntricas* onde se encontra presente

---

grande parte do património da Igreja, defendo a ideia de manter e prever novas incorporações de objectos no seu contexto. Porém, e tal como a CPBCI determina, quando tal não for possível (entenda-se por dificuldade de custódia; procedência desconhecida; alienação ou destruição de edifícios religiosos a que pertenciam; degradação das estruturas de origem ou perigos diversos, entre outros) os bens culturais que outrora estavam postos ao serviço da Igreja e que agora são significativos do ponto de vista histórico-artístico devem ser incorporados nas *entidades de carácter museal* (pela proximidade física e afectiva com as comunidades) e no Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda.

### **Património a incorporar no SIPR**

Atendendo à vocação e objectivos definidos para o Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda, aos objectos incorporados nas outras entidades do SIPR e ao património religioso inventariado no território diocesano, a tipologia de objectos a incorporar abrange:

- Metais, compostos por alfaias litúrgicas e ourivesaria comum, cronologicamente executadas entre o século XIII e o século XXI;
- Esculturas de produção nacional e estrangeiras, abrangendo oito séculos – do XIII ao XX – e prolongando-se até à actualidade;
- Espólio Documental constituído por livros litúrgicos - abrangendo um horizonte temporal do século XVI até às edições de 1800;
- Pinturas de temática sacra, datáveis do século XVI à primeira década do século XXI;
- Têxteis compostos por vestes religiosas dos séculos XVI e XXI;
- Objectos Devocionais compostos por ex-votos e rosários de marfim executados entre os séculos XVII e XIX;
- Mobiliário litúrgico executado entre os séculos XVI ao XIX;
- Equipamento e Utensílios (caixas de esmolas, confessionários, castiçais, baldaquinos, cruz de altar, sacrários), dos séculos XVII ao XX;
- Cerâmica produzida nos séculos XV-XVI e XIX e XX.

---

Em suma, o património móvel inventariado situa-se cronologicamente entre os séculos XIII e XX, prolongando-se até à actualidade.

A incorporação dos objectos deve ser feita de acordo com as tipologias, a abrangência territorial e a cronologia definida, de acordo com os conhecimentos que disponho actualmente sobre o património.

### **Condições de incorporação**

De acordo com o artigo 13.º da Lei-Quadro dos Museus Portugueses a incorporação dos objectos nas instituições do SIPR compreende as seguintes modalidades: Compra; Doação; Legado; Herança; Recolha; Achado; Transferência; Permuta; Afectação permanente; Preferência e Dação em pagamento. Os objectos depositados ou temporariamente emprestados às entidades do SIPR não serão incorporados.

Também não serão incorporados no SIPR objectos ou colecções que não sejam enquadráveis com a vocação e objectivos definidos; cujo enquadramento cronológico seja diferente do estipulado; quando os recursos humanos, materiais e financeiros não sejam os indicados para garantir que os objectos incorporados estejam nas devidas condições; que estejam em estado de destruição irreversível ou impossibilidade de recuperação para aproveitamento museológico; quando as peças sejam de produção fabril, desprovidas de valor estético; quando possuam condicionantes de depósito, contrárias ao interesse dos museus; quando as instituições do SIPR não comprovem o título válido de propriedade, a procedência e a sua proveniência (ICOM, 2009: 9).

### **Processo de incorporação**

A selecção dos objectos a incorporar no SIPR e as propostas de incorporação são da inteira responsabilidade do Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda que as deverá submeter à aprovação das tutelas a saber: Diocese da Guarda e Fábricas das Igrejas Paroquiais.



---

### **Abatimento de objectos ao cadastro**

“O abate de um objecto ou espécime do acervo de um museu só deve ser feito com pleno conhecimento de seu significado, seu estado (se recuperável ou não recuperável), sua situação legal e da perda de confiança pública que pode resultar de tal ação” (ICOM, 2009: 9).

Com as necessárias adaptações, podem ser aplicadas tais directrizes.

O abatimento de objectos pressupõe a existência e actualização de informação, por via do inventário e da documentação, sobre o património, indispensável à elaboração da “proposta de abatimento” da responsabilidade do Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda que a submete à aprovação dos proprietários. Os critérios de abatimento são: desaparecimento físico do objecto (acidente ou catástrofe); estado de conservação que torne impossível ou inútil a eventualidade de restauro e roubo, esgotadas as diligências respectivas através das entidades policiais competentes.

Decorrente do abatimento deve elaborar-se um processo que justifique e documente exaustivamente o acto e que contemple a actualização da informação/documentação do objecto.

Entrando em aspectos de pormenor, o Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda manterá no sistema de informação todos os dados respeitantes ao objecto e conservará toda a documentação técnica e administrativa que lhe seja reportada, devendo ser registada, na respectiva ficha de inventário, que o objecto foi abatido ao cadastro, assim como os motivos que conduziram a tal acção.

#### **6.3.2. Função de conservação**

Os resultados obtidos por via do diagnóstico permitem-me concluir que existem duas vias a seguir: conservação preventiva e a conservação curativa/restauro.

Neste sentido, é fundamental implementar um programa de conservação que englobe acções de conservação curativa/restauro e de conservação preventiva (instrumento fundamental de apoio à gestão museológica). Tal programa deve ser definido pelo Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda.

As comunidades paroquiais devem estar comprometidas com o programa de conservação preventiva, nomeadamente, no que se refere à comunicação de ocorrências ao

---

Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda, à vigilância do património e atender às boas práticas da conservação preventiva, constituindo o trabalho em equipa e a interdisciplinaridade palavras-chave para a sua exequibilidade.

Estou convicta que uma política de conservação só produzirá efeitos positivos se os imóveis forem considerados como fundamentais no processo de preservação, ou seja, o “contentor” deve reunir todas as condições para albergar os seus “conteúdos”.

Nesta perspectiva, a observação e o controle constante de um edifício e do seu património móvel e integrado, com o objectivo de prevenir, reduzir ou bloquear os factores de risco têm necessariamente de ser contemplados. As exigências da disciplina da conservação preventiva exigem os recursos a meios humanos habilitados a aplicar normas e procedimentos que concorram para os bons resultados.

Tendo consciência do elevado número de objectos religiosos e não esquecendo que servem a missão pastoral, com todos processos destrutivos que lhes são inerentes, torna-se fundamental que se assumam:

«[A]titudes de prudência em presença dos objectos, a vigilância dos locais e dos bens, a adopção de medidas de conservação, o alerta relativamente a procedimentos incorrectos, o incentivo a uma participação concertada e eficaz das comunidades e dos interlocutores responsáveis pela conservação dos bens culturais são, entre outras, acções urgentes e indispensáveis para uma protecção real e efectiva do património histórico e artístico, sobretudo em matéria de prevenção» (Carvalho, 2006: 25).

«Proteger o património da Igreja exige a adopção de práticas que permitam prevenir os riscos de furto, de vandalismo, os acidentes e a degradação. Por vezes, medidas e formas de actuação muito simples podem ser suficiente para garantir a preservação das peças impedindo a sua perda parcial ou total e tornando desnecessárias intervenções de restauro, que são sempre mais dispendiosas e menos benéficas para as peças» (Diocese de Viseu, 2008: 28).

No que se refere à conservação preventiva, no presente trabalho, redigi um conjunto de normas de conservação preventiva adaptadas ao contexto religioso - normas de segurança contra acidentes, roubos e vandalismo; normas de manutenção dos edifícios religiosos e dos objectos móveis neles existentes e recomendações no que concerne à luz e iluminação, controlo ambiental e de pragas – (Apêndice VII).

Para elaboração das normas baseei-me nos documentos emanados pelo Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais, Museu e Arquivos Históricos de Polícia Judiciária, na obra *Vade-mécum. Preservação do património histórico e artístico das igrejas* e no *Regulamento para a Protecção dos Bens Culturais da Diocese de Viseu*. Foi ainda

---

fundamental a experiência vivida na primeira pessoa ao longo da realização do *Projecto de Inventário do Património, móvel e imóvel, existente na Diocese da Guarda*.

Para fazer face à exigência das boas práticas na conservação e tal como prevê a CPBCI, em matéria de conservação, proponho que seja criado no Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda uma oficina/escola de conservação e restauro. Com esta valência perspectiva-se promover a formação naquelas áreas; intervenção no património incorporado no SIPR; promover acções sistemáticas de sensibilização no âmbito da conservação preventiva destinadas às entidades do SIPR; aceitar encomendas exteriores, contribuindo desta forma para a sustentabilidade económica do Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda. Por outro lado, a região será dotada de recursos humanos qualificados nestas áreas, colmatando assim as lacunas existentes.

### **6.3.3. Função de documentação e inventário**

Os conteúdos abordados nos capítulos segundo e terceiro permitem concluir que: os recursos humanos afectos ao *Projecto de Inventário* são escassos; os recursos materiais, nomeadamente, de um sistema de gestão do património são inexistentes; é indispensável a normalização no que se refere à definição de procedimentos e de terminologias. Aquelas reflexões colocaram ainda em evidência a necessidade de se levar a cabo a inventariação e a documentação do património imóvel, integrado e imaterial e a necessidade de divulgação dos testemunhos materiais e imateriais religiosos existentes no território da Diocese da Guarda.

Neste sentido, para além da implementação da digitalização do inventário já realizado, o Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda deverá proceder à inventariação e documentação do património móvel, imóvel, integrado e imaterial religioso, considerando que tais processos são requisitos prévios para preservar o ingente património imaterial, imóvel e móvel *in situ ou ex situ* (em contexto museal).

Antes de mais, importa clarificar que os conceitos de inventário e de documentação, em contexto museal, evoluíram para uma concepção abrangente enquanto função museológica essencial àquelas instituições. Neste sentido, as instituições museológicas têm vindo a desenvolver estratégias para integrar e interligar toda a informação disponível sobre o património num mesmo sistema de informação, permitindo efectuar de forma célere e eficiente os processos de busca e de recuperação da informação.

---

O desenvolvimento da informática, e a sua aplicação às tarefas de inventariação e documentação, fez sobressair (como vimos em capítulos anteriores do presente trabalho) a importância da normalização de procedimentos e terminologias. Assim, a criação daquelas normas é absolutamente necessária. Segundo André Usillos o êxito do serviço de documentação e arquivo de uma instituição museal “depende entre otras cosas de la agilidad, flexibilidad y fiabilidad del sistema con el que se processa la información y permite su recuperación y difusión” (Usillos, 2010: 102).

O que ficou dito conduziu-me à formulação de hipóteses que contribuam para a superação dos problemas existentes.

### **Aquisição de *software* de gestão do património cultural**

Compete ao Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda a coordenação científica das acções de inventariação e documentação do património material e imaterial disperso no território da Diocese da Guarda.

Para cumprir aquele exigente objectivo é imperativo dotar o Museu de ferramentas informáticas de gestão de bases de dados, concebidas especificamente para as tarefas de inventário, documentação e gestão do património.

É sabido que existem no terreno sistemas de gestão do património que respondem de modo mais eficaz às necessidades em contexto museológico e fora dele, nomeadamente, o caso do PIPCAE.

Não obstante, no presente trabalho, centrei a atenção quer no processo de identificação de necessidades quer na pesquisa de mercado, tendo por base as orientações emanadas pela CPBCI – referidas no capítulo quinto - e num conjunto de critérios que considero essenciais para a escolha da melhor solução: 1. - Capacidade de adaptação à diversidade de património (material e imaterial religioso) existente no território; 2. - Capacidade de integração do inventário do património (imóvel, móvel e imaterial) com vários níveis de documentação; 3. - Capacidade de conjugação de diferentes aplicações (sistema de gestão); 4. – Cumprimento das normas nacionais e internacionais; 5. - Capacidade de adaptação havendo alteração das normas em vigor; 6. - Facilidade de divulgação da informação; 7. - Adequação ao funcionamento multi-utilizador, multi-posto, multi-idioma e em rede; 8. - Sustentabilidade económica e durabilidade da empresa no mercado; 9. - Disponibilização de *thesaurus* com diversas aplicações no sistema de gestão.

---

Definidos os critérios a fase posterior incidiu na pesquisa de mercado. As fontes consultadas partiram do universo de empresas e sistemas de gestão – aplicação desenvolvidos por aquelas entidades (Apêndice XIII) – apresentadas por Alexandre Matos, no âmbito da sua tese de mestrado.

Analisada a situação do mercado, a solução técnica que considero mais adequada à programação e acção do Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda é a aplicação *in patrimonium premium* no qual é possível integrar e combinar as diferentes aplicações (*in art; in domus; in memoria; in doc*) permitindo uma melhor gestão e integração do património.

Numa breve abordagem da estrutura e das potencialidades da base *in patrimonium premium* para o inventário do património material e imaterial posso dizer que a sua estrutura é intuitiva e agrupa a informação em cinco grandes categorias: *Inventário, Eventos, Entidades, Documentos* e *Multimédia*, tal como é explícito no manual do programa (<http://www.sistemasfuturo.pt/manual/>).

Na categoria Inventário encontra-se o elemento principal: o património material e imaterial. Neste repositório é contida toda a informação conhecida (intrínseca e extrínseca) sobre o património a saber:

Património Móvel - número de inventário; número de registo; designação; título; descrição; multimédia; antecedentes; autoria; características técnicas; categorias; classificações; colecções; componentes; condições; contexto de campo; cópias; cores cronologia; departamento; designações; direitos; disposições legais; entrada; épocas; escavações; escolas; estados; estilos; funções; fundo documental; grupos; heráldica; iconografia; incorporações; inscrições; inspirações; inventariantes; localizações; marcas; materiais; medidas; numerações; numismática; origem; originalidade; pesos; produções; proprietários; proveniência; recolha etnográfica; técnicas; tema/assunto e valores

Património Imóvel – para além dos elementos supra mencionados abarca o acesso; componentes; edafologia; envolvente; estratigrafia; estruturas; geomorfologia; horários; linhas de água; litologia; perigos; protecção e sistema agrário.

Património Imaterial – número de inventário; designação; descrição; multimédia; apoios; aprendizagem; características; cronologia; designações; disposições legais; grupo social; identidade; idiomas; localizações; numerações; origem; tipologia; transformação, entre outros.

---

No que se refere ao património móvel (*in art*) e imóvel (*in domus*), refiro que em torno dos elementos centrais estão os elementos secundários da documentação e gestão do património - eventos (catálogos; conservação de objectos; intervenções; empréstimos; exposições; iniciativas educativas; movimentos; projectos de investigação; reproduções; seguros e solicitações) – entidades e a documentação associada onde são tratadas e registadas as informações relativas aos seguintes tipos de fontes documentais – material gráfico; audiovisual; epistolografia; material cartográfico; material gráfico; material fotográfico; monografia; electrónicos e periódicos – e toda a informação digital (imagens, vídeos, sons, e outros) que venham a ser produzidos no âmbito do trabalho de inventário.

A informação que alimenta todos os campos supra citados é controlada por vários ficheiros e tabelas auxiliares específicas predefinidas pelo utilizador. As tabelas sistematizam categorias, coordenadas, características técnicas, tipos de colecções, tipo de contexto, tipos de cor, designações, métodos de recolha, épocas, estilos, condições de degradação, modo de incorporação, marcas, métodos, medidas, materiais, pesos, títulos, entre outras. As tabelas auxiliares servem para facilitar a inserção de dados ao utilizador e permitem um controle da linguagem usada. O *in patrimonium premium* possibilita, ainda, a fixação de *thesaurus*.

Além disto, o programa está configurado - para trabalhar com interface linguístico diferente do português, estando disponíveis versões em inglês, francês, italiano, catalão e castelhano; para diferentes perfis ou utilizadores; para funcionamento multiposto; para disponibilização de conteúdos na Intranet/Internet ou em quiosques multimédia (*in web*).

Considero, contudo, que não basta adquirir uma base de dados para que o trabalho de documentação do património seja feito com qualidade, antes porém, outros aspectos são fundamentais na documentação do património - criação de normas de procedimentos e de conteúdos/linguagem utilizada, frequentemente designadas de listas terminológicas ou thesauri, aliás, várias vezes aqui constatado.

### **Normalização e controlo do processo documental**

As instituições museológicas e os profissionais debatem-se diariamente com a gestão e documentação do património que têm à sua guarda. Para o efeito aquelas instituições têm vindo a criar ferramentas estratégicas que respondam aos seus desafios. Neste contexto, entendo que normalizar é a palavra-chave para percorrer um caminho correcto e da qual a organização SIPR não pode dissociar-se.

---

O Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda, enquanto coordenador daquele sistema, terá de adoptar regras de documentação que lhe permitam gerir eficazmente as informações existentes sobre o património religioso e incumbe-lhe disponibilizar a informação aos públicos.

O trabalho de gestão e documentação do património religioso, para além da aquisição de um *software* de informação, assenta em outros pilares essenciais, tais como o rigor e a validação da informação, usando linguagem controlada, a formação dos inventariantes/catalogadores e uma adequada administração e segurança do sistema, em permanente melhoria e actualização (Raposo, 2008: 4).

No que se refere aos procedimentos, a norma SPECTRUM, criada pela Museum Documentation Standard (MDA), é o *standard* que recebe maior consenso na museologia internacional, tendo sido adoptada por países como a Holanda e a Bélgica e por mais de 3000 instituições de todo o mundo para a gestão das suas colecções (Matos, 2008: 137-138). Nesta norma, recentemente traduzida para português, são definidas regras de boas práticas sobre os procedimentos mais correctos a utilizar no trabalho de inventário e documentação do património, a saber: pré-ingresso; ingresso; depósitos; incorporações; controlo do inventário, controlo da movimentação e localização; transporte; catalogação; conservação das colecções; controlo de riscos; seguros; saída de objectos; empréstimos; abatimento; entre outros.

Assim, e perante o que ficou explanado entendo que o Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda por imperativos de normalização internacional e à semelhança do que fizeram outras instituições museológicas nacionais e internacionais deverá adoptar a norma SPECTRUM para a gestão e documentação do património existente/incorporado nas entidades do SIPR.

No que respeita à normalização de conteúdos, no âmbito da documentação do património, é fundamental adoptar e criar *thesaurus* (terminologia controlada) que possam ser utilizados no registo das designações, temas, materiais, técnicas, categorias nomes, entre outros.

Contudo, constato que ao contrário do que sucedeu com as normas de procedimentos (tradução da norma SPECTRUM, para a língua portuguesa) a criação de *thesaurus* tem conhecido poucos desenvolvimentos no território nacional, realidade que não acontece noutros países. Perante tais realidades, faz todo o sentido que, no presente, por falta de tradução de *thesaurus*, o Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda adopte as

---

terminologias contidas nas Normas de Inventário, publicadas pelo IPM e IMC e a terminologia disponibilizada no *Thesaurus – Vocabulário de Objectos de Culto Católico*, elaborado de acordo com a norma ISO 5964 que regula a criação dos *thesauri* de várias línguas. No futuro é de manter a última referência bibliográfica e é imperioso adoptar/traduzir, para a língua portuguesa, tesouros internacionais que possam corresponder às necessidades específicas do projecto.

Cabe ainda referir que a gestão e documentação integrada daquele património constitui um trabalho árduo e levanta problemas de complexa resolução que, no caso do futuro Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda, se agravam pelo modelo que se pretende implementar, isto é um museu integrado num sistema com responsabilidade na gestão e documentação dos bens culturais imóveis e móveis religiosos existentes no território da Diocese. Os processos de gestão e documentação são também exigentes no que diz respeito à equação tempo e recursos (humanos e financeiros) necessários para a sua concretização. É igualmente um trabalho que exige planeamento, esforço, continuidade e compromisso de todas as entidades integradas no SIPR, para que seja possível alcançar os resultados desejados.

Tal planeamento deve ser definido pelo Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda. Os Arciprestes, enquanto coordenadores das actividades comuns no arciprestado, devem estabelecer a ponte entre as *estruturas policêntricas* e as *entidades museais*.

Na prática, os processos de gestão e documentação seriam geridos por um grupo de trabalho, interno, do Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda ao qual competiria gerir, inventariar e documentar o património material e imaterial existente no território diocesano; zelar pela aplicação dos procedimentos da norma SPECTRUM e pela introdução de linguagem controlada; recrutar pessoal, formar e prestar apoio a futuros colaboradores e validar a informação introduzida na base de dados.

No que se refere à instalação do *software* é fundamental que o motor de dados Microsoft SQL Server, que sustenta a base de dados utilizada no *in patrimonium premium*, seja instalado no futuro Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda e a aplicação cliente daquele sistema nos quinze arciprestados da Diocese possibilitando o trabalho em rede. Desta forma, os Arciprestes poderiam actualizar, na base de dados, informações de carácter não científico referente ao património existente na sua circunscrição eclesiástica.



---

Desta forma, a gestão e documentação do património incorporado nas entidades do SIPR estariam permanentemente actualizadas.

No projecto a que me refiro o Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda prevê a colaboração de parceiros nomeadamente, do IHRU no que se refere à inventariação e documentação do património imóvel.

### **Participação das comunidades**

No capítulo terceiro, ficou dito que o inventário é um meio integrador da comunidade paroquial, na medida em que colabora para a localização e movimentação dos bens a inventariar e para o conhecimento do património, por via da proximidade e afectividade que mantém com o objecto religioso. Também não é menos verdade que as comunidades possuem, em relação àqueles objectos, um sentido de pertença muito vincado e que importa considerar.

Assim sendo e fruto das experiências no decurso do *Projecto de Inventário* é determinante pensar no sentido de se implementar um *inventário participativo* que envolva, obviamente, as comunidades (Varine, 2002/2012).

Reafirmo que é indispensável e, simultaneamente, um grande desafio promover, organizar e estimular a participação das comunidades nos processos: de inventário e sua actualização; de selecção de objectos que se entenda impossível de preservar *in situ* e que se venham a depositar nas instituições museais de tutela eclesiástica, existentes na circunscrição da Diocese da Guarda e, ainda, a colaboração em campanhas de controlo do inventário e de acompanhamento do património preservado *in situ* ou nas entidades de carácter museal do SIPR

Um inventário participativo contribui, certamente, para a educação patrimonial e potencia o sentido crítico e de responsabilidade das comunidades em tudo o que se refere ao património.

O sucesso das entidades do SIPR passa, em meu entender, pelo reconhecimento das potencialidades que a comunidade tem para oferecer.

---

## 6.4. Funções de investigação e de comunicação

Como se encontra explícito no art.º 8.º da Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto:

«O estudo e a investigação fundamentam as acções desenvolvidas no âmbito das restantes funções do museu, designadamente para estabelecer a política de incorporações, identificar e caracterizar os bens culturais incorporados ou incorporáveis e para fins de documentação, de conservação, de interpretação e exposição e de educação.»

Os artigos 10.º e 11.º da mesma Lei evidenciam que as instituições museológicas podem desenvolver aquelas acções através dos seus recursos próprios e ainda através do estabelecimento de parcerias institucionais.

O diagnóstico ao património religioso existente no território da Diocese da Guarda permitiu concluir por um lado, que pouco se tem feito ao nível do estudo e da investigação daquele património e, por outro, que foram firmadas poucas parcerias institucionais com vista ao desenvolvimento de tão importantes funções museológicas. Aquele diagnóstico sublinhou, ainda, a importância histórica, artística e religiosa de um vasto e heterogéneo património material e imaterial, que importa estudar, investigar, interpretar e divulgar através de um programa sistemático de exposições, publicações e outras formas de comunicação e difusão.

Para cumprir o que ficou definido na vocação e nos objectivos do Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda, é fundamental que se estabeleçam colaborações estreitas entre aquela instituição museológica através dos seus recursos humanos, as instituições locais, nacionais, e estrangeiras (civis e religiosas supra enunciadas) e, ainda, com os sacerdotes<sup>15</sup> com vista a investigar e estudar “a história da comunidade cristã, já que na ordenação do museu, na escolha das “peças” e na sua estruturação, tem que reconstruir e descobrir a evolução temporal e territorial da comunidade cristã” (Igreja Católica, 2001: s.p); os aspectos funcionais e simbólicos dos objectos na liturgia e na devoção; os aspectos artísticos dos bens culturais e o património imaterial religioso uma vez que toda a vivência do religioso se encontra intrinsecamente ligado com os objectos materiais usados na liturgia ou na devoção privada.

O Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda deverá ainda estar empenhado em dar a conhecer o património imaterial e os bens culturais incorporados nas

---

<sup>15</sup> Como informa Isabel Roque, no que se refere “à apresentação dos respectivos fundamentos teóricos, a Igreja, por inerência à formação e função dos presbíteros, afirma a sua competência como principal detentora do conhecimento teológico e litúrgico que informa a existência do espólio religioso” (Roque, 2011: 249).

---

entidades do SIPR. Para tal é imperativo que aquela instituição museológica defina um programa formativo continuado que contemple a formação quer dos técnicos afectos ao museu, quer os membros das comunidades (ex. reformados, estudantes, profissionais e consultores que em regime de voluntariado desempenhem serviços com espírito de fé e testemunho) estimulando-os a participar na divulgação e na interpretação do património preservado *in situ* ou *ex situ* (em espaço museal). Aquele programa formativo, tal como determina a CPBCI, deverá preparar todos os intervenientes (técnicos e membros da comunidade) para o que é especificamente eclesial, isto é aqueles “devem ser capazes de contextualizar o património histórico-artístico da Igreja, nos âmbitos catequético, cultural e caritativo, para que a fruição de tais bens não se reduza ao mero estético” (Igreja Católica, 2001: s.p).

Com o mesmo fim, aquela instituição museológica deverá definir uma política e um plano de exposições (baseado nas características do património e em programas de investigação) que contemple designadamente exposições de longa duração, temporárias e itinerantes e um plano de edições em diferentes suportes comunicacionais (art.º 39º e 40º da Lei 47/2004, de 19 de Agosto).

Na linha das ideias que tenho vindo a defender, entendo que os objectos religiosos devem ser fruídos no seu contexto original (*estruturas policêntricas*) e nas *entidades museais* existentes no território, onde foi incorporado espólio religioso de grande importância histórica, artística e religiosa.

Neste sentido, e tal como referi, as entidades museológicas teriam como missão apresentar, em exposição permanente, os objectos retirados do culto ou em risco de preservação próximos do seu contexto original, assegurando a continuação (dependendo do seu estado de conservação), da respectiva funcionalidade litúrgica. Desta forma convidava-se o visitante a fruir o bem cultural, sempre que possível, no contexto original, mais enriquecedor.

Em relação aos critérios para a exposição daqueles objectos adiante que devem respeitar, não só as condições museológicas requeridas para a sua correcta conservação e apresentação, mas também as recomendações litúrgicas, para delas se retirar o sentido litúrgico e evangélico. Isto é, deseja-se que naquelas entidades museais se evidenciem os aspectos funcionais e simbólicos do objecto na liturgia e na devoção, enquadrando-se desta forma nas metodologias empregues na museologia de arte religiosa.

---

O Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda estará vocacionado para realizar exposições temporárias onde se apresentará o acervo incorporado naquela instituição, proveniente do território da Diocese da Guarda, e o património cultural material e imaterial existente nas restantes entidades do SIPR. Neste contexto, e tal como determina a CPBCI, “os critérios de exposição devem contribuir para o evidente nexos entre a obra e a comunidade a que pertence, com o objectivo de indicar a vivência eclesial da comunidade cristã do passado” (Igreja Católica, 2001: s.p).

Como ficou explícito, o Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda privilegiará as exposições temporárias. No entanto e de acordo com a CPBCI aquela instituição museal deve fazer referência a todo o território da Diocese da Guarda providenciando para que todo o património religioso exposto esteja integralmente conectado com a comunidade de que é proveniente e com os bens que ainda se encontram ao culto *in situ*. Portanto, o Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda completará e sintetizará outros lugares eclesiais (Igreja Católica, 2001: s.p).

Para cumprir este peculiar objectivo o Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda deverá recorrer às novas tecnologias da multimédia, capazes de apresentar virtualmente a íntima relação daquela instituição museológica com o território de que provêm os bens expostos; a outros objectos comunicacionais, como roteiros e catálogos das exposições permanentes e temporárias, que se destinam ao acompanhamento da visita às exposições e seu prolongamento no tempo e desdobráveis ilustrativos que dêem a conhecer os itinerários do território, estimulando a fruição do património *in situ*.

Ainda neste contexto, e tendo em conta que estudos recentes apontam a internet como o veículo principal na tomada de decisões (dando resposta a: onde quero ir? Onde quero gastar o dinheiro?... ) entendemos que o Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda deve ter um *site* próprio, intuitivo, actualizado, apelativo, dinâmico e acessível a todos.



---

## 7. Considerações finais

Este trabalho projecto pretende constituir uma base científica, a desenvolver ulteriormente, em contexto de uma equipa multidisciplinar, para a definição da vocação e objectivos do futuro Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda, enquanto coordenador do SIPR, da política de incorporações e do programa de colecções para aquela organização.

Para o efeito estabeleci como metas:

- O conhecimento geográfico, histórico, eclesial e cultural do território pertencente à Diocese da Guarda, nomeadamente, nos oito arceprestados onde ocorreu o *Projecto de Inventário do Património, móvel e imóvel, existente na Diocese da Guarda* e onde se desenvolverá o projecto patrimonial e museológico;
- O diagnóstico ao *Projecto de Inventário* com vista à identificação dos principais problemas e potencialidades;
- O conhecimento da acção e posição da Igreja Católica em matéria de preservação e musealização do seu património.

Os estudos que desenvolvi permitiram concluir que na circunscrição eclesiástica existe um emblemático património material e imaterial, e, ainda, *entidades de carácter museal* que integram no seu acervo importantes colecções de arte sacra.

As manifestações culturais religiosas, geradoras de diversidade cultural e garantia de desenvolvimento sustentável são a expressão de uma cultura religiosa viva (na medida em que as comunidades praticam/vivenciam os rituais que lhe são próprios). Por outro lado, reflectem o sentimento de pertença das comunidades em relação ao património móvel e imóvel e colocam em evidência a “comunhão” do património cultural imaterial e material. As instituições, quer religiosas, quer seculares, e grupos da sociedade civil identificados com o território, embora confrontados com um decréscimo da população (o que coloca em risco de desaparecimento aquelas manifestações) têm sabido manter viva uma dinâmica cultural e religiosa que importa manter, valorizar, divulgar e salvaguardar. De facto, aquelas manifestações culturais religiosas são factor de aproximação, intercâmbio e entendimento entre os seres humanos.

---

É pois determinante proceder à recolha do património imaterial no seu território tendo em vista salvaguardar, contextualizar o objecto religioso e incentivar os cidadãos à actual vivência eclesial. Para tal, é fundamental estabelecer relações próximas com as comunidades, nomeadamente, com os mais velhos por serem eles o garante da transmissão das memórias.

No que se refere às entidades de carácter museal inferi que, tal como aconteceu um pouco por todo o País nas últimas décadas, assistimos no território em análise à criação de espaços “museológicos”, de tutela eclesiástica ou laica, que reúnem importantes colecções de arte sacra, mantidas próximas dos locais de culto, carecendo de boas práticas museais. A inexistência de uma programação museológica reflecte-se na ausência de investigação sobre o acervo reunido, na falta de recursos humanos, na inadequação dos edifícios, na definição de planos de actividades e de medidas de conservação e segurança.

Na minha perspectiva, as lacunas detectadas no *Projecto de Inventário* assentam na falta de recursos humanos e de concomitante elaboração de um plano de trabalho mais desenvolvido e com uma metodologia adequada. A desactualização dos recursos materiais, nomeadamente, a ausência de um *Sistema de Gestão de Colecções* teve consequências graves, ou seja, as ferramentas informáticas afectas ao projecto limitaram a persecução dos seus objectivos (documentação e gestão dos objectos inventariados). Por outro lado, a ausência de definições de procedimentos e terminologias teve como consequência eventuais erros, omissões e redundâncias no registo dos dados referentes ao património.

O diagnóstico ao património da propriedade das Fábricas das Igrejas Paroquiais colocou em evidência: que existe um vasto e heterogéneo património imóvel e móvel - metais, escultura, espólio documental, pintura, têxteis, mobiliário, equipamentos e utensílios, objectos devocionais e cerâmica – executado entre os séculos XIII-XXI; que se encontra disperso pelo território diocesano (igrejas e capelas; sacristias; arrumos; cofres; casas, salões e centros paroquiais; habitações particulares; espaços “museológicos”; Arquivo Municipal de Seia e instituições bancárias); que a maioria cumpre as funções litúrgicas para as quais foi originalmente criado e outro património retirado das funções, fruto das imposições litúrgicas e da alteração de gostos, encontra-se em risco de conservação.

O diagnóstico permitiu-me, ainda, inferir que tal património não tem merecido particular atenção no que respeita ao estudo e investigação, com as consequências que daí advêm. Por outro lado, não têm sido firmadas parcerias institucionais e outras com vista à valorização daquele património material e imaterial.

---

Com o intuito de conhecer a acção e a posição da Igreja Católica em matéria de preservação e musealização do seu património imóvel e móvel e ainda de averiguar outras experiências de inventariação do património religioso levadas a cabo por outras instituições eclesiais foram amplamente estudados e confrontados com conceitos museais estruturantes, os documentos emanados por organismos eclesiais e observado o PIPCAE.

A confrontação daqueles documentos e a observação PIPCAE permitiram detectar boas práticas e tendências a seguir, de onde se evidenciam: 1. - a importância dada aos processos de inventariação-catalogação do património que se encontra *in situ* ou em museus; 2. - a adequação dos recursos materiais e humanos para o cumprimento de tão importantes tarefas; 3. - a normalização de procedimentos e conteúdos no que se refere àquelas matérias; 4. - a importância da documentação do património; 5. - a criação museus eclesiais, com vista à preservação do património cultural, histórico, artístico e religioso da Igreja, determinante para a nova evangelização; 6. - a importância da definição de uma política de incorporações; 7. - a importância de reservas organizadas e acessíveis; 8. - a necessidade de planeamento em matéria de conservação preventiva e curativa; 9. - o papel determinante da investigação e do estabelecimento de parcerias institucionais; 10. - a existência de um plano de exposições e publicações, que permitam dar a conhecer o património e 11. - a importância dada à formação profissional de todos os que se encontram afectos ao projecto.

O trabalho projecto apresenta propostas no que respeita à gestão do património cultural, histórico-artístico e religioso existente no território Diocese da Guarda.

As propostas que formulo consubstanciam-se:

- Na criação de um sistema integrado para o património religioso (SIPR) que agregue o futuro Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda, as *estruturas policêntricas* (edifícios religiosos ao culto) e ainda as *entidades de carácter museal*, identificadas no diagnóstico, dispersos no território da Diocese da Guarda, ancorados naquele museu e ao qual compete funções de coordenação em matéria de preservação (incorporação; conservação e restauro; inventário e documentação; investigação e divulgação) do património religioso *in situ* ou *ex situ* (em espaço museal);

- Na implementação de uma política de incorporação dos objectos que se encontram em risco de preservação nas entidades do SIPR;

- Na afectação de recursos humanos altamente qualificados. Estou convicta de que não há projectos de referência sem pessoas, como não é dispensável o seu conhecimento científico



---

em diversas áreas e como é fundamental contar com as experiências de vida de tantas outras que, sem formação específica, podem concorrer para o conhecimento global, na perspectiva da formação integral do Indivíduo;

- Na criação de uma rede de contactos interdisciplinar e estabelecer protocolos com Dioceses, Universidades e outros estabelecimentos do ensino superior, nacionais e estrangeiros, que possibilitem um maior aprofundamento de conhecimentos histórico-documentais e artísticos, científicos, religiosos;

- Na aquisição de um *software* de gestão do património cultural que agilize as tarefas de inventariação e documentação do património religioso. Considero que sem este trabalho prévio de registo de informação sobre o património religioso incorporado ou a incorporar nas entidades do SIPR torna-se inviável conservar, investigar e divulgar tão importante património. A adopção de tal ferramenta aporta vantagens: favorece o reconhecimento de um dado objecto na complexidade do seu contexto; permite aceder aos dados informáticos que lhe correspondem, de forma imediata; estabelecer a comunicação com um maior número de públicos nacionais e internacionais; disseminação da informação. Sabemos, também, que os instrumentos informáticos são preciosos na afirmação identitária, no mundo globalizado de hoje;

- Na implementação dos procedimentos emanados na norma SPECTRUM e na normalização de terminologias e thesaurus;

- Na implementação de um programa de conservação que englobe as acções de conservação curativa e preventiva, adaptado aos diferentes contextos, isto é, *in situ* ou *ex situ* (em museus);

- Na criação de uma oficina/escola de conservação e restauro no Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda;

- Na implementação de um inventário participativo;

- Na implementação de programas de investigação e comunicação;

- Desenvolver acções que potenciem o turismo religioso e a evangelização no território.

Pelo que ficou dito creio, por um lado, que os objectivos a que me propus foram atingidos e, por outro, que estão definidos caminhos que permitem o cumprimento da vocação

---

definida para o Museu de história, arte e religião da Diocese da Guarda, enquanto âncora do SIPR.

Este trabalho pretende ser ponto de partida para novas reflexões que concorram para a valorização do património histórico-artístico e religioso, das comunidades e do território da Diocese da Guarda.



---

## Fontes e referências bibliográficas

ALARCÃO, Teresa; PEREIRA, Pacheco Teresa (1999) - **Normas de inventário: Têxteis: Artes Plásticas e Artes Decorativas**. 1.<sup>a</sup> ed. Direcção de Serviços de Inventário - Instituto Português de Museus [coord.]. Lisboa: Instituto Português de Museus.

ALMEIDA, Fortunato de (1967) - **História da Igreja em Portugal**. Nova Edição preparada e corrigida por Damião Reis. Porto: Portucalense Editora, S.A.R.L.. Vol. I.

ALMEIDA, Fortunato de (1968) - **História da Igreja em Portugal**. Nova Edição preparada e corrigida por Damião Reis. Porto – Lisboa: Livraria Civilização. Vol. II.

ALMEIDA, Fortunato de (1970) - **História da Igreja em Portugal**. Nova Edição preparada e corrigida por Damião Reis. Porto – Lisboa: Livraria Civilização. Vol. III.

ALMEIDA, José António Ferreira de [coord.] (1976) - **Tesouros Artísticos de Portugal**. Selecções do Reader's Digest. Lisboa.

ALVAREZ, José Carlos; PATRÃO, Sofia (sd) - **Normas de Inventário: Espólio Documental: Artes Plásticas e Artes Decorativas**. [Em linha]. *sed.* Departamento de Património Imaterial – Instituto dos Museus e da Conservação [coord.]. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação. [Consult. 14 de Jan. 2013]. Disponível na Internet:<[URL:http://www.imcip.pt/Data/Documents/Recursos/Publicacoes/Edicoes\\_online/Normas\\_Invtario/NI\\_AP\\_AD\\_Espolio%20Documental.pdf](http://www.imcip.pt/Data/Documents/Recursos/Publicacoes/Edicoes_online/Normas_Invtario/NI_AP_AD_Espolio%20Documental.pdf)>.

APARÍCIO, António Mendes (2007) - **Monografia de Alvoco da Serra**. Edição de autor.

BIGOTTE, José Quelhas (1948) - **O culto de Nossa Senhora na Diocese da Guarda**.

BORGES, Dulce Helena Pires [coord.] (2004) – **Roteiro do Museu da Guarda**. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Instituto Português de Museus.

BORGES, Júlio António (2007) - **Concelho de Figueira Castelo Rodrigo: Subsídios para a sua História**. Ed. Município de Figueira de Castelo Rodrigo.

CAETANO, Joaquim Oliveira (2007) - **Normas de Inventário: Pintura: Artes Plásticas e Artes Decorativas**. 1.<sup>a</sup> ed. Instituto dos Museus e da Conservação [coord.]. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação.

---

CAMACHO, Clara [coord.] (2007) - **Plano de Conservação Preventiva: bases orientadoras, normas e procedimentos**. 1.<sup>a</sup> ed. Col. Temas de Museologia. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação.

CAMACHO, Clara Frayão (2001) – A Programação Museológica na Rede Portuguesa de Museus. **Arquivos da Memória: Museologia e Património**. Número 10/11, p. 71-83.

CAMACHO, Clara Frayão (2008) – Gestão de Museus: modelos, desafios e mudanças. **Museologia.pt**. [Em linha]. Número 2, 149-153. [Consult. 21 Mar. 2012]. Disponível na internet:<URL:[http://www.imcip.pt/Data/Documents/Recursos/Publicacoes/Edicoes\\_online/Museologia\\_PT/MuseologiaPT\\_2.pdf](http://www.imcip.pt/Data/Documents/Recursos/Publicacoes/Edicoes_online/Museologia_PT/MuseologiaPT_2.pdf)>.

CARVALHO, Gabriela [coord.] (2006) - **Vade-mécum: Preservação do património histórico e artístico das igrejas** [Em linha]. Lisboa: Instituto Português de Conservação e Restauro. [Consult. 10 Fev. 2013]. Disponível na internet:<URL:[http://www.bensculturais.com/images/stories/BibliografiaOnline/carvalho\\_gabriela\\_vade\\_mecum\\_2007.pdf](http://www.bensculturais.com/images/stories/BibliografiaOnline/carvalho_gabriela_vade_mecum_2007.pdf)>.

CARVALHO, Maria João Vilhena de (2004) - **Normas de inventário: Escultura: Artes Plásticas e Artes Decorativas**. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Direcção de Serviços de Inventário -Instituto Português de Museus [coord.].

COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da (2011). **Museologia da Arte Sacra em Portugal (1820-2010) Espaços, Monumentos, Museografia**. [em linha]. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Tese de Doutoramento em Letras, na área de História, especialidade de Museologia e Património Cultural, sob a orientação do Professor Doutor José Manuel dos Santos Encarnação e do Professor Doutor José Maria Amado Mendes. [consult. 23 de Dez. 2012]. Disponível na internet: <URL:[https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/18833/3/Museologia%20da%20Arte%20Sacra%20em%20Portugal%20\(1820-2010\).pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/18833/3/Museologia%20da%20Arte%20Sacra%20em%20Portugal%20(1820-2010).pdf)>.

DAVALLON, Jean (1986) – **Claquemurer, pour ainsi Dire, tout l’Univers: La Mise en Exposition**. Paris: Centre Georges Pompidou.

DESVALLÉS, André; MAIRESSE, Francois [dir.] (2011) – **Dictionnaire Encyclopédique de museologie**. Paris: Armand Colin.

FELÍCIO, Manuel, (2008) - O Arcipreste e o Arciprestado na vida e acção pastoral da nossa Diocese. In **Boletim Diocese da Guarda**. Guarda: Diocese da Guarda. Pt. 3, p. 127-130.

---

FERNANDES, Ana Mercedes Stoffel - **Passos de uma programação museológica apoiada pela qualidade**. [em linha]. MINOM, 2007. Disponível na internet: [URL:http://www.minomicom.net/PDF/AMprogramacao\\_museus.pdf](http://www.minomicom.net/PDF/AMprogramacao_museus.pdf).

Fundación Las Edades del Hombre Junta de Castilla y León (2006) – **Kyrios** [Catálogo da Exposição]. Coord. Fundación Las Edades del Hombre. Salamanca: Junta de Castilla y León.

GOMES, J. Pinharanda (1981) - **História da Diocese da Guarda**. Edição do Autor. Braga: Editorial Pax.

GÓMEZ, Marina Chinchilla, PERAILE, Isabel Izquierdo e LACASTA, Ana Azor (red. e ed.) (2006). **Criterios para la elaboración del plan museológico**. Madrid: Ministerio de Cultura.

GOMES, Manuel Saturino Costa [coord.] (2004) - **Concordatas Santa Sé-Portugal 18 de Maio 2004 - 7 de Maio de 1940**. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

GUARDA, Diocese da (2011) - **Legislação Diocesana das Paróquias e Administração Paroquial**. Guarda: Diocese da Guarda.

GUARDA, Museu (1990) – **Sé Catedral da Guarda: As formas no Tempo** [Catálogo da exposição]. Coord. Dulce Helena Pires Borges. Guarda: Museu da Guarda.

GUEDES, Maria Natália Correia [coord.] (2003) - **Inventário do Museu Nacional Machado de Castro – Colecção de Ourivesaria Medieval Séculos XII-XV**. Lisboa: Instituto Portugues de Museus.

GUEDES, Maria Natália Correia [coord.] (2003) - **Inventário do Museu Nacional de Arte Antiga: Colecção de Metais Cruzes Processionais séculos XII-XVI**. Lisboa: Instituto Português de Museus.

GUEDES, Natália Correia[coord.] (2004) – **Thesaurus: Vocabulário de Objectos do Culto Católico**. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança e Universidade Católica Portuguesa.

GUICHEN, Gaël De (1995) La conservation preventive: un changement profound de mentalité. **Cahiers d'étude du Comité de conservation (ICOM-CC)** [Em linha]. P. 4-6. [Consult. 1 Jan. 2013]. Disponível na Internet: [URL:http://oldweb.ct.infn.it/~rivel/museologia/1\\_ICOM-CC.pdf](http://oldweb.ct.infn.it/~rivel/museologia/1_ICOM-CC.pdf).

HERRÁEZ, Juan A.; LORITE, Miguel A. Rguez (1999) - La Conservación Preventiva de las Obras de Arte. **Arbor Conservación del Patrimonio Artístico**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. n.º CLXIV, 645.

---

ICOM – CIDOC. International Council of Museums - International Committee for Documentation (2008) - Terminología para definir la conservación del patrimonio cultural tangible. [Em linha]. [Consult. Set. 2012]. Disponível na internet:<URL: [http://ge-iic.com/files/Cartasydocumentos/2008 Terminologia ICOM.pdf](http://ge-iic.com/files/Cartasydocumentos/2008%20Terminologia%20ICOM.pdf)>.

ICOM. Conselho Internacional de Museus (2004) - **Como Gerir um Museu: Manual Prático** [Em linha]. ICOM – Conselho Internacional de Museus. [Consult. 20 Jan. 2013]. Disponível na internet: <URL:<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184713por.pdf>>.

ICOM. Conselho Internacional de Museus. Comissão Nacional Portuguesa (2003) – **Código deontológico do ICOM para Museus**, Comissão Nacional Portuguesa do ICOM.

IGREJA CATÓLICA (1983) - **Código de Direito Canónico**. Promulgado por S. S. João Paulo II. 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Conferência Episcopal Portuguesa.

IGREJA CATÓLICA, Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja (2001) - **Carta-Circular A função Pastoral dos Museus Eclesiásticos**. [Consut. 28 Jan. 2012].Disponível nainternet<URL:[http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_commissions/pcchc/documents/s/rc\\_com\\_pcchc\\_20010815\\_funzione-musei\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_commissions/pcchc/documents/s/rc_com_pcchc_20010815_funzione-musei_po.html)>.

IGREJA CATÓLICA. Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja (2000) - **Os Bens Culturais da Igreja**. Lisboa: Paulinas.

IGREJA CATÓLICA. Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja (s.d) – Documentos. [Consult. 21 Abr. 2012]. Disponível na internet <URL: [http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_commissions/pcchc/documents/rc\\_com\\_pcchc\\_index-documents\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_commissions/pcchc/documents/rc_com_pcchc_index-documents_po.html)>.

IGREJA CATÓLICA. Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja (2000) – A formação dos seminaristas em ordem aos bens culturais da Igreja, Roma, 15 de Outubro de 1992. **Os Bens Culturais da Igreja**. Lisboa: Paulinas. P. 9-25.

IGREJA CATÓLICA. Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja (2000) - Os Bens à guarda dos Institutos de vida consagrada e das sociedades da vida apostólica, Roma, 10 de Abril de 1994. **Os Bens Culturais da Igreja**. Lisboa: Paulinas.

IGREJA CATÓLICA. Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja (2000) – Necessidade e urgência da inventariação e catalogação do património cultural da Igreja, Roma, 8 de Dezembro de 1999. **Os Bens Culturais da Igreja**. Lisboa: Paulinas. P. 103-148.

---

IGREJA CATÓLICA. Conferência Episcopal Portuguesa (1990) – Património histórico-cultural da Igreja. Secretariado Episcopal do Episcopado. Lisboa.

LOPES, Flávio [coord.] (1993) - **Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado – Distrito da Guarda**. Separata da edição “Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado. 1.<sup>a</sup> Ed. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR).

LORD, Gail Dexter et LORD, Barry (1998) – **Manual de Gestión de Museos**. Barcelona: Editorial Ariel,. [Tradução da versão inglesa de Josep Ballart.].

MÂNTUA, Ana Anjos; HENRIQUES, Paulo; CAMPOS, Teresa [coord.] (2007). **Normas de Inventário: Cerâmica: Artes Plásticas e Artes Decorativas**. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação [coord.].

MATOS, Alexandre (2008) - Sistemas de Gestão de colecções museológicas: que futuro? **Museologia.pt**. [em linha]. n.º2. .139-143.

MATOS, Alexandre Manuel Ribeiro (2007) - **Os Sistemas de informação na Gestão das Colecções museológicas. Contribuições para a Certificação de Museus** [em linha]. Dissertação de Mestrado em Museologia sob a orientação do Prof. Doutor Rui Manuel Sobral Centeno. Departamento de Ciências e Técnicas do Património. Porto: Universidade de Letras do Porto. [Consult. 15 Out. 2012]. Disponível na internet: <URL:<http://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/13038/2/Tesemestsistemasdeinformacao00069301.pdf>>.

NEVES, Kátia Regina Felipini (2003) - Programas Museológicos e Museologia Aplicada: O Centro de Memória do Samba de São Paulo como Estudo de Caso. **Cadernos de Sociomuseologia**. [em linha]. N.º 20. São Paulo: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. [Consult. 16 Abr. 2008]. Disponível na internet: <URL: [http://www.mestrado-museologia.net/Cadernos\\_pdf/Cadernos\\_20\\_2002.pdf](http://www.mestrado-museologia.net/Cadernos_pdf/Cadernos_20_2002.pdf)>.

OLIVEIRA, Manuel Ramos de Oliveira (1997) - Celorico da Beira e o seu Concelho. 2<sup>a</sup> ed. Celorico da Beira: Câmara Municipal de Celorico da Beira.

PEREIRA, Marília (2004) - **Colecção Temas de Museologia: Circulação de Bens Culturais Móveis**. 1<sup>a</sup> ed. Lisboa: Instituto Português de Museus.

PEREIRA, Paulo [Dir.] (1995). **História da Arte Portuguesa: Do “Modo” Gótico ao Maneirismo**. Ed. 3938. Temas e Debates. Vol.2.



---

PINHO, Elsa Garrett; FREITAS, Inês da Cunha (2000) - **Normas de Inventário: Normas Gerais: Artes Plásticas e Artes Decorativas**. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Direcção de Serviços de Inventário - Instituto Português de Museus.

PORTO, Diocese (2000) – **Cristo fonte de esperança: exposição do grande jubileu do ano 2000** [Catálogo da Exposição]. Coord. Carlos Moreira Azevedo. Porto: Diocese do Porto.

PROJECTO IGREJA SEGURA (2004) - **Manual básico de Segurança**. Lisboa: Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais, Museu e Arquivos Históricos de Polícia Judiciária.

RAPOSO, Jorge (2008). Ecomuseu Municipal do Seixal: sistema integrado de informação sobre colecções arqueológicas em contexto museal. **Encontro Arqueologia e Autarquias**. [Em linha]. 1-8. [Consult. 10 de junh. 2012]. Disponível na internet:<URL: [http://www2.cm-seixal.pt/ecomuseu/acervo/com\\_cascais.pdf](http://www2.cm-seixal.pt/ecomuseu/acervo/com_cascais.pdf)>

RESENDE, Nuno (2006) - **Lamego: um inventário em construção**. Lamego: Diocese de Lamego.

RODRIGUES, Adriano Vasco (1992) - **Monografia Histórica de Artística: Celorico da Beira e Linhares**. 2.<sup>a</sup> ed. Câmara Municipal de Celorico da Beira.

RODRIGUES, Maria Dalila Aguiar (2000) - **Modos de expressão na pintura portuguesa: o processo criativo de Vasco Fernandes (1500-1542)**. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Tese de Doutoramento em Letras, área de História da Arte.

ROQUE, Maria Isabel (2011) - **O sagrado no Museu: Musealização de objectos do culto católico em contexto português**. Lisboa: Universidade Católica Editora.

SANTA SÉ (1998) – **Fons Vitae: Pavilhão da Santa Sé na Expo’ 98** [Catálogo da Exposição]. Coord. Maria Natália Correia Guedes. [Lisboa: Pavilhão da Santa Sé na Expo’ 98]. Ed. bilingue em português e inglês.

SEIA, Câmara Municipal (2010) – **Grandes são as obras do Senhor** [Catálogo da Exposição]. Coord. Joana Pereira. Seia: Câmara Municipal de Seia.

SOALHEIRO, João (1997) – **Imaginária Sacra: Itinerário breve em terras de Foz Côa**. Porto: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.

---

SOUSA, Maria da Conceição Borges de; BASTOS, Celina (2004) - **Normas de inventário: Mobiliário: Artes Plásticas e Artes Decorativas**. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Direcção de Serviços de Inventário - Instituto Português de Museus.

UNESCO (2003) - **Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial**.

USILLOS, Andrés Gutiérrez (2010). **Museología y documentación. Criterios para la definición de un proyecto de documentación en museos**. Gijón. Ediciones: Trea, S.L

VARINE, Hugues de (2002/2012) - **As Raízes do Futuro - O património ao serviço do desenvolvimento local**. Trad. Maria de Lourdes Parreiras Horta. Editora Medianiz. Brasil, Porto Alegre.

WISEU, Diocese de (2008) - **Protecção dos Bens Culturais da Diocese de Viseu: Regulamento**. Diocese de Viseu.

### **Legislação**

Lei que Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural - Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro. Diário da República. I Série A, n.º 209.

Lei Quadro dos Museus Portugueses – Lei n.º 47/2004 de 19 de Agosto de 2004. Diário da República. I Série A, n.º 195.

Lei da separação do Estado das Igrejas – 21 de Abril de 1911, N.º 92.

Credenciação de Museus - Despacho normativo n.º 3/2006 de 25 de Janeiro de 2006. Diário da República. I Série B, n.º 18.

Decreto n.º 11887, Direcção Geral da Justiça e dos Cultos, 2.<sup>a</sup> repartição, de 6 de Julho de 1926.

Decreto-Lei n.º 30615, Ministério da Justiça, 2.º semestre 1940.

Decreto n.º 21:996, Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 1.<sup>a</sup> série, n.º 295, de 17 de dezembro de 1932.

Decreto n.º 21:354, Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 1.<sup>a</sup> série, n.º 136, de 13 julho de 1932.

---

Decreto nº 33:587, Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 1ª série, nº 63 de 23 março de 1944.

Decreto nº 28:536, Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 1ª série, nº 66 de 22 de Março de 1938.

Decreto nº 39175, Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 1ª série, nº 77 de 17 de Abril de 1953.

Decreto nº 37:450, Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 1ª série, nº 129 de 16 junho 1949.

Decreto nº 41:191, Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, nº 162 de 18 Julho 1957.

Decreto n.º 44075, Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 1.ª série, n.º 291 de 5 de Dezembro de 1961.

Decreto nº 44675, Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 1.ª série, n.º 258 de 9 Novembro de 1962.

Decreto nº 95/78, Diário da República, 1.ª série, n.º 210 de 12 Setembro 1978.

Decreto n.º 67/97, Diário da República, 1ª série-B, n.º 301 de 31 de dezembro de 1997.

Decreto 43073, Direcção- Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 1.ª série, nº 162 de 14 Julho 1960.

Decreto nº 28/82, Diário da República, 1.ª série, nº 47 de 26 de fevereiro 1982.

Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro.

### ***Sítes consultados***

Camâra Municipal de Pinhel - <http://www.cm-pinhel.pt>

Canadian Heritage Information Network – <http://www.chin.gc.ca>

CIDOC Conceptual Reference Model – <http://cidoc.ics.forth.gr/index.html>

Diário da República electrónico - <http://www.dre.pt/>

Docbase – <http://www.docbase.pt>

---

European Heritage Network – <http://www.european-heritage.net>

Getty Center – <http://www.getty.edu>

International Comittee for Documentation - <http://www.willpowerinfo.myby.co.uk/cidoc/>

International Council of Museums – <http://www.icom.museum>

Instituto Nacional de Estatística - <http://censos.ine.pt>

Instituto Português de Museus <http://www.ipmuseus.pt>

Instituto Português do Património Arquitectónico – <http://www.ippar.pt>

Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora - <http://www.inventarioaevora.com.pt/>

Ministério da Cultura Espanhol – <http://www.mcu.es/>

Museum Collections - <http://www.museumcollections.org.uk>

Museum Documentation Association – <http://www.mda.org.uk>

Pararede, S.A. – <http://www.pararede.pt>

Sistemas do Futuro, Lda. – <http://www.sistemasfuturo.pt>

SPECTRUM Terminology – <http://www.mda.org.uk/spectrum-terminology/>

Sistema de Informação para o Património Arquitectónico - <http://www.monumentos.pt/>

UNESCO – <http://www.unesco.org>

### **Periódico**

Jornal **A Guarda**. Setembro 2012. N.º 5348.

Jornal **A Guarda**. Janeiro 2003. N.º 2151.

### **Fontes: Arquivo da Diocese da Guarda**

Inventário dos 8 Arciprestados da Diocese da Guarda.

Declaração de depósito.

---

### **Fontes orais**

Museólogo Alexandre Matos. Abril de 2013.

Pe. Ângelo Miguel Nabais Martins. Maio de 2012.

Pe. António Espinha da Cruz Monteiro. Maio de 2012.

Pe. António José de Oliveira Morais. Junho de 2012.

Pe. Carlos Manuel Dionísio de Sousa. Julho de 2012.

Pe. Carlos Manuel Gomes Helena. Agosto de 2012.

Pe. Francisco Inácio Fernandes Vilar. Agosto de 2012.

Pe. João António Gonçalves Barroso. Agosto de 2012.

Pe. Joaquim António Marques Duarte. Agosto de 2012.

Pe. Manuel Elias Ferreira. Agosto de 2012.

Pe. Ricardo Manuel de Jesus Fonseca. Agosto de 2012.

Pe. Vítor Manuel Alago Lourenço. Agosto de 2012.